

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

NEMUEL DA SILVA OLIVEIRA

**ESTUDOS DE COMUNIDADE, CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE:
O CICLO DE PESQUISAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO
NA DÉCADA DE 1950**

Rio de Janeiro

2010

NEMUEL DA SILVA OLIVEIRA

**ESTUDOS DE COMUNIDADE, CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE:
O CICLO DE PESQUISAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO
NA DÉCADA DE 1950**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Chor Maio

Rio de Janeiro

2010

Ficha Catalográfica

O48 Oliveira, Nemuel da Silva

Estudos de comunidade, ciências sociais e saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950./

Nemuel da Silva Oliveira. . – Rio de Janeiro: s.n. 2010.

153 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

1. Ciências Sociais 2. Condições Sociais 3. Saúde Pública 4. História
5. Brasil

CDD 300.981

NEMUEL DA SILVA OLIVEIRA**ESTUDOS DE COMUNIDADE, CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE:
O CICLO DE PESQUISAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO NA DÉCADA DE 1950**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em 13 de setembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

Prof. Dr. André Pereira Botelho (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais,
Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof^ª. Dr^ª. Nísia Verônica Trindade Lima (Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes

Prof. Dr. Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. João Marcelo Ehlert Maia (Centro de Pesquisa e Documentação
de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas)

Rio de Janeiro
2010

Dedico este trabalho aos meus pais, Zenith e Engrácia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Zenith de Souza Oliveira e Maria Engrácia da Silva Oliveira, e minha irmã Karine S. Oliveira Chagas Lima, pelo apoio e incentivo durante todo o processo do mestrado. O agradecimento se estende aos irmãos Dayse L. Oliveira Araújo, Carlos Alberto de Oliveira e Paulo Roberto de Oliveira que, embora distantes, sei que torcem por mim, e às famílias Chagas Lima e Hipólito, que também são minha família.

Ao meu orientador, Marcos Chor Maio, por acreditar na minha capacidade de realizar esta pesquisa, pela orientação e acompanhamento que, desde 2006, conduz-me a buscar sempre o melhor resultado do trabalho.

Às colegas e hoje verdadeiras amigas do curso de Mestrado: Danielle Coutinho, Diádiney Almeida, Elizabete Kobayashi, Georgina Gadelha, Lourence Machado, Polyana Valente e Vanessa Lana, por partilhar comigo os bons momentos e também os mais difíceis, com apoio e carinho. E também a Bianca Bender, Flávia Belo, Mariana Monteiro e Vivian Curvelo, amigas de hoje e sempre.

A Maiko Reis de Souza, pela paciência, compreensão e apoio.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz.

Ao prof. André Botelho, pelas valiosas considerações no Exame de Qualificação, e à prof^a. Nísia Trindade Lima, tanto pelas igualmente valiosas considerações na Qualificação, quanto na condição de coordenadora do Projeto “Sob o signo do desenvolvimento: ciências sociais, educação sanitária e alimentação (1945-1964)”, que subsidiou minha pesquisa em São Paulo.

À Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nas pessoas do prof. Rodrigo Estramanho de Almeida, prof^a. Carla Regina M. A. Diéguez, e Rosa Maria A. G. Beretta, Gerente de Informação da Fundação, que me permitiram gentilmente o acesso aos documentos sob custódia da FESPSP.

Aos personagens do Projeto do São Francisco que contribuíram para minha dissertação: Esdras Borges Costa, cuja entrevista tive a satisfação de participar; Octavio da Costa Eduardo, pela entrevista e por disponibilizar o material de sua pesquisa em Cabrobó; e Levy Cruz, pelo envio de seu manuscrito inédito para compor o corpo documental deste trabalho.

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Contexto intelectual e debates sobre os Estudos de Comunidade no Brasil.....	19
1.1. Abordagem conceitual dos Estudos de Comunidade.....	20
• A relação conceitual entre Comunidade e Sociedade sob a interpretação de Donald Pierson.....	24
1.2. Os Estudos de Comunidade na História das Ciências Sociais.....	27
1.3. Os debates em torno dos Estudos de Comunidade.....	36
Capítulo 2 – “Os homens no Vale do São Francisco”: projeto, contexto e pesquisa social nos anos de 1950.....	49
2.1. Origem e contextualização do Projeto do São Francisco.....	51
• O valor científico do Projeto do São Francisco.....	54
• O valor prático do Projeto no contexto da década de 1950.....	55
• O valor estratégico do Projeto para a Escola de Sociologia e Política.....	62
2.2. O <i>Survey</i> preliminar no Vale do São Francisco.....	63
2.3. Pesquisadores em campo: a realização das pesquisas no Vale do São Francisco.....	72
• A pesquisa de Alceu Maynard no Baixo São Francisco.....	73
• Potengi – encruzilhada entre Brasil e Peru no trabalho de Alfonso Trujillo Ferrari.....	78
• Pesquisas no Alto São Francisco: o trabalho de Esdras Borges Costa.....	83
• O Médio São Francisco de Fernando Altenfelder.....	88
• Correntina e os Gerais: comunidade(s) investigada(s) por Levy Cruz.....	93
• Um novo sertão em Cabrobó: a pesquisa de Octavio da Costa Eduardo.....	96
Capítulo 3 – <i>O Homem no Vale do São Francisco</i> e as abordagens acerca da questão da saúde nos estudos sobre o Vale.....	101
3.1. O Vale do São Francisco em conjunto: o trabalho de Donald Pierson.....	102
3.2. A questão da saúde como categoria de análise nos estudos do Projeto do São Francisco.....	117

3.2.1. As abordagens sobre saúde nos estudos do Projeto do São Francisco.....	118
3.3. O Projeto do São Francisco e a “mudança social dirigida”.....	131
Considerações Finais.....	136
Fontes e Referências Bibliográficas.....	142
Anexo.....	152

RESUMO

Esta dissertação aborda o conjunto de pesquisas de comunidades realizado no âmbito do Projeto de Pesquisas no Vale do São Francisco, estabelecendo relações com o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e o processo de desenvolvimento na década de 1950. Meu argumento é que, diferente das críticas que predominaram nos anos 1950 e 1960, os Estudos de Comunidade contribuíram para a análise do tema da mudança social no país.

O Projeto do São Francisco foi organizado e dirigido pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson nos anos 1950. Representa a convergência de questões fundamentais naquele período, especialmente no que concerne à investigação do processo de mudança social por que passavam diversas comunidades do interior do país, e à temática do desenvolvimento. Pierson contou com a colaboração de Alceu Maynard Araújo, Alfonso Trujillo Ferrari, Esdras Borges Costa, Fernando Altenfelder Silva, Levy Cruz e Octavio da Costa Eduardo, seus alunos e colegas de trabalho na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Os Estudos de Comunidade tiveram um papel fundamental na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que então passavam por um momento de afirmação de sua cientificidade. Nesse processo, os Estudos de Comunidade foram considerados por diversos cientistas sociais um caminho mais eficaz para superar uma produção de caráter mais ensaístico. Por outro lado, esses estudos surgiam com o propósito prático de oferecer subsídios ao trabalho de técnicos responsáveis pela implantação de projetos de desenvolvimento e mudança social.

O Projeto do São Francisco propunha a investigação minuciosa dos diversos aspectos que compunham a estrutura sociocultural de comunidades rurais, e foi incorporado à conjuntura desenvolvimentista mediante a possibilidade de tornar inteligível: 1) a cultura dessas comunidades para os agentes da mudança (administradores, médicos, agrônomos, etc.), a fim de que suas ações tivessem o efeito desejado; 2) as estratégias de resistência às mudanças observadas entre as populações rurais, consideradas entraves ao desenvolvimento; e 3) o processo de mudança social em termos assimiláveis para essas populações rurais.

No primeiro capítulo procuramos mapear as posições assumidas por cientistas sociais acerca dos EC, no intuito de contextualizá-los intelectualmente. Contemplando considerações de autores que avaliaram positivamente os EC, como também os que levantaram objeções à sua realização, alinhamo-nos à perspectiva que os recoloca no debate acadêmico, repensando o seu papel na história das Ciências Sociais.

No segundo capítulo abordamos a origem do Projeto do São Francisco, reconstituímos o processo de execução das pesquisas e apresentamos as monografias, articulando-os ao contexto histórico em que foram produzidas, e às trajetórias profissionais de cada um dos pesquisadores envolvidos.

O terceiro capítulo aborda a obra *O Homem no Vale do São Francisco*, de Donald Pierson, que nos permite ter uma visão de conjunto em relação às demais pesquisas no Vale, em função de sua angular ampliada de investigação. Em seguida, analisamos os estudos do Projeto do São Francisco à luz da interface entre o processo de mudança social e a temática da saúde, presentes em todos eles.

Palavras-chave: Estudos de Comunidade. História das Ciências Sociais. Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Donald Pierson. Vale do São Francisco

ABSTRACT

This study examines the Valley of the São Francisco Research Project's studies, related to the process of institutionalization of Social Sciences in Brazil and development process, which marked 1950 decade. Although the criticism that predominate in the 1950's and 1960's, my argument is that the Community Studies contributed to analyze social changes in Brazil.

The São Francisco Project was organized and directed by American sociologist Donald Pierson in the 1950's. It represents the convergence of important questions at that time, specially about investigations of rural communities' social changes and ideas of development. Pierson counted with collaboration of Alceu Maynard Araújo, Alfonso Trujillo Ferrari, Esdras Borges Costa, Fernando Altenfelder Silva, Levy Cruz e Octavio da Costa Eduardo, his students and colleagues at Free School of Sociology and Politics of São Paulo.

The Community Studies played a fundamental role in the institutionalization of the Social Sciences in Brazil, which at that time had been going through a period of affirmation of its scientificity. In this process, the Community Studies were considered by social scientists a more effective way to overcome a more essayistic approach. On the other hand, these studies would come in order to offer subsidies to the work of technicians who were responsible for implementing projects of social development and change.

The São Francisco Project proposed a detailed investigation of many aspects of sociocultural structure of rural communities, and it was incorporated to development conjuncture by the possibility of making intelligible: 1) communities' culture to changes agents (administrators, physicians, agronomists, etc.), so that their actions would have the desired effect; 2) the strategies of resistance to changes, observed between rural populations, considered obstacles to development; and 3) the social change process in assimilable terms to rural populations.

In the first chapter, we mapped the visions of social scientists about the Community Studies, to contextualize them intellectually. By considering positive and negative visions, we bring back to academic discussion, rethinking their part on Social Sciences history.

In the second chapter, we examine the beginning of São Francisco Project, reconstitute the process of research execution and introduce the monographs, linking them to a historical context of production and to professional path of each researcher involved.

The third chapter examines the book *The Man in São Francisco Valley*, by Donald Pierson, which give us a group vision of the other researches on Valley, by its wide investigation. Then we analyze the Project of São Francisco's studies, considering their relations with social changes process and health, present in all of them.

Key-words: Community Studies. History of Social Sciences. School of Sociology and Politics of São Paulo. Donald Pierson. São Francisco Valley.

Introdução

O objetivo desta dissertação é investigar, por intermédio dos estudos que fizeram parte do Projeto de Pesquisas no Vale do São Francisco, as relações entre os Estudos de Comunidade (EC), o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil e o processo de mudança sociocultural que marcaram a década de 1950. Buscamos identificar como o tema da saúde constituiu uma relevante chave de leitura então utilizada por cientistas sociais brasileiros e estrangeiros para analisar, compreender e interpretar questões socioculturais, especialmente o processo de mudança social no Brasil.

O Programa de Pesquisas no Vale do rio São Francisco, organizado e dirigido pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson, é o objeto deste trabalho. Realizado entre 1950 e 1959, representa a convergência de questões fundamentais naquele período, especialmente no que concerne à investigação do processo de mudança social por que passavam diversas comunidades do interior do país, e à temática do desenvolvimento. Pierson contou com a colaboração de Alceu Maynard Araújo, Alfonso Trujillo Ferrari, Esdras Borges Costa, Fernando Altenfelder Silva, Levy Cruz e Octavio da Costa Eduardo, seus alunos e colegas de trabalho na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Os EC configuravam um recurso de pesquisa social bastante em voga nos Estados Unidos desde a década de 1920, e tiveram um papel fundamental na institucionalização e também no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Já na primeira metade do século XX, as Ciências Sociais passavam por um momento de afirmação de sua cientificidade no Brasil, procurando superar uma produção considerada de caráter mais ensaístico, em que os EC se tornaram, então, um caminho julgado mais eficaz para alcançar esta superação. Por outro lado, os EC surgiam com o propósito prático de oferecer subsídios ao trabalho de técnicos (agrônomos, médicos, administradores) responsáveis pela implantação de projetos de desenvolvimento e mudança social.

Mudança social, industrialização e desenvolvimento foram alguns dos mais importantes temas abordados na produção das Ciências Sociais no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. As transformações socioeconômicas que os projetos de desenvolvimento potencializavam no interior do país criaram condições para que esses temas figurassem entre os interesses de pesquisa dos cientistas sociais. Elas também abriram precedentes para que as Ciências Sociais emergissem como instrumento de interpretação e explicação da dimensão e caráter das mudanças por que passava a sociedade brasileira (Villas Bôas, 2007, p. 102; 108).

Projetos como o do São Francisco, em que se propunha a investigação minuciosa dos diversos aspectos que compunham a estrutura sociocultural de comunidades rurais, foram incorporados à conjuntura desenvolvimentista mediante a possibilidade de tornar inteligível: 1) a cultura dessas comunidades para os agentes da mudança (administradores, médicos, agrônomos, etc.), a fim de que suas ações tivessem o efeito desejado; 2) as estratégias de resistência às mudanças observadas entre as populações rurais, consideradas entraves ao desenvolvimento; e 3) o processo de mudança social em termos assimiláveis para essas populações rurais. A identificação, por exemplo, do sistema de ideias relativo a saúde e doença característico das comunidades rurais, permitia o planejamento de intervenções mais integradas às culturas locais e, portanto, mais eficazes.

Alba Zaluar (1983) indica alguns aspectos importantes para delimitar a ideia de mudança social trabalhada nos EC. Ela estava orientada para o contraste entre o mundo rural e o urbano, uma vez que a própria caracterização das comunidades era feita de maneira a evidenciar o processo de transformação daquele mundo tradicional, neste que seria mais moderno (op. cit., p. 18). Ao destacar as matrizes dos EC¹, Vila Nova (1996, p. 69) mostra que tais estudos, no Brasil, foram influenciados pela sua matriz norte-americana ligada à Escola de Chicago, em que Robert E. Park e Robert Redfield são referências fundamentais.

Esses autores trabalharam com a noção de passagem de um mundo rural para o urbano, inserindo as comunidades num contínuo. Sua influência se reflete na própria construção da ideia de mudança social como questão orientadora das pesquisas. Assim, nos

¹ A origem dos EC está ligada a três tradições distintas: uma relacionada aos trabalhos de Ecologia Humana da Escola de Chicago, influenciada por Robert Park e Robert Redfield; a segunda, decorrente dos trabalhos de Robert Lynd e Helen Lynd (*Middletown*. New York, Harcourt-Brace, 1929 e *Middletown in transition*. New York, Harcourt-Brace, 1937); e a terceira ligada aos trabalhos de Lloyd Warner e colaboradores, com ênfase no estudo das relações de classe (WARNER, W. L., LUNT, P. S. *The social life of a modern community*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1941; WARNER, W. L., STROLE, L. *The social system of American Ethnic Groups*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1945; WARNER, W. L., LOW, J. O. *The social system of modern factory*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1947) [Vila Nova, 1996, p. 69].

estudos analisados por Alba Zaluar², e também nos estudos do Projeto do São Francisco, a mudança social está intrinsecamente relacionada ao processo de urbanização e desenvolvimento econômico por que passou o Brasil na década de 1950. As transformações decorrentes da introdução de novos elementos socioculturais mais característicos das áreas urbanas nas comunidades rurais seriam, de acordo com essa visão, apreendidos por meio dos EC.

Diversos cientistas sociais, brasileiros e estrangeiros, estiveram envolvidos na produção de EC no Brasil. Um total de 24 estudos foi publicado, sendo dezoito deles na década de 1950, quatro durante os anos 1960, e apenas dois (entre eles *O Homem no Vale do São Francisco*) na década de 1970³. Os estudos que compuseram o Projeto do São Francisco são referidos em trabalhos como Guidi (1962), Goldwasser (1974), Melatti (1984), Corrêa (1987), Maio (1997), Lima, R. (2002), Jackson (2004), Camelo Filho (2005), Bomfim (2006), Lima (2007), Maio e Lima (2009), Figueiredo (2009), entre outros.

A disparidade entre o número de estudos publicados na década de 1950 e os publicados nas décadas seguintes reflete os dois momentos da produção de EC no Brasil, em que o primeiro corresponde ao período no qual os estudos gozavam de prestígio entre alguns cientistas sociais ligados a importantes centros de ensino e pesquisa, como Donald Pierson e Kalervo Oberg, ligados à ELSP. Eram também considerados recurso cientificamente válido de pesquisa sócio-antropológica.

Ainda nesse período começaram a surgir críticas aos EC, especialmente em relação às suas orientações teórico-metodológicas e seu caráter essencialmente descritivo. Diversos autores se posicionaram, uns a favor, outros contra, outros ainda propondo aprimoramentos quanto à realização de EC no país (Prado Júnior, 1948; Holanda, 1979[1948]; Wagley e Azevedo, 1951; Ramos, 1995[1957]; Nogueira, 1955a; Consorte, 1956; Ianni, 1958 e 1961; Guidi, 1962; Moreira, 1963; Wortmann, 1972; Goldwasser, 1974; entre outros). A contundência das críticas nos debates sobre os EC levou ao esmorecimento da realização deste tipo de pesquisa, e da sua importância no meio acadêmico (Cavalcanti, 1999, p. 186).

² Os estudos utilizados pela autora são: GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1953; PIERSON, Donald. *Cruz das Almas*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966; WILLEMS, Emilio. *Uma vila brasileira*. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1961; HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brazil*. Columbia University Press, New York, 1956; ARAUJO, Alceu Maynard. *Populações ribeirinhas do Baixo São Francisco*. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1961; e, do mesmo autor, *Medicina Rústica*, col. Brasileira, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1959 (Zaluar, 1983, p. 15).

³ Cf. relação de EC publicados no Brasil no Anexo, p. 152.

Outros autores (Zaluar, 1983; Corrêa, 1987; Consorte, 1996; Koffes, 1996; Vila Nova, 1996; Cavalcanti, 1999; Lima, 1999; Peixoto e Simões, 2003; Villas Bôas, 2007; Lima, R., 2002; Maio, 2009; Maio e Lima, 2009) abordaram os EC sob perspectiva histórica, mostrando que as contribuições e limitações desses estudos deviam ser pensados mediante as questões intelectuais, sociais, econômicas e políticas que marcaram o contexto em que foram produzidos. Tal perspectiva põe em questão a predominância das críticas na literatura sobre os EC, mostrando que o próprio termo “estudos de comunidade, [...] nativo da época e de seus críticos, sugere uma homogeneidade inexistente e dificulta o discernimento das muitas vertentes teóricas e diferentes questões de pesquisa abrigadas por esses estudos” (Cavalcanti, op. cit., p. 187).

Em décadas mais recentes, as considerações acerca dos EC apontaram para uma reflexão diversa da que foi predominante nas críticas que se fizeram a esses estudos, repensando o seu papel na história das Ciências Sociais. Alguns desses trabalhos, como Melatti (1984, p. 26-27) e Corrêa (1987, p. 19-20) destacaram a inserção dos EC no debate a partir dos projetos a que estiveram relacionados, como o “Projeto Columbia University/Estado da Bahia”, em que, sob os auspícios daquela Universidade e da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia (então dirigida por Anísio Teixeira), buscou-se subsidiar políticas de modernização do interior do estado mediante a investigação de três comunidades rurais próximas a Salvador (Maio, 1999); o “Projeto UNESCO de relações raciais”, a partir do qual a situação racial brasileira, tendo em vista as mudanças tributárias do processo de industrialização, seria analisada pela investigação de áreas metropolitanas brasileiras (ibidem); e o “Projeto das cidades-laboratório”, em que colaboraram a UNESCO e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) na figura de Darcy Ribeiro, então coordenador da sua Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, “cuja proposta era captar as particularidades regionais do Brasil a partir do estudo de comunidades típicas” (Nunes, 2000, p. 19).

Ao deslocar suas avaliações do campo institucional e teórico, esses trabalhos evidenciaram as relações dos EC com os programas de desenvolvimento regional aos quais estiveram ligados. As pesquisas acima mencionadas, juntamente com a do Vale do São Francisco, expressavam a atuação política dos cientistas sociais que delas participaram, compondo o que Mariza Corrêa considerou noção fundamental para a compreensão da história das Ciências Sociais nas décadas de 1940 e 1950: a noção de projeto. Tomar os trabalhos de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros mediante seu engajamento nesses grandes projetos de pesquisa social, em que as Ciências Sociais se entrelaçaram com projetos

voltados para o desenvolvimento do país, permite identificar a relação dos mesmos com instituições e agências financiadoras, marcar influências intelectuais, e os objetivos que informavam sua realização (Corrêa, 1987, p. 19-20).

O Projeto do São Francisco faz parte deste contexto de realização de amplos projetos de pesquisa social, fomentados tanto pela busca de autoconhecimento tradicionalmente estabelecida entre a intelectualidade brasileira, quanto por interesses estrangeiros, a exemplo dos que informavam a política internacional norte-americana no pós-guerra. O vínculo dos cientistas sociais a esses projetos também sugere certa fragilidade do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, haja visto o pequeno número de instituições acadêmicas e o fato destas estarem ainda se firmando como espaços de produção e divulgação científica (ibidem, p. 20-22)⁴. Como resultados dessa fragilidade, já em 1958 Antônio Cândido indicava a necessidade de desenvolvimento didático das Ciências Sociais nas universidades e o baixo volume de recursos destinados a pesquisas sociais – o que repercutia diretamente na formação de especialistas nesta área (Cândido, 1958, p. 521).

Em sintonia com os trabalhos mais contemporâneos referidos acima, a presente dissertação se insere na corrente de reavaliação dos EC, que se coloca como “tarefa urgente para o enriquecimento da tradição plural das ciências sociais no país” (Cavalcanti, op. cit., p. 187). As considerações acerca dos estudos do Vale do São Francisco presentes nesta dissertação apontam um dos caminhos de resgate dos EC ao interesse acadêmico contemporâneo, não apenas por contribuir para o debate intelectual sobre o tema, mas também por evidenciar a importância dos Estudos de Comunidade na história das Ciências Sociais.

Nossa hipótese é que os EC contribuíram significativamente para as interpretações dos cientistas sociais acerca da sociedade brasileira, e estiveram comprometidos com uma perspectiva de mudança social em sintonia com a questão do desenvolvimento do país. Contrapomo-nos, assim, à visão que prevaleceu na bibliografia a respeito desses estudos, que os concebe como investigações meramente descritivas, alheias às grandes transformações econômicas, políticas e sociais que se processavam no Brasil na década de 1950. Neste contexto a saúde emerge como elemento privilegiado de abordagem do processo de mudança social. Além de estar presente na maioria dos EC, por ser entendida como integrante do

⁴ Corrêa considera ainda que a noção de projeto é “útil também por não rotular os integrantes de um projeto de forma definitiva – os pesquisadores que fizeram ‘estudos de comunidade’, por exemplo, ganham assim uma outra dimensão além dessa – que parece sempre excluí-los de antemão do interesse acadêmico contemporâneo” (ibidem, p. 20).

universo cultural das comunidades investigadas, a saúde foi também item da pauta dos projetos de desenvolvimento que fomentaram, não raro, a produção desses estudos.

Procedemos à verificação da hipótese de maneira semelhante à metodologia utilizada por Alba Zaluar (op. cit.). Neste trabalho, a autora utiliza cinco Estudos de Comunidades rurais para analisar as práticas religiosas dessas localidades, procurando compreender a relação entre o sistema religioso e a estrutura social da comunidade. Na presente dissertação, os estudos do Projeto do São Francisco são objeto de análise do processo de mudança social, em sua interface com as temáticas do desenvolvimento e da saúde.

O corpo documental desta dissertação compreende espécies distintas de fonte. A primeira delas – e que reforça o alinhamento à perspectiva de trabalho de Alba Zaluar (op. cit.), corresponde aos próprios estudos do Projeto do São Francisco. Estes trabalhos compõem o dorso que perpassa toda a dissertação e de onde emergem os principais dados para a confirmação da hipótese. A reconstituição do processo de execução das pesquisas está centrada em dois conjuntos de fonte, contidos no Fundo Donald Pierson⁵: diversos documentos produzidos por Pierson e por instituições com as quais manteve contato, como a *Smithsonian Institution*, a *Rockefeller Foundation*, a Comissão do Vale do São Francisco, entre outras. Tais documentos forneceram informações sobre os projetos de pesquisa e demais atividades profissionais de Pierson, e permitiram delinear as redes intelectuais e políticas de que se valeu para a realização do Projeto do São Francisco; e também as inúmeras correspondências de Pierson com aquelas instituições (seus diretores, secretários e demais funcionários), colegas de trabalho, alunos, pesquisadores, intelectuais, políticos, etc. Neste material, especialmente nas correspondências com os pesquisadores que participaram do Projeto, encontra-se o desenrolar das pesquisas, a partir do qual emerge de maneira contundente a questão da mudança social articulada ao desenvolvimento, como principal orientação de Pierson na formulação e execução dos estudos.

O conjunto de fontes compreendeu ainda provas, trabalhos e exames dos pesquisadores do Projeto, correspondendo ao período em que foram alunos da ELSP, como também anuários e boletins informativos da Escola – material pertencente ao acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (CEDOC/FESPSP); e entrevistas com Levy Cruz, Octavio da Costa Eduardo e Esdras Borges

⁵ Os documentos pertencentes ao Fundo Donald Pierson, citados na minha dissertação, foram consultados na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, cujas cópias dos documentos foram realizadas para o projeto “A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: a experiência da Sociologia Aplicada na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – 1933-1938”, sob autorização da Prof^a. Dr^a. Mariza Corrêa, responsável pelo Fundo, que compõe o acervo do Arquivo Edgard Leuenroth – Universidade de Campinas.

Costa⁶, que ajudaram a circunstanciar as trajetórias profissionais destes personagens. Levy Cruz e Octavio da Costa Eduardo disponibilizaram ainda material inédito (fichas temáticas e manuscrito) referente às suas pesquisas no Vale do São Francisco.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, procuramos mapear as posições assumidas por cientistas sociais acerca dos EC, no intuito de contextualizá-los intelectualmente. Balizando esta discussão teórica, levantamos algumas questões que constituíram o debate sobre esses estudos, de forma a contemplar considerações de autores que avaliaram positivamente os EC, como também os que levantaram objeções à sua realização. Destacamos não só as que foram realizadas no momento em que diversos EC estavam sendo produzidos no país, incluindo os balanços que se fizeram nas décadas posteriores. Tal permitiu alinharmos-nos à perspectiva que, analisando contribuições e limitações dos EC, recoloca-os no debate acadêmico, repensando o seu papel na história das Ciências Sociais.

No segundo capítulo, expomos a origem do Projeto do Vale do São Francisco, o processo de execução das pesquisas – do *survey* preliminar aos trabalhos monográficos, articulando o Projeto ao contexto histórico em que foi realizado. São também apresentados os estudos que resultaram dessas pesquisas sob a orientação de Pierson. Emergem neste capítulo aspectos da trajetória profissional dos cientistas sociais que participaram do Projeto (os que coordenaram equipes de pesquisadores) e a articulação, mediante investigações sócio-antropológicas do processo de mudança social num contexto marcado pela temática do desenvolvimento, entre o Projeto do São Francisco e importantes instituições nacionais e estrangeiras de ensino, pesquisa e promoção de desenvolvimento regional, como a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a *Smithsonian Institution* e a Comissão do Vale do São Francisco.

No terceiro capítulo apresentamos a pesquisa e a obra de Donald Pierson, *O Homem no Vale do São Francisco*, que nos permite ter uma visão de conjunto sobre os aspectos em destaque nos estudos abordados no capítulo anterior, e também em relação às demais pesquisas no Vale, em função de sua angular ampliada de investigação. Em seguida, analisamos os estudos do Projeto do São Francisco à luz da interface entre o processo de mudança social e a questão da saúde, presentes em todos eles. As transformações no campo da saúde foi um dos aspectos acionados pelos cientistas sociais que participaram do Projeto

⁶ A entrevista de Levy Cruz foi concedida a Marcos Chor Maio em 19.09.2007; as entrevistas de Octavio Eduardo e Esdras Borges foram concedidas a Marcos Chor Maio e Nemuel da Silva Oliveira em 26.11.2009.

para mensurar o caráter e a dimensão da mudança social que então se processava naquelas comunidades. A análise dos estudos reforça as ligações que tiveram com diversas questões (acadêmicas, econômicas, políticas, etc.) específicas da conjuntura histórica em que foram realizados.

Capítulo 1

Contexto intelectual e debates sobre os Estudos de Comunidade no Brasil

No presente capítulo abordamos o contexto intelectual dos Estudos de Comunidade (EC) no Brasil. Inicialmente serão trabalhados os aspectos conceituais dos EC, a fim de delimitar as principais características de nosso objeto de estudo. Uma das dimensões da reflexão sobre as pesquisas no Vale do São Francisco, assim, passa pelo conhecimento de que tipo de recurso de pesquisa social foi utilizado naquele Projeto. Por isto mesmo, em seguida, serão levantados alguns aspectos sobre a relação conceitual entre Comunidade e Sociedade, marcante nesses estudos.

As definições ajudam também a situá-los na história das Ciências Sociais no Brasil. A partir dele discutimos o papel que estes estudos tiveram naquele período e a sua importância para os debates contemporâneos neste campo. Dois aspectos então se destacam: a relação dos EC com as temáticas em voga na década de 1950 – especialmente a mudança social –, e também o processo de institucionalização das Ciências Sociais no país. É mediante a temática da mudança social que a questão da saúde emerge nos EC, e especialmente nos estudos do Projeto do São Francisco, cuja discussão será objeto dos capítulos 2 e 3.

Decerto que as características teórico-metodológicas dos EC e o momento intelectual de sua maior produção suscitaram debates entre os cientistas sociais. Alguns dos que se manifestaram a favor da realização desses estudos, chamaram a atenção para sua dimensão empírica e objetiva, considerada indicadora do caráter científico que se pretendia dotar a produção de conhecimento sócio-antropológico. As manifestações contrárias aos EC destacaram, não raro, a invalidade dessas pesquisas num período de diversas transformações sociais, políticas e econômicas no país.

Os EC, para os críticos, não possibilitavam analisar a sociedade brasileira, por configurarem trabalhos descritivos de alcance explicativo limitado. Esta foi a visão que

prevaleceu na bibliografia acerca dos EC, assentada principalmente em suas críticas. Não obstante, a análise do Projeto do São Francisco evidenciou que esses estudos contribuíram significativamente para as interpretações dos cientistas sociais sobre a sociedade brasileira, e estiveram comprometidos com uma perspectiva de mudança social em sintonia com a questão do desenvolvimento do país.

Os EC surgem no Brasil por meio da contratação, pelas instituições de ensino superior que haviam surgido na década de 1930, de pesquisadores estrangeiros. Eles foram responsáveis pelo treinamento de pesquisadores nacionais, estiveram envolvidos em diversos desses estudos e tiveram grande influência na conformação de certa visão de trabalho do cientista social, que atrelava pesquisa de campo e intervenção na sociedade.

O conhecimento produzido por meio dos EC foi, ao longo do período, cada vez mais entendido como necessário ao desenvolvimento de programas voltados para a transformação de determinadas realidades sociais, econômicas, sanitárias, educacionais – especialmente as que se consideravam como mais atrasadas em relação à modernidade a que se pretendia conduzir o país –, e útil para a formação e treinamento de profissionais nas técnicas de investigação das Ciências Sociais. Por esta razão trazemos à discussão os debates em torno dos EC – suas definições, conceitos teórico-metodológicos relacionados, personagens envolvidos em sua produção, contexto na história das Ciências Sociais, contribuições e críticas que suscitaram, usos, desdobramentos e perspectivas passadas e atuais em relação aos mesmos.

1.1. Abordagem conceitual dos Estudos de Comunidade

Desde os anos de 1920 nos Estados Unidos (EUA), os Estudos de Comunidade configuravam um método investigativo de comunidades em processo de mudança social. Os pesquisadores Robert Lynd e Helen Lynd publicaram em 1929 o estudo *Middletown – a study in contemporary american culture*, o primeiro estudo a deslocar os métodos de pesquisa da Antropologia, voltados para sociedades primitivas, para a investigação de sociedades não-primitivas⁷. Os EC se ocuparam, então, inclusive no Brasil, principalmente das comunidades rurais. Mas em que consistem os EC?

Arensberg e Kimbal (1973) afirmam que

⁷Algumas informações sobre os trabalhos dos norte-americanos Robert Lynd e Helen Lynd, os pioneiros no uso dos EC em investigações sociológicas, podem ser encontrados em Prado Júnior, 1948; Wagley, 1957[1953]; Guidi, 1962; Arensberg e Kimball, 1973; Goldwasser, 1974; Holanda, 1979[1948].

O estudo de comunidade é o método em que um problema (ou problemas) relativo à natureza, interconexões ou dinâmica do comportamento e atitudes é explorado contra o fundo ou no contexto de outros comportamentos e atitudes dos indivíduos que integram a vida de uma comunidade em particular. É um método naturalístico, comparativo. Visa ao estudo do comportamento e de atitudes como objeto *in vivo*, através da observação, mais que *in vitro*, através do isolamento e abstração, ou de um modelo, através da experimentação. [...] O estudo de comunidade é, então, um método de observação e exploração, comparação e verificação. Não é o estudo de uma comunidade, de comunidades ou *da* Comunidade. [...] Seu propósito é antes o de usar a comunidade como um contexto para a exploração, a descoberta ou a verificação de interconexões entre fatos e processos sociais e psicológicos [grifos dos autores] (Arensberg e Kimball, 1973, p. 169-171).

A definição dos autores chama a atenção para a importância da dimensão comparativa desses estudos. Ao estudar os “fatos e processos sociais” que são observados na dinâmica da vida comunitária, o pesquisador deve tratá-los enquanto dados a serem comparados com outra situação correlata, seja por aproximação ou por diferenciação. Compara-se uma comunidade com outra, um processo observado numa com um processo semelhante observado noutra, diferentes processos na mesma comunidade, etc., mas se mantém a comparabilidade. Alguns EC realizados no Brasil, como os do Projeto do São Francisco, ilustram essa definição.

Os EC produzidos no Brasil tiveram um leque variado de temas abordados, muito embora a especificidade temática não lhes seja uma característica recorrente. Alguns estudos realizados no âmbito do Projeto UNESCO, por exemplo, versaram sobre relações raciais. Outros pesquisadores escolheram pares de localidades para serem estudadas e servirem de base à comparação, como em *O Homem no Vale do São Francisco*, de Donald Pierson (1972) e o Projeto Columbia University/Estado da Bahia. Nessas pesquisas, as diferenças encontradas evidenciavam o caráter das transformações socioculturais que buscavam conhecer e interpretar, na chave interpretativa de Robert Redfield (1949, p. 346), que havia investigado comunidades no México comparando a dimensão da influência do contato com centros urbanos na sua configuração social.

Nos estudos centrados em análises comparativas de comunidades, elas foram selecionadas tendo em vista a possibilidade do estabelecimento de uma comparação entre tradição e mudança: uma delas deveria apresentar características tradicionais, no sentido de que a configuração social refletisse a permanência de valores, comportamentos e meios de vida cuja origem estivesse no passado, enquanto a outra, por oposição, características que refletissem maior proximidade dos valores, comportamentos e meios de vida mais modernos, mais afins com os centros urbanos.

A dimensão comparativa dos EC, permitindo a análise dos fenômenos ligados à transição de uma estrutura social tradicional para outra mais moderna, consoante essa visão, constituiu o cerne para que cientistas sociais como Oracy Nogueira (1955a, p. 95) definisse os EC já numa perspectiva que incorpora à definição o papel que se pretendia outorgar a esses estudos dentro da produção antropológica e sociológica acerca da sociedade brasileira. Desses “levantamentos de dados sobre a vida social em seu conjunto”, o autor salienta que,

do ponto de vista teórico, espera-se que os estudos de comunidade, à medida que se multipliquem, forneçam um complemento e, em certo sentido, um corretivo aos estudos de caráter analítico, por proverem uma visão de conjunto, funcional, da vida social, através da consideração e interpretação de dados sincrônicos e diacrônicos referentes ao mesmo *locus* geográfico [...]. Em outras palavras, os estudos de comunidade permitem um exame mais adequado das manifestações subjetivas e interindividuais da vida social (ibidem, p. 98).

Nogueira tem uma visão positiva dos EC, considerando que o seu caráter descritivo é um dos aspectos que contribuem para o embasamento das análises sociais que começaram a ser feitas no Brasil a partir da década de 1940 – exatamente o que faltava em trabalhos publicados nos períodos anteriores. O investimento na produção desses estudos era essencial para alcançar uma visão ampliada sobre a sociedade brasileira. Nogueira propunha novas bases para os estudos analíticos, fazendo uma crítica contundente ao ensaísmo, ao indicar que qualquer interpretação sobre a sociedade deveria estar calcada em dados objetivos que permitissem conhecer a vida social.

Havia, além da preocupação em conhecer determinadas comunidades por razões acadêmicas, também o interesse de, metodologicamente por meio dos Estudos de Comunidade, conhecer de maneira geral a sociedade nacional. Isto pode ser identificado, inclusive, no prefácio à edição norte-americana de *Cruz das Almas*, estudo realizado pelo sociólogo Donald Pierson (1966, p. XIV), quando afirma que a importância da escolha de determinada comunidade para a investigação reside não apenas no seu isolamento, mas também na sua representatividade da cultura nacional.

Tanto na definição de Arensberg e Kimbal, quanto na de Oracy Nogueira, os dados empíricos têm papel destacado na utilização do método. Ela determina a abordagem dos problemas colocados na pesquisa, a exemplo da investigação dos graus de isolamento e contato da comunidade; os procedimentos de coleta de dados, especialmente a observação participante e entrevistas; a forma de lidar com os mesmos, criando uma sistematização

temática para analisar os dados; e, de certa maneira, os resultados e análises que podem ser feitas através desses estudos.

Uma característica marcante dos EC produzidos no Brasil é a ênfase dada a uma descrição, o mais abrangente possível, da vida social das comunidades, atrelada a elementos que recompusessem o seu desenvolvimento histórico. Desta forma, seria possível estabelecer uma comparação entre a situação passada e a presente, a fim de identificar os elementos que expusessem o caráter e a dimensão do processo de mudança cultural – outra preocupação recorrente nos EC brasileiros.

Florestan Fernandes (1958, p. 220) se refere a tal característica como o “fascínio exercido pelo padrão de análise histórico-sociográfica”. Primeiramente, o autor vincula este fascínio à influência de autores como Tavares Bastos e Euclides da Cunha, a partir dos quais muitos cientistas sociais ainda concebiam a explicação sociológica como uma explicação histórica. Depois, afirma que esta era uma dimensão esperada pela intelectualidade daquele período acerca da produção das Ciências Sociais. Acrescenta ainda que as próprias características da sociedade brasileira alimentavam tal perspectiva, uma vez que elementos como os ciclos econômicos, por exemplo, acarretavam transformações socioculturais “facilmente percebidos através da análise histórico-sociológica” (ibidem).

A análise de Fernandes ajuda a entender a dimensão histórica dentro de EC como o de Lucila Hermann sobre Guaratinguetá, *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos* (1948). A autora se propõe a “analisar o sentido da evolução histórica” da comunidade e, a partir da reconstrução de seus ciclos econômicos, “indagar quais as forças que agiram na formação sociológica de Guaratinguetá” (Hermann, 1948, p. 307; 309). A pesquisa revelou três padrões culturais diferentes observados entre os quatro ciclos econômicos pelos quais passou – cultura de *folk* no ciclo da economia de subsistência, enfraquecimento desta cultura nos dois ciclos posteriores (de abertura ao comércio externo à comunidade) e, por fim, predominância das características urbanas sobre a cultura local, com o surgimento de empresas voltadas para o mundo capitalista. Compreender-se-ia assim, nesta perspectiva, a dinâmica da mudança social que se estabelecera na comunidade.

Outro trabalho em que é marcante a dimensão histórica é a pesquisa de Oracy Nogueira sobre relações raciais em Itapetininga (1955b), realizada sob os auspícios do Projeto UNESCO, mencionado na Introdução desta dissertação. Nogueira abordou aspectos históricos da comunidade que lhe permitiram estabelecer uma crítica à ideologia tradicional sobre as relações raciais no Brasil, em que prevalecia a visão de conciliação em detrimento dos

conflitos existentes entre senhores e escravos. Mediante a temática das relações raciais, Nogueira procurou investigar o processo de mudança, na medida em que influenciava os mecanismos de ascensão social e, portanto, a própria estrutura da sociedade (Maio, 2008a, p. 40-44).

Os EC no Brasil convergiram na conformação de seus objetos de pesquisa, especialmente o processo de mudança cultural em comunidades rurais, na utilização das técnicas de investigação, nos objetivos a que se prestaram, ainda que deles tenham resultado diferentes análises e graus de interpretação sobre a sociedade brasileira. À luz dos estudos do Vale do São Francisco, os EC são um recurso de apreensão da realidade social por meio do levantamento empírico de aspectos que compõem a estrutura da comunidade investigada.

Algumas especificidades dos EC residem: no seu caráter descritivo e abrangente, visto que mesmo nas pesquisas centradas na descrição de um ou mais aspectos determinados, é recorrente a noção da necessidade de coleta de diversos dados para a compreensão da configuração da estrutura social como um todo, ou de parte dela; na sua consideração como etapa inicial do trabalho científico – em grande parte dos estudos, propunha-se coletar e oferecer dados sistematizados para subsidiarem posteriores análises explicativas; e na abordagem direta dos aspectos ecológicos e sociais, que mostra a imprescindibilidade da observação *in loco* e da participação do pesquisador na vida da comunidade.

- A relação conceitual entre Comunidade e Sociedade sob a interpretação de Donald Pierson

Continuando a discussão no plano de elementos característicos dos EC, numa abordagem mais voltada para as formulações teóricas que informavam os estudos, pode-se inferir que há uma importante relação entre os conceitos de comunidade e sociedade. Muitas vezes esta relação não é explicitamente explorada na redação final do estudo, mas se faz presente nas diversas etapas de elaboração e desenvolvimento da pesquisa. Conhecê-la é relevante porque mostra sobre quais formulações os cientistas sociais se apoiavam para produzir conhecimento científico a partir dos dados coletados.

Donald Pierson (1970[1945], p. 121) chama a atenção para o fato de que essa distinção é válida somente para fins de análise, e que dificilmente ela é observável na realidade com tal precisão. Isto se deve também à intrínseca relação existente entre comunidade e sociedade, ao

constante e indissociável contato entre as mesmas. O seu valor é, portanto, antes metodológico que descritivo. Ainda assim, ela é fundamental porque ajuda na identificação das características de um EC. Consoante Pierson, comunidades são

o resultado de relações *simbióticas*, enquanto as sociedades são produtos de relações *morais* (isto é, dos *mores*). Assim, as comunidades surgem do simples fato da simbiose, isto é, de *viverem juntos*, no mesmo *habitat*, indivíduos tanto semelhantes quanto diferentes, da “competição cooperativa” em que eles se empenham; ao passo que as sociedades surgem da comunicação da proveniente co-participação de experiências, atividades, atitudes, sentimentos, ideais e pontos de vista comuns (consenso) [grifos do autor] (ibidem, p. 14).

Um dos aspectos destacados por Pierson diz respeito à natureza das relações estabelecidas entre os indivíduos, fazendo uma analogia entre o mundo biológico e o social. A partir da ideia de que a biologia estabelece uma relação simbiótica como uma relação mutuamente vantajosa entre organismos, o autor afirma que o ponto de partida nas Ciências Sociais é o mesmo das Ciências Biológicas: assim como as plantas e os animais, os homens competem por um lugar no solo. A diferença residiria no fato de que, entre os homens, existem os fenômenos da lei e do costume regendo as relações sociais (ibidem, p. 11).

Pierson afirma que tal relação mutuamente vantajosa se estabelece com a convivência num mesmo espaço, traduzida por ele como “competição cooperativa”. Ao que parece, analisando os termos inicialmente, pode-se chamar “comunidade” qualquer ajuntamento de indivíduos que, vivendo no mesmo local, estabelecem relações mais simples entre si, a partir das quais obtêm proveito, e sem as quais estaria comprometida a sua sobrevivência.

Este conceito se torna mais esclarecedor justamente pela indicação de sua fronteira com a ideia de sociedade trazida pelo autor. Se a comunidade surge com a relação possibilitada e potencializada pela proximidade física, a sociedade ultrapassa tal limitação e se estabelece sobre uma base diversa, os “mores”. Entendendo por “mores” o “conjunto de padrões obrigatórios de comportamento social exterior que constituem os modos coletivos de conduta, tidos como desejáveis pelo grupo” (ibidem, p. 152), expande-se consideravelmente a circunscrição da sociedade. Estes padrões de comportamento independem da proximidade física dos indivíduos para se estabelecerem, muito embora se tornem latentes na dinâmica da convivência.

Assim, o elo imediato entre os indivíduos em comunidade é a proximidade; o elo imediato entre os indivíduos em sociedade é a ciência do comportamento social a ser adotado enquanto membro de um grupo. Com isto, considerando a definição de Pierson, a base da

relação comunitária é o proveito para a sobrevivência obtido com a mesma (a já referida “competição cooperativa”), enquanto a base da relação social é a comunicação. Por meio dela os diversos elementos que formam o comportamento social são transmitidos e adquirem força e status de padrões a serem seguidos por todo o grupo – a comunicação é o instrumento de construção do consenso⁸. Lúcia Lippi Oliveira sintetiza o pensamento de Pierson, ao afirmar que

a comunidade, entendida como uma população territorialmente organizada, com maior ou menor enraizamento no solo, caracteriza-se por uma interdependência simbiótica entre unidades individuais. Quando a competição biótica declina e a luta pela existência assume formas mais elevadas e sublimadas temos a sociedade, forma mais complexa onde a competição cede lugar à comunicação e ao consenso (Oliveira, L. 1995, p. 69).

A autora condensa o que, na visão de Pierson, seria o processo de “evolução” de uma comunidade para o estado de sociedade, ao atingir níveis mais complexos de interação entre os indivíduos.

A distinção entre comunidade e sociedade era importante no trabalho de Pierson porque ela permitia ao pesquisador identificar com maior clareza a natureza das relações e das realidades sociais que seriam investigadas nas localidades. Nesta dissertação, ajuda a compreender melhor que realidades constituíam seu interesse. Entre elas, as que indicavam mudanças de comportamento e expectativas sociais, ou transformações na estrutura familiar tradicional, por exemplo. No que concerne à saúde, podemos citar a adoção de diferentes hábitos de higiene, o abandono de recursos rudimentares de cura pela utilização de medicamentos, etc.

A importância da diferenciação também está ligada à forma como ela iluminava o trabalho comparativo com a realidade circundante, fazendo-nos perceber os critérios que Pierson utilizou na seleção de objetos e técnicas de pesquisa. Em última instância, por informar as características, possibilidades e prováveis limitações das comunidades, a distinção entre comunidade e sociedade ajudava a estabelecer os melhores caminhos para se processar a pretendida mudança social.

⁸ Para maior detalhamento das ideias de Pierson acerca dos conceitos de comunidade e sociedade, cf. Pierson, 1970[1945], p. 109-124.

1.2. Os Estudos de Comunidade na História das Ciências Sociais

As pesquisas do Projeto do São Francisco, enquanto exemplares dos EC realizados no Brasil⁹, trazem três marcas que são relevantes para a análise que se pretende fazer sobre os mesmos: a primeira delas pode ser considerada constitutiva das Ciências Sociais, sobretudo no que concerne à formação da Antropologia e da Sociologia enquanto áreas do conhecimento sobre o homem e a sociedade, intrinsecamente ligada aos temas abordados em pesquisas nessas disciplinas. A segunda marca está relacionada ao processo pelo qual tais Ciências se institucionalizaram no Brasil, especialmente a partir da criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nos anos de 1930. A terceira, por sua vez, advém das especificidades da conjuntura histórica nacional da década de 1950, cujas transformações sociais, políticas e econômicas tiveram reflexo nos estudos realizados. Este último aspecto será abordado no Capítulo 2.

As características referidas têm como denominador comum a questão da mudança social, ainda que esta possa emergir de formas diferentes em cada caso. Será aqui o prisma que permitirá iluminar o papel que os EC tiveram – e certamente ainda têm – quanto aos aspectos intelectuais, institucionais, políticos, etc., na história das Ciências Sociais. Balizados pela ideia de mudança, os estudos do Projeto do São Francisco se tornam claramente instrumentos que auxiliam a compreender alguns dos aspectos referidos, dentro das especificidades de seu próprio tempo.

Para situar os EC dentro do primeiro ponto destacado, é preciso assinalar que eles configuram um recurso teórico-metodológico de pesquisa dificilmente enquadrado como pertencente somente à Antropologia ou à Sociologia. De modo especial no caso dos estudos do Projeto do São Francisco. Estão, na verdade, situados numa zona interseccional, cuja análise depende do reconhecimento das contribuições de ambas as disciplinas.

Algumas importantes características dos EC foram herdadas da Antropologia, como por exemplo, as relacionadas aos métodos de investigação, com a coleta direta dos fenômenos observados pelo pesquisador, e à natureza do trabalho executado. O foco da maior parte de suas análises, desde que se constituiu enquanto disciplina autônoma no século XIX, recaiu

⁹ Nem todos os EC realizados no Brasil apresentam as mesmas características dos estudos do Projeto do São Francisco, como o detalhamento da descrição, da mesma forma que alguns estudos executados dentro das mesmas perspectivas teórico-metodológicas não se reivindicam como tais, a exemplo de *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974[1964]). A presente reflexão, embora não pretenda homogeneizar os estudos, certamente com variações significativas, é feita à luz dos estudos daquele Projeto.

sobre os povos considerados “primitivos”¹⁰. Não obstante, os mais diversos aspectos da vida humana seriam alvo do estudo dos antropólogos. Dos sistemas econômicos às crenças e religiões, vigia a perspectiva de que tudo o que se relacionasse ao homem seria contemplado pela Antropologia (Villas Bôas, 2007, p. 97-98).

Para tanto, os pesquisadores deveriam coletar minuciosamente os dados referentes à vida das populações, observando-a de forma direta, procedimento que ganhou importância a partir do século XX. Tal foi o principal meio de coleta de dados no Projeto do São Francisco, com investigações de campo e observação participante. Grande parte em decorrência da utilização desta metodologia nas investigações, os EC tinham uma natureza fortemente descritiva, constituindo um dos principais aspectos criticados por vários cientistas sociais¹¹. Ao mesmo tempo, os Estudos guardavam uma abordagem mais ligada ao conceito de cultura, especialmente os que se propuseram investigar tradições populares e formações étnico-culturais (ibidem).

Alguns desses estudos lançaram mão também dos dados históricos. Tais aspectos apontam para a relação entre a Antropologia e a ideia de mudança, no sentido de que o passado ajudaria a compreender a possível permanência de traços culturais. O acesso ao passado se daria mediante a descrição dos modos de vida das populações investigadas, cujas características culturais foram preservadas, procedimento também observado nos estudos do Vale. Conforme Villas Bôas, “embora tal conduta possa ter predominado na pesquisa antropológica no período aqui abordado [1945-1966], começou a haver interesse em revisitar o passado do ponto de vista da mudança” (ibidem, p. 109). Assim, numa leitura mais contemporânea e à luz dos estudos do Vale, um paralelo poderia ser traçado entre o passado e o presente da vida comunitária, identificando as mudanças culturais ocorridas.

É, entretanto, na contribuição da Sociologia para a configuração dos EC, que a questão da mudança se torna ainda mais evidente. Ela é constitutiva da própria disciplina, uma vez que a Sociologia surge ligada às transformações decorrentes da ascensão dos padrões urbano-industriais da sociedade moderna. O conhecimento sociológico foi, desde então, julgado como capaz de dar inteligibilidade à sociedade, explicando seus mecanismos e encontrando soluções para seus problemas (ibidem, p. 110).

Da Sociologia, entre outros aspectos, os EC incorporaram principalmente os temas abordados, seja no que concernia às mudanças sociais, industrialização e desenvolvimento,

¹⁰ Neste sentido, os povos indígenas foram os principais objetos de estudo da Antropologia no Brasil.

¹¹ Em relação às críticas aos EC, cf. p. 38 e seguintes deste capítulo.

como também sobre o meio rural (ibidem, p. 113). A abordagem da mudança na Sociologia está ligada à compreensão da estrutura da sociedade, de como ela se altera. Está ligada ainda a duas outras questões que também estão presentes nos EC: compreender as mudanças estruturais da sociedade passava pela compreensão das resistências que a sociedade oferecia a tais mudanças, e também pela ideia do lapso existente entre os dois polos onde o processo de mudança era o momento intermediário, conhecido pela tese da “*cultural lag*” (demora cultural) (Ogburn, 1964).

No contexto dos anos 1950, era recorrente a associação entre as ideias de mudança e desenvolvimento, já um reflexo da ampliação da agenda política nacional no contexto pós-guerra, quanto às estratégias voltadas para a modernização do Brasil. Especialmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas para comunidades rurais, os termos constantemente apareciam ligados, ainda que sob as formas de intervenção e progresso. Entretanto, é preciso matizar tais ideias para compreender melhor como foram trabalhados dentro dos EC e perceber como as resistências às mudanças foram pontos cruciais nestes estudos.

Partindo da diferenciação que Florestan Fernandes (1979, p. 316-317) faz entre “mudança social”, “desenvolvimento social” e “evolução social”, é possível inferir que embora sejam distintos, há entre os mesmos uma relação de complementaridade. Para o autor, a “mudança social” indica qualquer alteração no sistema social, enquanto o “desenvolvimento social” se refere a mudanças para as quais a sociedade tende de forma irreversível. Já o conceito de “evolução social” descreve o mesmo que o anterior, mas no sentido de que as mudanças são apreendidas como processo progressivo, “no nível supra-histórico, no qual se pode abstrair e analisar os fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais”.

A ideia de mudança também não se equiparava à de desenvolvimento, ao menos não com a positividade de que o termo se revestia no período. Os cientistas sociais tinham uma preocupação antecipada com os efeitos negativos das mudanças socioculturais, com a possibilidade de desestruturação da sociedade em decorrência de transformações demasiadamente profundas ou abruptas. Alguns projetos, como o executado na comunidade de Chonim em 1951¹², já havia se deparado com este tipo de situação, constituindo mais um aspecto a reforçar a articulação entre os cientistas sociais e esses projetos de mudança.

¹² O antropólogo norte-americano Kalervo Oberg realizou uma pesquisa na comunidade de Chonim (MG) para avaliar a execução de um programa de desenvolvimento rural executado naquela comunidade em 1951, sob a ótica do impacto social causado pelas intervenções nos setores saúde, educação e agricultura. O projeto fracassou, segundo indicou Oberg, por não ter considerado devidamente as questões socioculturais que compunham a estrutura organizacional da comunidade (Oberg, 1961, p.43-52)

Por isso mesmo os cientistas sociais defenderam o posicionamento da Sociologia não apenas como reveladora dos processos sociais, mas também como condutora das mudanças necessárias ao desenvolvimento julgado positivo, benéfico. A temática da mudança catalisou a participação dos cientistas sociais nesses projetos voltados para o desenvolvimento, fornecendo conhecimentos sobre a dimensão social e econômica do país (Villas Bôas, 2006, p. 70). Esse conhecimento social seria assim capaz de informar as variações e aspectos da resistência oferecida pelas populações, indicando a dimensão e o ritmo em que as mudanças deveriam se processar, a fim de que significassem realmente o desenvolvimento desejado (Maio e Lima, 2009, p. 551-552).

A resistência à mudança é um dos aspectos que configura o processo de transformação da estrutura social. Tem também implicações no que concerne à chamada demora cultural, no sentido de que acentua o descompasso entre um momento de “estabilidade” ou ajustamento social e outro posterior à mudança ocorrida. Segundo William Ogburn,

uma demora cultural ocorre quando uma de duas partes da cultura que são correlatas muda antes ou em maior grau que a outra parte, causando deste modo menor ajuste entre as duas partes, do que existia anteriormente [tradução livre] (Ogburn, 1964, p. 86).

O mesmo princípio, ainda que não esteja colocado explicitamente nos textos, pode ser identificado nos estudos do Vale. Os pesquisadores investigaram as condições de vida das comunidades no passado, coletaram os dados no seu tempo presente, e assim pretenderam conhecer o processo de mudança que estava não apenas no intervalo entre polos de ajustamento social, mas que para eles estava então acontecendo. A captação do desenrolar do processo é o que conferiria aos seus estudos a possibilidade de “surpreender” a mudança, prever as resistências e tornar efetivas as transformações pleiteadas rumo ao desenvolvimento. Segundo Villas Bôas (2007, p. 114), o interesse dos sociólogos estava voltado para uma caracterização do processo de desenvolvimento do país, atrelado à urbanização e à industrialização. Deve-se ressaltar que o momento de maior produção dos EC no Brasil era o de transição de uma sociedade predominantemente agrária, para uma urbano-industrial. Para a autora,

Nos estudos sobre comunidades, os sociólogos se dedicaram à reconstrução de um complexo de relações próprias de uma comunidade, abrangendo seu setor rural e urbano e analisando em um universo delimitado e restrito os efeitos das mudanças. [...] A caracterização de um processo geral de transformações se expressa numa sequência que vai da síntese à descrição minuciosa das transformações no plano

restrito das “comunidades”. Paralelamente, mostram a importância atribuída à Sociologia na elucidação de problemas decorrentes das mudanças sociais (ibidem).

Desta forma, vê-se que os EC podem ser identificados como uma interface entre Antropologia e Sociologia, em consequência da própria indissociabilidade que as disciplinas apresentavam naquele período¹³. Embora tivessem marcas metodológicas afins à Antropologia, a perspectiva dos estudos era fortemente sociológica, na medida em que, ao conhecer as comunidades, havia a perspectiva de identificar a mudança social, tema caro à Sociologia. Muitos desses estudos foram produzidos por professores e alunos da ELSP, onde a formação no curso de Sociologia, pelas características profissionais do corpo docente, tinha um viés antropológico¹⁴.

No segundo aspecto em realce, buscamos situar os EC a partir das especificidades do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Os anos de 1930 inauguraram novos tempos na produção das Ciências Sociais brasileiras e podem ser considerados os anos de “gestação” dos EC no país. A “novidade” dos tempos se deve ao fato de que os EC

foram canalizados para a Sociologia no Brasil como parte de um movimento intelectual na década de 30 voltado à consolidação de uma consciência científica na compreensão da realidade nacional. Operando uma revisão crítica da tradição acadêmica que os precedia, os estudos de comunidade, por seu embasamento empírico, se figuraram então como a alternativa mais legítima para substituição dos modelos explicativos anteriores, contestados como conjecturais e paracientíficos (Goldwasser, 1974, p. 74).

Os EC estão, pois, vinculados a certo momento de desenvolvimento das Ciências Sociais no país, no qual estes estudos figuraram um esforço de se contrapor e superar uma sociologia de caráter mais ensaístico. O embasamento empírico a que se refere Goldwasser, traria a produção científica sócio-antropológica brasileira ao cânon da produção “verdadeiramente”¹⁵ científica, por revesti-la de objetividade, e por embasá-la em dados concretos acerca da realidade social investigada.

Mariza Corrêa (1987, p. 21) destacou três momentos da produção das Ciências Sociais brasileiras: um primeiro “que poderíamos chamar de o momento das ‘grandes sínteses’,

¹³ Segundo Antônio Cândido, esse era um traço positivo da situação paulista em relação às Ciências Sociais, a que chamou de “auspiciosa compenetração entre sociologia e antropologia” (Cândido, 1958, p. 517).

¹⁴ O viés antropológico do curso de Sociologia da ELSP também foi registrado por Levy Cruz, que participou do Projeto do São Francisco [informação verbal] (Entrevista concedida por Levy Cruz a Marcos Chor Maio em 19.09.2007).

¹⁵ Entre aspas para marcar que esta era uma visão que deve ser entendida em seu contexto histórico e intelectual específico.

[compreendia] as avaliações globais da sociedade brasileira feitas pelos seus intelectuais (tendo como exemplos Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre)”; um segundo representado pelo seu processo de institucionalização com a criação dos centros acadêmicos nesta área, e um terceiro, “inaugurado com a reforma do ensino universitário no final da década de 60 – e cuja expressão são os cursos de pós-graduação”.

Se havia se consolidado, num passado nem tão distante, aquela tradição de reflexão sobre a sociedade brasileira encabeçada por nomes como Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, por exemplo, havia chegado o momento, de acordo com alguns cientistas sociais contemporâneos aos anos de 1930, de consolidar uma nova perspectiva, fundamentada na objetividade e na neutralidade. Na busca por estes novos padrões que marcavam a produção científica, tendo no horizonte a investigação empírica dos EC como caminho para alcançá-la, diversos pesquisadores – profissionais e em treinamento, concentraram seus esforços na aplicação desses novos padrões de cientificidade em seus trabalhos.

O fato do conjunto desses pesquisadores ser formado por indivíduos profissionais e em treinamento, aponta para um processo fundamental experimentado exatamente neste momento da história das Ciências Sociais, que era de superação da produção sociológica anterior: o processo de institucionalização universitária destas ciências no Brasil. Este processo é, concomitantemente, gerador dos fatores que se põem no horizonte desta nova fase da produção sociológica e antropológica, como também resultado da demanda criada por este momento da intelectualidade brasileira.

Tal pode ser percebido em razão da criação de centros universitários ter ampliado, consideravelmente, as possibilidades de formação e ingresso de pesquisadores nacionais no universo acadêmico no campo das Ciências Sociais, e pelo contato com diferentes técnicas e orientações teórico-metodológicas, advindas com pesquisadores estrangeiros como Donald Pierson, inseridos nesses mesmos centros universitários. Outrossim, as novas perspectivas de produção das Ciências Sociais retroalimentavam o prestígio dos centros universitários dentro da comunidade científica, fomentando investimentos em formação profissional e pesquisas.

Neste contexto de início da década de 1930, surgem importantes centros de formação profissional na área das Ciências Sociais em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Neste estado, as principais referências são a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), criada em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934. Em Sérgio Miceli (1989), diversos autores fazem um mapeamento das questões que impulsionaram e caracterizaram o processo de

institucionalização dessas ciências no Brasil. Vejamos como a produção de EC no Brasil está intrinsecamente ligada a este processo através da ELSP.

A Escola, cuja criação é um marco na história das Ciências Sociais no Brasil, promoveu muitos estudos voltados para populações interioranas. Sua relação com a produção das Ciências Sociais da Universidade de Chicago se estabeleceu por meio de professores estrangeiros contratados para compor seu corpo docente, como Emilio Willems, Herbert Baldus e, especialmente, Donald Pierson. Este pode ser considerado um dos principais representantes no Brasil da perspectiva de produção sociológica norte-americana que ficou conhecida como Escola de Chicago.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1995), a Universidade de Chicago foi a primeira a institucionalizar a produção sociológica, criando um departamento de Sociologia com cursos de pós-graduação, supervisão de pesquisas, publicação de periódicos, e com interesse específico na articulação do campo teórico com a observação empírica, uma vez que as condições socioeconômicas de Chicago impulsionavam as pesquisas¹⁶. Mediante o trabalho de Robert E. Park¹⁷, que figura entre os principais nomes da Escola de Chicago e foi inclusive orientador de Pierson, consolidou-se uma perspectiva sociológica caracterizada pela observação direta, pela coleta de depoimentos e contato com a população estudada, atenta aos processos de mudança social (Massi, 1989, p. 435), e que via na investigação dos fatos sociais uma possibilidade de intervenção e de aumento da qualidade de vida da população.

Pierson trouxe consigo esta visão de como deveria ser, e que fins deveria ter o trabalho do sociólogo profissional. Haja visto as transformações econômicas e sociais pelas quais passava o Brasil, aliou-se à sua visão, as ideias da elite paulista que fundou a ELSP, desejava por um protagonismo na condução do país à modernidade. O processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil sugere, assim, uma articulação entre o desenvolvimento dessas ciências e o ideário de modernização do país, que se refletiu nos trabalhos aqui produzidos

¹⁶ A cidade de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, oferecia a esta perspectiva sociológica um profícuo campo de pesquisas sociais, em razão dos efeitos da urbanização e da industrialização, que provocaram um acelerado crescimento populacional e uma crise nos serviços básicos da vida urbana. Estes fatores puderam ser integrados à produção sociológica pelo fato da disciplina ser, naquela universidade, entendida como um instrumento de reforma social (Oliveira, L. op. cit., p. 72).

¹⁷ Robert Park nasceu em 1864, no estado da Pennsylvania (EUA). Graduou-se na Universidade de Michigan em 1887 (Bacharel em Artes) e trabalhou nos anos seguintes como jornalista. Tornou-se Mestre pela Universidade de Harvard e Ph.D. em Filosofia em Heidelberg, Alemanha (1904). Ingressou na Universidade de Chicago em 1914, para lecionar no Departamento de Sociologia, tendo lecionado também na Universidade de Fisk. Foi presidente da *American Sociological Society* e membro do *Social Science Research Council*, entre outros cargos. Esteve no Brasil em 1937, em razão da supervisão da pesquisa que Pierson realizava em Salvador (BA) sobre relações raciais, e de seu interesse por este tema. Outros temas a que Park dedicou suas pesquisas foram relações culturais, comportamento coletivo, Ecologia Humana e Psicologia Social (Valladares 2010; Pierson, 1944).

neste período. Como aponta André Botelho (2008, p. 274), “são as instituições que viabilizam, num plano, a reprodução da própria ideia de ciência como um valor distintivo da modernidade”.

Nísia Trindade Lima (1999, p. 155-209), ao analisar diferentes versões da história das Ciências Sociais no Brasil, mediante os trabalhos de cientistas como Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Mariza Peirano, entre outros, mostra a pluralidade de motivações que fundamentaram a produção sócio-antropológica pós-institucionalização universitária. Esta pluralidade fundamenta sua crítica à abordagem que acentua o marco institucional como principal referência para a adoção de padrões científicos por parte dessas ciências e para sua articulação com os problemas nacionais.

Segundo a autora, tal abordagem naturaliza o processo de institucionalização, desvalorizando importantes contribuições do período anterior para interpretações da sociedade brasileira. Por outro lado, cria uma estereotipia em torno das diferentes instituições de ensino e pesquisa que surgiram na década de 1930, que dificulta a consideração mais profunda dos diversos referenciais políticos e também teórico-metodológicos de trabalho, adotados por estas instituições (ibidem).

O referencial adotado pela ELSP foi a formação a partir do modelo do sociólogo profissional, voltado para pesquisas empíricas e apto a seguir carreiras administrativas. A finalidade técnica da Escola era mais acentuada que noutras instituições de ensino superior criadas nesse período, como a FFCL (Limongi, 1989; Bomeny, 2001).

Limongi faz uma verdadeira “radiografia” das duas instituições, discorrendo sobre os profissionais que nelas trabalharam, suas matrizes acadêmicas e os desdobramentos de sua influência na produção antropológica e sociológica, os modelos de ensino e pesquisa que foram utilizados, com destaque para os modelos americano (na ELSP) e francês (na FFCL)¹⁸. Trata também dos elementos que as aproximam, como a presença de profissionais estrangeiros, e dos que as distanciam, como as finalidades de cada uma, sendo igualmente interessante como o autor mostra as disputas intelectuais que estas diferenças geraram. Apesar das diferenças, a relação entre as instituições, segundo Peixoto e Simões (2003, p. 388), era

¹⁸ Sobre as influências norte-americanas e francesas dentro das instituições de ensino superior no Brasil, cf. MASSI, op. cit.

mais de colaboração que disputa, haja visto a participação de professores e alunos em projetos de pesquisa e programas de especialização em ambas¹⁹.

Há, a partir de então, uma mudança significativa no processo de produção do conhecimento sócio-antropológico, no qual as investigações de campo, sob influência de pesquisadores estrangeiros como Donald Pierson, constituem um elemento importante neste novo curso da história das Ciências Sociais no Brasil. Entretanto, uma importante característica distintiva das ciências institucionalizadas para a “ensaísta”, reside justamente na consciência que os cientistas sociais desenvolveram acerca da sua própria produção intelectual e do seu papel na comunidade científica, como aponta André Botelho:

o ensaísmo não expressa a organização e a atuação de um grupo de indivíduos/autores com interesses coletivos comuns programáticos e deliberados, mais além de seus conflitos e disputas internas. Estes aspectos também distanciam o ensaísmo das ciências sociais institucionalizadas, cujos atores se mostram, em geral, muito conscientes de seus objetivos, regras de atuação e *ethos* como cientistas sociais [tradução livre] (Botelho, 2009, p. 183-184).

O trabalho de pesquisadores como Donald Pierson contribuiu não somente para o conhecimento da sociedade brasileira, mas também para a afirmação da importância do papel dos cientistas sociais na formação de seu próprio ofício e do seu campo de conhecimento. Foi a dupla chave – a contratação de pesquisadores estrangeiros e a introdução da investigação de campo – que levou a Sociologia a alcançar aqui o estatuto de uma disciplina científica, voltada para uma educação que preparasse profissionais para atuação nos setores econômicos, administrativos e políticos, como também voltada para a criação de recursos a partir dos quais se pudessem solucionar os problemas sociais brasileiros.

Os EC cumpriram então um papel fundamental no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, haja visto o fato de que a ELSP, pioneira nesse processo, fomentou este tipo de pesquisas conduzindo o treinamento de profissionais nesta área mediante métodos e técnicas de pesquisa que se propunham contrapor e superar a produção considerada ensaísta. Além disto, surgiu na ELSP o primeiro departamento de pesquisas desta natureza, sob influência da visão preconizada no Brasil por Donald Pierson, que articulava o ofício do sociólogo profissional às investigações de campo e às demandas criadas pela conjuntura histórica nacional.

¹⁹ Emilio Willems foi professor tanto da ELSP quanto da FFCL, Florestan Fernandes e Gioconda Mussolini, que tiveram passagem pelo quadro docente da FFCL, foram também alunos de pós-graduação da ELSP (Peixoto e Simões, op. cit., p. 388).

1.3. Os debates em torno dos Estudos de Comunidade

Os debates em torno dos EC atestam que sua produção não se deu sem disputas, enfrentamento de ideias, defesas e críticas. Boa parte dessa discussão se deu no momento em que um número significativo destes estudos era realizado no país, especialmente durante as décadas de 1940 e 1950. Faz-se mister então, levantar algumas questões dentro deste debate, começando pela indicação das suas contribuições à produção das Ciências Sociais.

Um dos primeiros aspectos acerca das contribuições dos EC à produção sócio-antropológica, de acordo com Oracy Nogueira (1955a, p. 98), está relacionado àquele específico momento da história das Ciências Sociais no Brasil, que era de um esforço intelectual de superação da produção sociológica anterior ao processo de institucionalização destas ciências, iniciado na década de 1930. Tal produção, considerada conjectural e não-científica, seria então ultrapassada pelos EC. Estes proveriam dados empíricos e, de acordo com esta visão, mais consistentes sobre determinada realidade social, espacialmente delimitada, e em seu conjunto, de forma que restaria pouca ou nenhuma possibilidade de análise a partir de dados extra-locais, ou de suposições.

Os EC seriam também, segundo Nogueira, o método mais eficaz de investigação do processo de mudança social, uma vez que por meio desses estudos seria possível examinar de maneira mais adequada as relações interpessoais, as “manifestações subjetivas e inter-individuais da vida social, revelando a tendência do grupo a perpetuar seus valores tradicionais ou a abandoná-los e substituí-los por outro sistema de valores” (ibidem). Desta forma, pela observação factual da vida social através da identificação das formas culturais a partir de situações concretas, seria possível realizar uma verificação direta das hipóteses formuladas no projeto de pesquisa, confirmando-as ou não, o que apontaria para a formulação de novas hipóteses (Consorte, 1956, p. 67).

Outro caráter que os EC assumiram à época em que começaram a ser produzidos no Brasil, refere-se à contribuição que o conhecimento produzido sobre a realidade social das comunidades estudadas poderia oferecer aos projetos de mudança que, tanto o governo federal, quanto outras instituições (educacionais, sanitárias, etc.) estavam implantando no interior do país (Wagley e Azevedo, 1951; Consorte, 1956; Ianni, 1961). Esta é uma importante chave de compreensão da relação entre a história das Ciências Sociais no Brasil e a conjuntura histórica nacional de meados do século XX.

Emilio Willems e Oracy Nogueira são autores que chamam a atenção para a dimensão auxiliar que os EC poderiam assumir no trabalho dos agentes de mudança social e cultural (médicos, engenheiros, educadores, sanitaristas, entre outros). O conhecimento das Ciências Sociais produzido por meio dos EC apontava a necessidade de um maior contato – por parte destes técnicos – com as características socioculturais das populações-alvo dos projetos de desenvolvimento, independente do foco de cada um desses projetos.

A participação de diferentes profissionais nos projetos de mudança social era mais um indicativo de que deveria haver várias frentes de ação na solução dos problemas das comunidades do interior do país. Todavia, Willems (1943, p. 21) destaca que, se cada técnico atuasse em sua área de forma desarticulada às demais, dificilmente os projetos teriam êxito. O autor, já no início da década de 1940, percebia que cada especialidade técnica se ocupava de um problema particular e procurava resolvê-lo:

Para os médicos, o caboclo é um doente e um sub-alimentado; para o educador, todo 'mal' reside no analfabetismo; o agrônomo verifica a inexistência de conhecimentos 'racionais' de agricultura; os economistas dão pela falta de crédito, de mercados e meios de comunicação, os moralistas desejam erradicar certos 'vícios', e assim por diante (ibidem).

Desta forma, sem uma visão de conjunto da vida social das comunidades dada pela investigação de seus elementos socioculturais, a mudança cultural teria um efeito limitado, ou pouco duradouro. Os estudos de cientistas sociais, então, ordenariam o processo de mudança, visto que apontavam para a necessidade de um planejamento prévio que levasse em consideração tais características, no intuito tanto de gerar nos agentes de mudança uma atitude mais compreensiva acerca das populações com que lidavam, quanto de aumentar a eficiência e a eficácia das transformações estabelecidas nos projetos de desenvolvimento (Nogueira, 1955a, p. 98).

Isto seria possível porque os EC informariam as condições que favoreciam ou se opunham às mudanças projetadas, permitindo que, durante o planejamento, as melhores técnicas de informação e convencimento fossem utilizadas. Além disso, Nogueira também identificava nos EC uma maneira de mostrar à administração pública as reais necessidades das populações interioranas, corrigindo o que ele chamou de “tendência político-administrativa de se concentrarem os recursos disponíveis na solução dos problemas que afetam as populações dos centros de maior densidade” (ibidem, p. 99).

Os EC foram objeto também de críticas por diversos autores, especialmente em relação à metodologia e ao arcabouço teórico. De maneira geral, eles reconhecem que essas pesquisas trouxeram contribuições para a produção de conhecimento acerca da realidade social nacional, como vimos anteriormente. No entanto, tais contribuições não esgotam este recurso de pesquisa, e não são suficientes para fazer dele o recurso por excelência de pesquisa social.

Logo, nota-se que não é apenas o método, ou sua acurada aplicação, que determinam o alcance da análise que é feita por meio dele. Neste sentido, Prado Júnior (1948) chama a atenção para a carência da exposição e exploração de um quadro teórico substancial que desse conta do volume de informações levantadas pelo método de pesquisa utilizado nos EC, e que tornasse possível a produção de uma verdadeira análise sócio-antropológica.

Primeiramente, é preciso ressaltar que sua avaliação é feita a partir do estudo de comunidade realizado por Emilio Willems publicado em 1947, sobre Cunha (Willems, 1947). Willems fez parte do corpo docente da ELSP (regeu as cátedras de Sociologia e Antropologia Social), da USP (cátedra de Antropologia), e é um dos fundadores da revista Sociologia. De acordo com Villas Bôas (2000, p. 172), a importância de Willems para as Ciências Sociais brasileiras reside especialmente “na perspectiva que imprimiu ao seu trabalho intelectual, voltado enfaticamente para o conhecimento da mudança cultural”.

O estudo de Cunha é considerado pioneiro no país neste tipo de pesquisa, ou seja, o primeiro estudo publicado que utiliza as técnicas de pesquisa social expostas. Os objetivos do trabalho de Willems estavam centrados na investigação do caráter das transformações socioculturais pelas quais a comunidade de Cunha, que ficava no interior paulista, estava passando, em razão especialmente do fim de seu isolamento com a construção de uma estrada de rodagem que a ligava a Guaratinguetá (Willems, op. cit.).

Na primeira parte deste trabalho, Willems trata dos aspectos gerais da comunidade, da sua história, dados demográficos e mobilidade espacial; na segunda trata da estrutura social, como a estratificação das classes sociais, as relações vicinais e familiares, e as associações religiosas, políticas e de outros tipos; na terceira, por sua vez, trata da cultura, discorrendo o autor sobre a organização econômica, alimentação, vestuário, habitação e mobiliário, indústrias domésticas, o universo mágico e religioso e as festas anuais; nas últimas partes, o autor apresenta um resumo dos dados e suas conclusões na pesquisa, em que destaca que os fatores de estabilidade social estavam ligados à força da tradição, enquanto os de

instabilidade, ligados às inovações que chegavam à comunidade com o rompimento do seu isolamento com a estrada intermunicipal (ibidem, p. 168).

Gioconda Mussolini, aluna de Willems na ELSP, participou das pesquisas em Cunha e também na ilha de Búzios²⁰. Em resenha sobre o livro de seu professor sobre Cunha, a antropóloga afirma:

Ao lado das tendências à transformação são analisadas outras que revelam 'o grau de resistência que a comunidade opõe à mudança', os 'inúmeros fatos específicos que caracterizam a persistência da tradição', 'resistindo às tendências de individualização' [p. 90]. Em resumo, transição a partir da tradição, por impacto de novas forças, revelando 'a capacidade que a comunidade local demonstra em acomodar seus antagonismos e conflitos internos' [p. 164] (Mussolini, 1949, p. 479).

Já os comentários de Prado Júnior sobre o trabalho de Willems refletem sua preocupação tanto em avaliar a legitimidade do uso do método, como também mensurar que reais contribuições para as Ciências Sociais é possível se obter através do mesmo.

Prado Júnior (1948, p. 24) percebe que o método, por carecer de elementos que articulem os dados, “num conjunto coerente e cientificamente sistematizado”, compromete sobremaneira o resultado do trabalho. O problema não estaria apenas na maneira em que o método foi utilizado, mas na sua própria utilização para alcançar os fins propostos para a pesquisa. Segundo o autor, não é possível identificar “qualquer ideia diretriz” que oriente a pesquisa. Logo, os critérios levados em consideração para a escolha da comunidade a ser investigada, ou quaisquer outros usados em etapas posteriores, seriam diversos de um arcabouço teórico consistente e próprio das Ciências Sociais, que teria por fim, dar inteligibilidade à gama de informações coligidas e servir de base para uma análise de caráter científico.

Como a apresentação dos dados através deste método de pesquisa não possibilita o conhecimento da dinâmica dos fatos sociais, segundo Prado Júnior, o que se obtém é um “estudo social”, não uma “análise científica” (ibidem, p. 26). Para este autor, uma verdadeira análise científica ultrapassa a descrição dos fatos: é necessário que, a partir deles, haja “interpretação, explicação, síntese e sistematização”. Isto só seria possível se houvesse um corpo de ideias que fundamentasse bem a pesquisa, mas esta configuraria uma das maiores lacunas das pesquisas realizadas com esta orientação metodológica (ibidem, p. 27).

²⁰ A pesquisa realizada com Willems em 1947 nessa localidade foi publicada em 1952: *Buzios Island – a caiçara community in southern Brazil*. Seattle, University of Washington Press. Sobre a trajetória intelectual de Mussolini, ver CIACCHI, Andrea. “Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica”. *Revista Antropologia*, vol. 50, n° 1, 2007.

Assim, a predominância do caráter descritivo dos EC prejudicaria seu “alcance explicativo”, uma vez que o “importante não é a exaustão de detalhe, mas a amplitude da visão” (Arensberg e Kimball, op. cit., p. 174). Os dados coletados na pesquisa estariam, pois, devidamente identificados, expostos, compartimentados, mas o processo de mudança que eles deveriam informar permanecia inacessível, pois não havia entre os mesmos uma conexão clara que seria dada pela teoria. Segundo Consorte (op. cit., p. 68), nos EC haveria apenas a descrição dos aspectos da cultura em que se percebe a mudança social e dos fatores que a impulsionaram, e não uma análise mais consistente da forma pela qual se procedeu tal mudança.

Na mesma direção aponta Gioconda Mussolini (op. cit., p. 480) ao final de sua resenha sobre o livro de Willems:

[...] a obra sobre Cunha dá a impressão de uma fuga deliberada da teoria explícita. [...] Ao trabalho sobre Cunha – excelente fonte de material e análises, ponto de referência para futuros estudos – falta, a nosso ver, uma certa interação entre as proposições gerais que lhe serviram de base e os fatos particulares que ilustra, numa redefinição daquelas proposições, que impedisse a impressão de reificação de conceitos.

É justamente a reificação de conceitos nos EC um dos pontos de crítica de Maria Sylvia F. Moreira (1963, p. 37-38). Para a autora, a forma de captação das relações comunitárias nesses estudos enfatiza sobremaneira os elementos de preservação da ordem social, apontando os aspectos mais estáveis da comunidade. Por isso mesmo, os EC careciam de um arcabouço teórico útil à apreensão dos fatores de mudança social. Ainda que os estudos revelassem o grau de desorganização social em que viviam, os trabalhos não ultrapassariam a indicação de quais elementos sofreram maior ou menor impacto em relação a possíveis transformações, permanecendo inacessível o processo de mudança.

A ausência, nos EC, da interação entre os dados e as proposições teóricas que devem orientar uma pesquisa social – como registrou Mussolini, foi objeto da comunicação de Levy Cruz no Segundo Congresso Latino-americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro em 1953. Na ocasião, Cruz se contrapunha a esta visão, e chamava a atenção para a existência de hipóteses, ou “expectativas” teóricas informando a realização de EC, ainda que elas não estivessem explicitamente presentes nos relatórios de pesquisa. Ele argumenta mediante sua experiência na coordenação de uma pesquisa no Vale do São Francisco, cuja investigação, para ele, contribuía para o conhecimento da sociedade mais pela obtenção de dados que permitiam formular análises, que pela possibilidade de testar hipóteses previamente

concebidas. Entretanto, reiterava a necessidade de apresentação, por parte dos pesquisadores, das hipóteses e resultados da investigação nos EC, a fim de “equacionar as implicações teóricas nos seus estudos” (Cruz, 1953, p. 260-265).

O problema referente à dimensão da teoria nos EC também é colocado por Sérgio Buarque de Holanda (1979[1948], p. 132), apontando a tensão entre Antropologia e Sociologia: no conjunto de teorias que informava o estudo de comunidades primitivas – campo de atividades da Antropologia – as questões da homogeneidade e estabilidade da organização social eram primordiais, assim como as ideias de auto-suficiência e caráter unitário da comunidade. Com os EC, que se voltavam então para o estudo de comunidades não-primitivas, esse conjunto de teorias teria se tornado inadequado à análise que se pretendia fazer por meio dos EC, uma vez que a realidade social investigada não apresentava tão estritamente a homogeneidade, estabilidade, auto-suficiência ou unicidade observada nas comunidades primitivas. Com isto, a utilização rígida do método antropológico na investigação das comunidades interioranas, sem levar em conta a fluidez dos contatos da comunidade com situações sociais externas, poderia limitar o alcance analítico dos EC.

As críticas de Moreira (1963) e Holanda (1979[1948]) acima referidas apontam limitações dos EC, mas também propõem caminhos para que tais estudos sejam aprimorados e contribuam mais substancialmente (consoante suas perspectivas) para a produção das Ciências Sociais no país. L. A. Costa Pinto (1970[1963]) e posteriormente Klaas Wortmann (1972), pelo contrário, criticam a própria validade desses estudos enquanto pesquisa social.

As objeções de Costa Pinto e Wortmann recaem principalmente sobre o caráter culturalista dos EC. Ao estudar a sociedade civilizada como se fosse primitiva, segundo Costa Pinto (op. cit., p. 79; 85-86), os EC encarnam uma “distorção metodológica” que lhes confere características essencialmente descritivas, impossibilitando o desenvolvimento de uma problemática específica, pois o esquema conceitual dos antropólogos não permitia analisar os fenômenos sociais próprios de comunidades não-primitivas e em processo de mudança.

Já segundo Wortmann (op. cit., p. 132-135), o caráter culturalista dos EC os conduz a uma visão idealista da realidade social estudada, em que os estereótipos e modelos que informam a pesquisa substituem a própria realidade. Por outro lado, leva-os também à desconsideração das estruturas nacionais e suas manifestações locais, apesar de serem julgadas inteligíveis mediante a análise de suas múltiplas relações. Além disto, o culturalismo dos EC os impossibilita suscitar generalizações – em função dos problemas de

representatividade das comunidades – deixando incompleto o trabalho científico, e torna os dados levantados na pesquisa improdutivos, pois segundo o autor,

Não é simplesmente a partir dos dados da realidade empírica – limite dos estudos de comunidade – que se alcança a explicação dos sistemas sociais. Somente a partir de conceitos da realidade abstrata é possível entender sistemas como totalidades concretas (ibidem, p. 134).

Suely Koffes (1996, p. 44) chama atenção para a dimensão histórica não só dos EC, mas principalmente de suas críticas. Ao afirmar que “a crítica a um modelo cultural e funcional [acontece] para afirmar um modelo histórico e estrutural”, a autora constrói uma interlocução dos EC com seus críticos – nestes termos, em especial, com a crítica de Wortmann. Situa-la no momento em que a análise das tradições antropológicas no país passava também pela distinção entre intelectualismo e empirismo (ibidem, p. 46), sugere que as avaliações dos EC exprimiam as demandas intelectuais e os lugares institucionais a partir dos quais eram feitas²¹.

Embora a crítica de Wortmann seja de um momento bem posterior aos anos de 1950, alguns dos aspectos por ele levantados já estavam colocados no debate contemporâneo acerca dos EC. Oracy Nogueira (1955a), por exemplo, embora fosse um “partidário” dos EC, apontava também algumas das limitações desses estudos, e comentava as objeções que se lhe faziam. Em 1953²² já destacava o problema aparentemente contraditório da realização de um estudo monográfico, mas com pretensões à formulação de análises mais generalizantes. Noutras palavras, era preciso extrair de um estudo sobre um objeto específico, informações que pudessem servir de subsídio para uma reflexão ampliada do contexto social nacional. Neste sentido, o primeiro ponto era o da escolha, entre as possibilidades de dados da vida social a se colher, daqueles mais relevantes para a investigação.

Tal escolha refletiria a formação profissional dos cientistas sociais, e também o arcabouço teórico que iluminava as questões diretrizes da pesquisa, cuja articulação, se bem fundamentada e instruída nas melhores técnicas e nos mais consistentes conceitos analíticos, daria ao estudo um caráter irrefutavelmente científico. Logo, uma formação profissional que abarcasse esses dois aspectos e tornasse o pesquisador capaz de articular os seus dados

²¹ Consorte (1996, p. 59), ao tratar das críticas de Octávio Ianni aos EC (1961), também destaca o distanciamento temporal em que as críticas foram feitas, bem como o seu distanciamento intelectual em relação a tais estudos, visto que não produziu nenhum EC, nem participou de projetos afins. Suas críticas advinham da sua militância como sociólogo, das questões das Ciências Sociais de então, que informava sua atividade intelectual.

²² Comunicação feita naquele ano na I Reunião Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro, publicada em 1955 pela Revista de Antropologia (Nogueira, op. cit.).

pesquisados a trabalhos realizados anteriormente, seria o caminho para superar a tensão entre estudo monográfico e generalização (Nogueira, op. cit., p. 99-100; Prado Júnior, op. cit., p. 27).

Esta era uma questão polêmica porque dificilmente se poderia encontrar uma comunidade tão isolada e fechada em si mesma, quanto a transposição do método antropológico supunha. As comunidades, grosso modo, e em graus variados, sofriam influências externas, seja de outra comunidade mais próxima, seja da organização social mais geral que formava a nação, tornando latente o problema de sua circunscrição em limites rigorosamente definidos. Se, por um lado, a ampliação da delimitação da comunidade levava à perda do foco do objeto de pesquisa, por outro, “a eficácia teórica e prática de um estudo de comunidade depende de sua contextualização (...) [uma vez que na] escala mais compreensiva da organização regional ou do sistema nacional é que se estabelecem as premissas para uma operação de generalização” (Goldwasser, op. cit., p. 75-76).

Consorte (op. cit., p. 72) e Durham (1982, p. 167) acrescentam que faltava aos EC uma preocupação mais explícita em não apenas mostrar a comunidade como um exemplar do que estava sendo investigado, mas demonstrar a sua relação com o contexto nacional, com as instituições da sociedade tomada sob um olhar mais amplo, reflexo da falta de uma orientação que permitisse tal articulação.

Em razão desta questão, os EC foram também considerados estudos “alienados” do contexto nacional. Surgiram críticas quanto à superficialidade dos EC em relação à investigação de questões mais importantes da sociedade (Prado Júnior, op. cit., p. 27-29), como o acirramento das tensões no mundo do trabalho em razão da disputa entre o capitalismo e o socialismo que avançava no bojo da Guerra Fria.

A crítica de Prado Júnior é melhor compreendida no contexto da sua orientação intelectual e política, que o insere na corrente marxista de crítica ao capitalismo. José C. Reis (1999) afirma que foi a própria militância política – Prado Júnior filiou-se ao Partido Comunista – que o levou à historiografia. As transformações pelas quais as comunidades em estudo estavam passando, eram tributárias de uma conjuntura política e econômica que conduzia o país ao universo capitalista. Este movimento era alvo de críticas dos marxistas ao sistema de capitalismo moderno que se impunha de maneira devastadora. Apesar das críticas ao capitalismo, a inserção das comunidades interioranas nesse universo estava no horizonte dos cientistas sociais envolvidos na produção de EC, como aponta Charles Wagley em seu estudo na Amazônia, ao considerar benéficas as transformações orientadas para a

aproximação das comunidades rurais ao modo de vida urbano, e a articulação do trabalho de cientistas sociais nos programas de desenvolvimento socioeconômico (Wagley, 1957[1953]).

Este é justamente um dos pontos levantados por Octávio Ianni em suas objeções aos EC. Para o autor, embora a intenção de oferecer subsídios aos administradores responsáveis por programas de educação e saúde pública, por exemplo, tenha impulsionado a realização desses estudos, o alcance limitado da descrição dos dados levantados não permitia o acesso aos fenômenos sociais, cuja inteligibilidade era essencial para a adaptação desses programas às reais condições de mudança das comunidades rurais (Ianni, 1961, p. 114-115).

Além disto, a crítica de Ianni aos EC se estende às considerações sobre o papel que teriam na história das Ciências Sociais. Como vimos anteriormente, Nogueira (1955a) havia apontado a importância dos EC para a superação da produção sociológica considerada ensaísta. Ianni mostra, por sua vez, que os EC, embora constituíssem apenas um método de investigação, foram confundidos com um “modelo teórico de compreensão da realidade [social]”, prejudicando a articulação dos aspectos levantados ao arcabouço teórico que permitiria construir, a partir deles, uma análise explicativa da sociedade brasileira. E assim, segundo o autor,

Alguns fenômenos continuamente examinados nesses estudos etno-sociológicos, tais como *isolamento e contato sociocultural, desorganização, individualização, mudanças sociais e culturais*, etc., são encarados geralmente da mesma perspectiva, sem que se procure ultrapassar as limitações das focalizações clássicas do assunto. Não se nota qualquer tentativa de renovar a compreensão tradicional desses processos, descobrindo-lhes as dimensões que as primeiras investigações não conseguiram formular. Ao contrário, repetem-se as reconstruções descritivas, orientadas para as manifestações globalizadoras [grifos do autor] (ibidem, p. 117).

A crítica de Ianni vai ao encontro das considerações de Nogueira (op. cit.), e redimensiona o papel dos EC na história das Ciências Sociais no Brasil, deslocando-os da centralidade que tinham no estabelecimento de parâmetros diferentes de regime de cientificidade na produção sócio-antropológica. Não obstante, a investigação dos estudos do Projeto do São Francisco indica que a contribuição dos EC realizados no país para o desenvolvimento das Ciências Sociais não se resume às expectativas de compreensão da realidade social criadas a seu respeito. Apesar das limitações apontadas pelos críticos, como o caráter essencialmente descritivo, os EC representam o esforço de compreensão da sociedade brasileira a partir de dados empiricamente levantados, considerando-os relacionados à conjuntura de transformações socioculturais da década de 1950.

Emerge também com frequência entre os críticos dos EC, problemas em relação à representatividade das comunidades. Na perspectiva dos cientistas sociais que realizaram EC, a comunidade que apresenta determinado fenômeno social que se pretende investigar, torna-se exemplar da ocorrência do mesmo. Contudo, não é suficiente que uma comunidade seja considerada em estado de mudança social, por exemplo, para defini-la como representativa de todas as comunidades que passam pelo mesmo processo.

A comunidade só será representativa desse fenômeno à medida que for um exemplar significativo dentro de um conjunto, cujas características foram devidamente identificadas, seja através da produção de *surveys*, seja através de outras técnicas de sondagem ou investigação preliminar – “[...] deve-se comprovar que as unidades que estão sendo comparadas sejam realmente comparáveis entre si quanto à natureza de sua estruturação e grau de desenvolvimento” (Goldwasser, op. cit., p. 76).

Este grau de comparabilidade está ligado a uma segunda dimensão do problema da representatividade. A partir desse conjunto de características das comunidades é que podem ser estabelecidas comparações que, por aproximação ou oposição, tornam latentes as relações das comunidades entre si, dos fenômenos em relação às comunidades, dos fenômenos apresentados em algumas comunidades em relação aos apresentados noutras, e assim sucessivamente. O grau de comparabilidade com outros exemplares, dentro de um sistema em que se possa apresentar os dados colhidos, interpretá-los, sintetizá-los e finalmente analisá-los (sem esquecer a articulação com trabalhos anteriormente realizados), é que determina o alcance das generalizações que possam ser feitas a partir do estudo de uma comunidade específica.

Há também a questão delas serem ou não exemplares típicos da região estudada, das condições de vida experimentadas na região (Nogueira, op. cit., p. 101). Os critérios utilizados na eleição das comunidades – econômicos, históricos, físicos, e também de ordem dos padrões culturais (Wagley e Azevedo, op. cit., p. 229), mostravam que as comunidades estudadas possuíam elementos comuns, que as inseria no contexto nacional (atividades largamente voltadas para a subsistência, ter população composta basicamente pelas mesmas variações étnicas de brancos, indígenas e negros, falar a mesma língua, etc.). Não obstante, elas apresentavam características bastante diversas para representarem sozinhas, todo o conjunto a que pertenciam (Consorte, op. cit., p. 66).

Outra crítica feita aos EC se refere à tentativa de utilizar com rigor metodológico uma técnica que foi experimentada, desenvolvida e orientada para uma determinada realidade

social bastante diversa da que se havia estabelecido no Brasil (Holanda, op. cit., p. 126). O autor se remete ao fato de que o método era estimulado por fatores localmente definidos, e que, ao que parece, à nossa realidade nacional seria necessário ou um método específico, ou uma adaptação deste método já conhecido, ou ainda um menor rigor quanto à sua aplicação metodológica. Neste sentido, ele não vê neste método um verdadeiro empecilho para se chegar a conclusões de caráter científico.

Guerreiro Ramos também faz uma crítica contundente aos EC no que concerne à importação de modelos de desenvolvimento e de investigação. Durante o II Congresso Latino-americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo no ano de 1953, enquanto presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, o sociólogo desaconselhou “a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos” e a aplicação de “recursos na prática de pesquisa sobre minudências da vida social, devendo se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais” (Ramos, 1995[1957], p. 105-106).

Sua visão aponta a interpretação dos EC como reprodução de uma Sociologia estrangeira pouco ou nada articulada às realidades nacionais. Por isso mesmo, não seria então capaz de contribuir substancialmente nem para uma análise da sociedade brasileira, nem para conduzi-la ao desenvolvimento. Ao invés disso, contribuía para o “esclarecimento de pormenor da vida rural brasileira de secundaríssima importância”, criando a ilusão de que os EC teriam papel relevante para o sucesso de “atividades de certa casta de especialistas em problemas rurais, sanitários, imigratórios, aculturativos, assistenciais, educacionais e administrativos” (ibidem, p. 142; 147).

Florestan Fernandes (op. cit., p. 225) rebate tal crítica ao inferir que “eliminar os 'detalhes da vida social' do campo de trabalho do sociólogo equivaleria, atualmente [década de 1950], em dissociar a interpretação dos fenômenos sociais da pesquisa empírica sistemática”. Ora, tal dissociação vinha de encontro ao movimento que buscava superar a produção sociológica anterior ao processo de institucionalização das Ciências Sociais, considerado por muitos cientistas um sinal do desenvolvimento destas ciências no Brasil. Para além desta questão, Florestan também chama atenção ao fato de que, em razão da diversidade econômica e sociocultural característica das cinco regiões brasileiras, o estudo desses “detalhes da vida social” configurariam uma alternativa segura para o conhecimento das estruturas da vida social, e não impossibilitavam ao pesquisador elaborar análises mais generalizantes (ibidem).

O debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes foi registrado por Guidi (1962), mostrando que seu posicionamento refletia as duas correntes interpretativas acerca dos EC naquele momento: uma contra, representada por Ramos, e outra a favor, representada por Florestan. Guidi articula ainda este debate à ideia corrente de que era necessário haver uma mudança social nos países subdesenvolvidos²³, e que as Ciências Sociais tinham uma contribuição importante a dar nesse processo. Na visão da autora, esta contribuição era dada também pelo conhecimento das culturas e estruturas sociais das localidades investigadas através dos EC, o que tornava os comentários de Guerreiro Ramos inapropriados diante da situação. Ela chega a afirmar que “tendo em vista a grande extensão do nosso país e o número representativo de sua população, é acentuada a nossa carência de estudos de comunidade” (ibidem, p. 46-47).

Reforça-se, dessa forma, nossa hipótese de que os EC não estiveram alheios às transformações econômicas, políticas e sociais então em curso no Brasil. Seu caráter de investigação voltada para os projetos de desenvolvimento e mudança social, como destacou Guidi, atesta o engajamento dos cientistas sociais na condução do país à modernidade. Justamente nas investigações pautadas por este tipo de preocupações, a saúde é considerada um elemento importante para o conhecimento e interpretação da vida social das comunidades, como também uma das áreas em que se faz necessário intervir. As críticas apresentadas sinalizam que os EC tiveram um papel relevante no acionamento do conhecimento das Ciências Sociais às questões nacionais, como também compuseram o debate em torno de aplicação metodológica, adequação teórica e outros recursos que confeririam o caráter científico à produção dessas ciências.

O debate em torno dos EC na década de 1950 indica que havia a necessidade de investigar comunidades rurais que ainda mantinham algum grau de preservação da cultura tradicional, em franco processo de desaparecimento face ao desenvolvimento do país. A necessidade partia do entendimento de que era preciso intervir racionalmente nesse processo,

²³ A articulação da mudança social com a ideia de subdesenvolvimento aponta para a visão de que os projetos voltados para a promoção do desenvolvimento era uma preocupação que ultrapassava os interesses nacionais. Como mostra Escobar (1996, p. 13-14), as ideias em torno dos países subdesenvolvidos, do Terceiro Mundo, foram formuladas num cenário internacional em que os países mais modernos julgavam benéficas ações que pudessem transformar economicamente, socialmente e culturalmente o restante do planeta. As ações de instituições internacionais como ONU e UNESCO destinadas a países subdesenvolvidos como o Brasil, atestam que esta era uma preocupação mundial. Logo, a contribuição que os cientistas sociais tinham a dar aos projetos de mudança social teria uma dimensão ampliada. Guidi afirma que os EC seriam “a maior contribuição que a Antropologia Social tem prestado aos programas de cooperação [entendida nesse período como assistência técnica, sanitária, educacional, etc.] interdisciplinária para a resolução de problemas mundiais de desenvolvimento e, como tal, oferecem interesse a especialistas de outras disciplinas” (Guidi, op. cit., p. 47).

para o qual os EC ofereceram suporte até então satisfatórios naquele período. No entanto, conforme os estudos foram sendo produzidos e o país deixava de ser agrário e rural para ser predominantemente industrial e urbano, os EC foram sendo substituídos por outros recursos de pesquisa e interpretação do social, mais afeitos à compreensão das transformações sociais que se processavam (Consorte, 1996, p. 66-67).

Não obstante os EC, em determinado momento da história das Ciências Sociais considerados substitutos da produção ensaística, terem também sido, sob duras críticas, substituídos por outros referenciais de pesquisa e análise social, o seu afastamento das gerações subsequentes foi um resultado indesejado (Cavalcanti, 1999, p. 186). Procuramos, ao revisitar esse debate, trazê-los de volta como aspectos históricos importantes no campo das Ciências Sociais, mostrando sua articulação com temas importantes na década de 1950, a exemplo do desenvolvimento, como abordaremos no próximo capítulo.

Capítulo 2

“Os homens no Vale do São Francisco”: projeto, contexto e pesquisa social nos anos de 1950

No capítulo anterior foram discutidas algumas questões que compõem o contexto intelectual acerca dos EC, com destaque para suas definições, para o seu papel na história das Ciências Sociais no Brasil, suas contribuições ao conhecimento sócio-antropológico da sociedade brasileira, bem como as críticas que tais investigações suscitaram. Foram também levantadas algumas questões conceituais que informaram a realização de EC no país – especialmente no que diz respeito aos conceitos de comunidade e sociedade – baseadas na interpretação do sociólogo norte-americano Donald Pierson. Com isto, procurou-se não apenas circunstanciar cognitivamente o Projeto do São Francisco, como também fundamentar uma nova perspectiva acerca dos EC, na qual contribuições e críticas são igualmente acionadas para marcar a importância desses estudos na história das Ciências Sociais no país.

O foco do presente capítulo está voltado para a contextualização do Projeto do Vale do São Francisco, a reconstituição do ciclo de pesquisas realizadas naquela região e a apresentação dos estudos produzidos²⁴. Num primeiro momento, abordamos o surgimento do Projeto e o *survey* preliminar realizado por Donald Pierson, Octavio da Costa Eduardo e Levy Cruz entre abril e junho de 1950. A partir deles serão discutidos alguns aspectos que permitem situar o Projeto em seu contexto histórico.

Formulado por Donald Pierson em 1949, este projeto mobilizou duas importantes instituições de ensino e pesquisa do Brasil e dos EUA – a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a *Smithsonian Institution* – interessadas em investigações sócio-

²⁴ A pesquisa de Donald Pierson e sua obra *O Homem no Vale do São Francisco* (1972) serão abordados no Capítulo 3. A divisão é feita por considerarmos a angular ampliada com que Pierson retratou o Vale do São Francisco, não só compreendendo todas as comunidades individualmente estudadas, mas articulando os dados levantados na composição da estrutura sociocultural do Vale como um todo. Outro aspecto importante é o fato desta obra complementar sobremaneira os demais estudos, pois apresenta maior detalhamento dos aspectos abordados pelos demais pesquisadores.

antropológicas e no treinamento de pesquisadores nas técnicas de trabalho em Ciências Sociais. Atraiu também a atenção do governo federal brasileiro – representado pela Comissão do Vale do São Francisco, numa conjuntura marcada pelos programas de cooperação internacional e pela temática do desenvolvimento.

Inicialmente, foi realizado um *survey*²⁵, que correspondeu à primeira atividade de pesquisa, reunindo informações tanto para suas instituições financiadoras, quanto para o desenvolvimento posterior do próprio Projeto. A contextualização histórica torna evidente sua relação com a agenda política da década de 1950, de promoção do desenvolvimento do país, e o papel que os cientistas sociais tiveram na convergência entre a valorização do conhecimento sócio-antropológico e as demandas políticas, sociais e econômicas nos cenários nacional e internacional.

Em seguida, passamos à reconstituição do processo de execução de cada uma das pesquisas que compuseram o Projeto do São Francisco. Ele contou com a participação de sete cientistas sociais, sendo seis deles formados pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo – Octavio da Costa Eduardo, Levy Cruz, Fernando Altenfelder Silva, Alceu Maynard Araújo, Alfonso Trujillo Ferrari e Esdras Borges Costa, que chefiaram equipes de pesquisadores (também alunos da ELSP) em treinamento. Todos trabalharam sob a orientação direta de Donald Pierson. Desta forma, este capítulo contempla também a trajetória profissional destes personagens, na medida em que suas experiências profissionais influenciaram na maneira como realizaram as pesquisas.

Os estudos produzidos dentro do Projeto do São Francisco apresentados neste capítulo retratam a vida do homem numa determinada parte da região do Vale. A apresentação contempla aspectos relativos a como se dispõe cada obra, como os autores organizam e descrevem o conteúdo, quais aspectos foram registrados pelos pesquisadores e, de acordo com suas especificidades, quais as relações que os autores estabelecem entre os aspectos que compõem a vida dos moradores do Vale.

Com a reconstituição do processo de execução de cada estudo nas várias regiões do Vale, tem-se a possibilidade de compreender a contribuição de cada pesquisador ao Projeto, e as circunstâncias que por vezes influenciaram na singularidade dos estudos. As informações sobre a elaboração dos trabalhos contribuem para a análise das relações entre os mesmos, de

²⁵ Segundo Pierson et. al. (1952, p. 23), *survey* “é a investigação breve e de caráter geral que tem por objetivo reunir conhecimentos preliminares sobre os característicos de certa região, área ou instituição”.

forma que possamos vê-los como frutos das questões intelectuais, políticas, sociais e econômicas de seu próprio tempo.

2.1. Origem e contextualização do Projeto do São Francisco

Donald Pierson lecionava na ELSP há uma década quando formulou o Projeto do São Francisco em 1949. A presença de Pierson na Escola representava um alinhamento da formação de cientistas sociais no Brasil à tradição de análise sociológica preconizada pela Universidade de Chicago²⁶, cujo interesse se voltava para os problemas sociais que o crescimento das cidades norte-americanas potencializava. No Brasil, o desenvolvimento econômico e a urbanização, crescentes nos anos de 1950, marcavam a transformação de um país essencialmente agrário para um urbano e industrial, gerando também problemas sociais, que os cientistas sociais então se propuseram analisar e explicar. As populações rurais brasileiras passaram a ser objetos de pesquisas etnográficas de cientistas sociais nacionais e estrangeiros (Goldwasser, 1974, p. 69).

Em Chicago, Donald Pierson se tornou “Master of Arts” (1933), e em 1939 Ph.D. em Filosofia, com especialização em Sociologia e Antropologia Social. Embora tenha feito a maior parte de sua formação no estado do Kansas, foi em Chicago que Pierson teve contato com representantes das tradições inglesa, alemã, francesa e norte-americana dentro das Ciências Sociais, como Robert E. Park, A. R. Radcliffe-Brown, Robert Redfield, George Herbert Mead, Herbert Blumer, Louis Wirth, Ernest W. Burges, William F. Ogburn e Leonard Cottrell, Jr.²⁷

Sob a orientação de Robert Park, Pierson despertou o interesse em temas relacionados ao Brasil, especialmente em relação a contatos raciais e culturais. Sua primeira pesquisa no Brasil aconteceu em 1935, logo após participar de um estudo financiado pelo governo dos EUA, sobre condições de vida em indústrias nos estados de Virginia e North Carolina. Entre 1935 e 1937, sob os auspícios da Comissão de Pesquisas Sociais da Universidade de Chicago, investigou a situação racial na Bahia. Dela resultou o trabalho intitulado *Branços e Pretos na*

²⁶ Cf. p. 33 do Capítulo 1.

²⁷ Donald Pierson nasceu em Indianapolis, estado de Indiana, EUA, em 08 de setembro de 1900. A maior parte de sua infância e juventude, no entanto, passou no interior do estado de Kansas, onde estudou da escola primária ao nível superior. Em 1927 graduou-se no College of Emporia, tornando-se “Bachelor of Arts”, com especialização em Psicologia, História e Literatura (Corrêa, 1987, p. 30-32).

Bahia, publicado pela Editora da Universidade de Chicago em 1942 e pela Editora Nacional em 1945²⁸.

Tendo trabalhado na Universidade de Fisk entre 1937 e 1939, onde dividiu com Robert Park a direção de Seminário sobre “Raça e Cultura”, foi, naquele último ano, convidado pela direção da ELSP a ocupar as cátedras de Sociologia e Antropologia Social. Durante os vinte anos que durou sua ligação com a ELSP (1939-1959), Pierson ministrou diversos cursos, especialmente na primeira década de trabalho, como “Métodos nas Ciências Sociais” e “Estudo da Sociedade”²⁹. Também criou e dirigiu o Departamento de Sociologia e Antropologia, em 1940, ampliado no ano seguinte para a Divisão de Estudos Pós-Graduados.

A Divisão passou a contar, em 1945³⁰, com o programa de pesquisas e preparo de pesquisadores do *Institute of Social Anthropology* (ISA), estabelecido em 1943 como unidade do Departamento de Etnologia Americana da *Smithsonian Institution*, que era formada por museus e centros de pesquisa de ciências naturais, geografia e etnologia. O Departamento de Estado norte-americano, por intermédio do seu Comitê para Cooperação Cultural e Científica, era financiador do ISA, cujo trabalho desenvolvido no Brasil e em outros países da América Latina constituía parte da Política de Boa Vizinhança do governo Roosevelt (Figueiredo, op. cit., p. 36; 94). Os representantes do ISA no país eram o antropólogo Kalervo Oberg³¹ e Donald Pierson. Sob os auspícios deste programa, Pierson coordenou diversas pesquisas, entre as quais as de “Cruz das Almas” e do Vale do São Francisco.

Pierson ocupou também cargos administrativos. Foi membro do Conselho Técnico e Administrativo da Escola, Diretor e Editor, junto com Oracy Nogueira, da Revista Sociologia. Permaneceu na direção da revista entre 1950 e 1957, na qual editou seções e publicou diversos artigos. Foi a partir do trabalho na seção da revista chamada “Notas Sociológicas”

²⁸ Pierson publicou ainda *Estudos de Ecologia Humana* (Brasil, 1942); *Survey of the Literature on Brazil of Sociologic Significance Published up to 1940* (EUA, 1945); *Teoria e Pesquisa em Sociologia* (Brasil, 1945); *Estudos de Organização Social* (Brasil, 1949); *Cruz das Almas* (EUA, 1951; Brasil, 1966); e *O Homem no Vale do São Francisco* (Brasil, 1972). Entre artigos e resenhas de livros, contam mais de uma centena de artigos em revistas do Brasil, EUA, Alemanha e Senegal, e resenhas especialmente de livros referentes a Portugal e América Latina. “Curriculum Vitae”; “Publicações”, Fundo Donald Pierson, Pasta 16. AEL.

²⁹ Podem ser citados outros cursos como “O Negro no Brasil”, “Raça e Cultura”, “Organização Social no Brasil”, “Leituras Sistemáticas de Ciências Sociais”, entre vários outros. Pierson foi responsável também pela introdução dos cursos em forma de Seminários, cuja dinâmica incentivava a pesquisa e o aprendizado ativo dos alunos (Corrêa, op. cit. p. 55-60).

³⁰ Anuário da ELSP, 1947, p. 14.

³¹ Kalervo Oberg formou-se em economia na University of British Columbia em 1928 e ingressou no programa de Antropologia da Universidade de Chicago em 1930, depois de obter o grau de mestre na mesma área em que se graduou. Foi um dos primeiros a fazer parte do programa do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) voltado para a América Latina. Na Escola, lecionou por seis anos (1946-1952) e pôde continuar seus trabalhos voltados para uma Antropologia aplicada aos projetos de mudança social. Atuou ainda no SESP como “social science consultant”, cujas demandas fomentaram o estudo de Chonim (McCOMB e FOSTER, 1974, p. 357-358).

que Pierson criou e dirigiu a “Biblioteca de Ciências Sociais”. Este era um trabalho de tradução e publicação de livros e artigos de língua inglesa, tendo em vista a deficiência de material em português sobre o que era considerado mais importante no campo das Ciências Sociais³².

Segundo Pierson, o Projeto do São Francisco consistia num estudo detalhado do modo de vida no Vale, no qual a região era tomada de forma integrada e relacionada a outras partes do país³³. Como vimos no Capítulo 1³⁴, a descrição minuciosa das localidades estudadas foi considerada tanto um aspecto positivo dos EC (Nogueira, 1955a; Fernandes, 1958), quanto um dos mais criticados (Prado Júnior, 1948; Ramos, 1995[1957]). Ainda no campo das críticas aos EC, Consorte (1956), Goldwasser (1974) e Durham (1982) destacam a falta de relação desses estudos com os contextos regional e nacional, tida como indispensável para a elaboração de generalizações. No documento “*A Preliminary Survey of the Valley of the São Francisco*” (1949), entretanto, Pierson mostra que a integração da pesquisa com outras regiões do país e com as questões nacionais estava no cerne do Projeto, indo de encontro à visão crítica referida.

A execução do Projeto foi planejada em duas etapas: uma investigação preliminar – um *survey* a ser realizado antes de aprofundar a investigação com pesquisas mais sistematizadas, que compunham a sua segunda etapa. Os objetivos do *survey* eram: a) verificar a hipótese de que as experiências pessoais e sociais, manifestadas nas relações familiares e religiosas, concorrem para a determinação da organização social e da cultura na região; e b) selecionar comunidades que oferecessem elementos de verificação da hipótese mediante pesquisas posteriores³⁵.

As atividades iniciais do projeto indicadas por Pierson foram o exame de material histórico, ecológico e sociológico já publicado sobre o Vale, uma viagem pelo curso do rio para observar a realidade social, entrevistar a população e colher dados estatísticos, bem como preparar relatórios sobre as atividades realizadas. No bosquejo do projeto, Pierson expôs uma previsão do tempo de execução da pesquisa (cerca de oito meses), formas de publicação

³² “Biblioteca de Ciências Sociais”. Fundo Donald Pierson, pastas 17 e 18. AEL; “Minhas experiências com a Revista Sociologia”. Fundo Donald Pierson, pasta 72. AEL.

³³ “A Preliminary Survey of the Valley of the São Francisco”, 1949. Fundo Donald Pierson, pasta 72, AEL.

³⁴ Cf. p.22 e seguintes.

³⁵ “Notes on the São Francisco preliminary survey”. Fundo Donald Pierson, Pasta 56. AEL.

(monografias em inglês e português), custos e sugeriu alguns pesquisadores para o trabalho: Levy Cruz, Maria Mirtes Brandão Lopes, Frank Goldman e Octavio da Costa Eduardo³⁶.

No documento “*Notes on the São Francisco preliminary survey*”, Pierson apontou ainda três valores que, para ele, mostravam a importância do Projeto do São Francisco enquanto pesquisa sócio-antropológica:

- a. Científico:
 1. Fornecerá dados preliminares para propostas comparativas;
 2. Provavelmente estimulará (e talvez será modelo) para *surveys* em outras partes do Brasil;
- b. Prático:
 1. Fornecerá dados úteis ao planejamento social no vale, por parte dos funcionários públicos responsáveis por melhorias na saúde, saneamento, agricultura, educação, etc.;
 2. Contribuirá no acompanhamento e avaliação das prováveis mudanças sociais no futuro próximo, especialmente com o amadurecimento dos planos do governo federal para desenvolver a capacidade hidroelétrica do vale;
- c. Estratégico:
 1. Ao fornecer informações úteis a outras pessoas e organizações no Brasil, chamará atenção para a Escola [de Sociologia e Política], suas propostas, realizações e possibilidades de colaboração futura;
 2. Empregando neste caminho – num projeto fora do estado de São Paulo e de interesse nacional – parte do financiamento recentemente concedido à Escola pelo governo federal, ajudará a justificar, aos olhos dos legisladores federais, a subvenção federal à Escola, e aumentará a probabilidade de sua renovação, e seu aumento, no futuro³⁷.

Ao indicar os valores científico, prático e estratégico do Projeto, Pierson marcava sua importância na dimensão formadora e de afirmação do trabalho do cientista social, no sentido de que contribuía para o desenvolvimento as Ciências Sociais no Brasil; apontava os termos da relação do Projeto com questões de âmbito nacional; e quais os possíveis ganhos que sua realização traria para a ESLP. Vejamos cada um deles separadamente.

- O valor científico do Projeto do São Francisco

O plano desenhado por Pierson mostra que a base da investigação no Vale era o levantamento de dados sistemáticos para fundamentar estudos comparativos, vistos como meios de conhecer a configuração sócio-antropológica das comunidades. No contexto da institucionalização universitária das Ciências Sociais no Brasil, como vimos no Capítulo 1,

³⁶ “A Preliminary Survey of the Valley of the São Francisco”, 1949. Fundo Donald Pierson, pasta 72, AEL; Carta de Donald Pierson a Paulo Peltier Queiroz em 03.01.1952. Fundo Donald Pierson, pasta 57, AEL.

³⁷ “A Preliminary Survey of the Valley of São Francisco”, 1949. Fundo Donald Pierson, pasta 72. AEL. Tradução livre.

submeter dados empiricamente levantados a análises comparativas foi considerado por Pierson (e outros cientistas) uma forma de afirmar o caráter científico da produção das Ciências Sociais naquele momento.

Pierson considerou também a multiplicação dos EC como parte do valor científico do Projeto, aspecto destacado posteriormente por Nogueira (1955a). A realização de outros estudos afins permitiria, de acordo com esta visão, conhecer de forma mais abrangente a realidade nacional. Colocando o Projeto como modelo para outras pesquisas a serem realizadas no país, Pierson reforça ainda a perspectiva do trabalho do cientista social em sintonia com novos padrões de cientificidade, especialmente mediante a pesquisa de campo.

- O valor prático do Projeto no contexto da década de 1950

No documento citado, Pierson destaca a ideia de cooperação entre cientistas sociais e poder público, sob a forma de “planejamento social”³⁸. Desde o final da década de 1940 a questão da necessidade de intervenções do governo federal nas comunidades rurais, especialmente no que concernia a saúde, saneamento, agricultura e educação, já fazia parte das temáticas que motivavam pesquisas etnográficas. O interesse residia tanto no conhecimento da mudança social que advinha das transformações econômicas que então ocorriam, quanto do entendimento de que essas pesquisas teriam caráter auxiliar no planejamento das intervenções.

Pierson expressa a intervenção sendo conduzida a partir do Estado, mas com a anuência dos cientistas sociais, baseada em suas pesquisas etnográficas. Neste sentido, o Projeto do São Francisco pode ser considerado representativo da convergência do estabelecimento das Ciências Sociais institucionalizadas como referencial investigativo e explicativo da sociedade brasileira a partir da década de 1930, e a conjuntura de ampliação da agenda política nacional, que passa a incorporar a temática do desenvolvimento, nas décadas de 1940 e 1950.

É essa conjuntura que permite compreender a razão da escolha do Vale do São Francisco como campo de investigação sócio-antropológica. Com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), questões geopolíticas e econômicas relacionadas ao conflito criaram demandas no Brasil e no cenário internacional, que propiciaram o envolvimento de cientistas sociais nos programas de cooperação internacional. Tais programas, no bojo da

³⁸ Cf. p. 131 do Capítulo 3.

Política da Boa Vizinhança, operaram no Brasil especialmente nos campos da economia, da propaganda, e das relações culturais e educacionais. Em relação à economia, os trabalhos giraram em torno da produção de matérias-primas industriais e do aumento das transações comerciais. A propaganda esteve voltada tanto para o “estreitamento” da cooperação entre Brasil e EUA, como também se estendeu às campanhas contra as políticas representadas pelos países inimigos (Eixo). As estratégias relativas a educação e cultura se traduziram em assistência técnica (treinamento profissional, implantação de programas de educação sanitária, etc.), principalmente voltada para a transformação das condições e modo de vida das populações rurais (Campos, 2006, p. 42), contando com a participação efetiva dos cientistas sociais.

Outro aspecto importante diz respeito à visibilidade econômica do Vale, adquirida durante a Segunda Guerra Mundial. Por configurar uma região rica em recursos energéticos e naturais, especialmente pela potencialidade hidrelétrica e de extração de minérios utilizados na indústria bélica, o Vale do São Francisco passou a ter importância estratégica³⁹. Também neste período foram retomadas as discussões junto ao governo federal sobre a importância da navegação pelo rio São Francisco, haja visto a possibilidade, com a guerra, de interrupção da navegação marítima que ligava as regiões nordeste e sudeste (Camelo Filho, 2005, p. 87-88). Aliado à perspectiva do conflito, a partir da década de 1940 e de forma mais contundente nos anos de 1950, a região do Vale ganhou importância estratégica do ponto de vista do ideal desenvolvimentista – o rio São Francisco deveria ser “transformado e modernizado (...) para um maior desenvolvimento regional” (Lopes, 1991, p. 102)⁴⁰.

Nos governos Vargas e Kubitschek, o ideário sobre o progresso do país esteve atrelado à integração e ao desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do São Francisco, inclusive com ações na área da saúde. Estavam incluídas na agenda política de JK a implantação de programas de saneamento e erradicação de doenças como a malária, assim

³⁹ Além do Vale do São Francisco, a Amazônia e a região do Vale do rio Doce foram consideradas áreas estratégicas durante a Segunda Guerra, para a produção de borracha e minério de ferro (Campos, op. cit., p. 19-30; 113-137; 173-189).

⁴⁰ Luca Lopes (1911-1994), engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, teve papel de destaque nas políticas de expansão energética na década de 1950, chegando à presidência do Ministério da Fazenda do governo de Juscelino Kubitschek. Ingressou na carreira política em 1942, quando assumiu a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do estado de Minas Gerais, no governo de Benedito Valadares. Integrou a comissão de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, e dirigiu a aplicação do Plano de Metas de JK em 1956, defendendo a necessidade do planejamento econômico federal para o desenvolvimento do país. Trabalhou ainda no Conselho de Desenvolvimento (órgão de aplicação do Plano de Metas) e na Comissão do Vale do São Francisco. (Lopes, 1991, p. 9-11; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/biografias/lucas_lopes . Acesso em 17.08.10.

como campanhas sanitárias voltadas para o interior do país, informadas pela concepção que relacionava saúde e desenvolvimento, marcante na década de 1950⁴¹ (Hochman, 2009, p. 326-327).

Uma das ações voltadas para o desenvolvimento da região do Vale foi a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) pela Lei Federal nº 541 de 15 de dezembro de 1948 que, dentre outras questões, estabelece:

Art. 7º - Incumbe à C.V.S.F.:

a) organizar e submeter ao Presidente da República, para aprovação do Congresso Nacional, o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco, que vise a regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidro-elétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização de seus transportes, incremento da imigração e da colonização, assistência à exploração de suas riquezas;

Art. 9º - A Comissão poderá colaborar com as associações rurais, já constituídas ou que se venham a criar no sentido de introduzir na agricultura e na pecuária, ou de os aperfeiçoar, os processos mais rápidos e eficientes.

Art. 10º - A C.V.S.F., ao organizar suas tabelas de salários, procurará fixá-los observadas as condições de cada região, a fim de atenuar quando possíveis as perturbações oriundas da mudança de atividade das populações locais⁴².

O “plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco” deixa claro que a principal preocupação da administração pública recaía sobre a indústria, agricultura, exploração de riquezas, etc. Era imperativo que fossem introduzidas melhorias que pudessem acelerar o processo produtivo e incluir a região no sistema capitalista. O crescimento industrial estava ligado ao aumento da produção de energia, que se propunha alcançar mediante o aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio São Francisco. Outra forma de aproveitamento do rio seria a condução do curso do rio até grandes áreas agrícolas, onde se desenvolveria a fruticultura irrigada voltada para exportação, e cujo transporte se daria com o aumento das estradas de rodagem (Andrade, 2006, 81-86).

⁴¹ Ainda nesse período, a industrialização e a urbanização tomaram grande impulso no país. Os trabalhadores passaram a contar com planos de assistência e previdência, multiplicaram-se as estradas de rodagem, que interligaram o interior aos centros urbanos do litoral, impulsionando o mercado interno e aumentando o fluxo migratório entre as diversas regiões, entre outras políticas e projetos que visavam tornar o Brasil um país moderno e desenvolvido. Exemplo destas políticas foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e da Companhia do Vale do Rio Doce, para a extração de ferro e outros minérios, destinados ao mercado interno e externo (especialmente durante a Segunda Guerra). Sobre os governos Vargas e JK, cf. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. vol. 3; BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek*. São Paulo, Paz e Terra, 1976.

⁴² BRASIL. Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948. Cria a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências. Disponível em <http://www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/leis/lei-nb0-541-de-15-de-dezembro-de-1948>. Acesso em 01.07.10.

Os artigos em destaque mostram também preocupação sobre a questão social. Embora se referindo a tabelas salariais, a lei prevê possíveis “perturbações” causadas pela introdução de novos elementos no setor econômico, principalmente a criação da usina hidrelétrica e os incrementos na agricultura irrigada. O aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco dependia do alagamento de extensas áreas para a construção de barragens, essenciais para a captação do volume de água necessário para a geração de energia. Com isto, comunidades inteiras teriam que se deslocar de suas terras, provocando o aumento do fluxo migratório para regiões vizinhas e outras regiões do país. O desenvolvimento da agricultura irrigada, por sua vez, embora tenha incluído número significativo de trabalhadores rurais à economia de mercado e modernizado alguns setores econômicos, não significou melhorias efetivas na distribuição de renda e condições de vida da população (Camelo Filho, op. cit. p. 88).

Ainda que a população do Vale tenha permanecido pobre, essas intervenções provocaram mudanças em sua configuração social, como as pesquisas do Projeto do São Francisco registraram. As intervenções alteravam não só as relações econômicas, mas também a estrutura da sociedade, ascendendo ou declinando certas “classes” sociais, criando formas de ocupação e obtenção de prestígio social, por exemplo. A partir desta perspectiva, os cientistas sociais foram inseridos nos programas de desenvolvimento regional, inclusive os executados pela CVSF. Além disto, os artigos da lei mostram a permanência de problemas como a integração e povoamento da região, indicados pelos legisladores sob a forma de “incremento da imigração e colonização”, que ainda se colocavam como alguns dos entraves ao desenvolvimento do país.

A promoção do desenvolvimento não foi uma questão exclusivamente de caráter nacional. No contexto da Guerra Fria e do processo de descolonização africano e asiático, tomou impulso a ideia de se implantar naquelas áreas, incluindo os demais países subdesenvolvidos, as condições necessárias ao seu desenvolvimento econômico, aumentando os índices de industrialização e urbanização, por exemplo, mas também intervindo nas suas condições socioculturais. Como destaca Arturo Escobar em documento da Organização das Nações Unidas (ONU):

Há um sentido nele que o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. As filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais tem que se desintegrar; os laços de casta, credo e raça devem se romper; e grandes massas de pessoas incapazes de seguir o ritmo do progresso deverão ver frustradas suas expectativas de uma vida cômoda. Muito poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico (United Nations, 1951, p. 15, apud. Escobar, 1996, p. 20. Tradução livre).

O texto das Nações Unidas traz a premissa de que o progresso econômico era um bem a ser alcançado por todos os países. Deveria haver “ajustes dolorosos” à nova ordem mundial que se configurou no contexto da Guerra Fria, e estes incluíam claramente a extinção dos elementos culturais nativos dos países subdesenvolvidos. E como no discurso médico, em que é preciso conhecer um organismo ou uma patologia para poder combatê-los, tornava-se latente a necessidade de conhecer as culturas daqueles países para “desintegrá-las”.

Não parece, pois, inadvertido o uso da expressão “erradicar” pela ONU, referindo-se às filosofias ancestrais dos países subdesenvolvidos. Afinal, na década de 1950, o temor das doenças infectocontagiosas e as ações voltadas para sua erradicação caminhavam pareadas às políticas de promoção do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, vivia-se o momento em que o grande desenvolvimento biomédico (especialmente quanto a vacinas e antibióticos) e o crescimento do mercado latino-americano para produtos de saúde e saneamento permitiam que as ações de erradicação de doenças como a malária se tornassem realmente eficazes (Campos, op. cit. p. 198-200). O uso da expressão demonstra que saúde e desenvolvimento eram questões pertinentes naquele contexto, e estiveram relacionadas aos programas de cooperação internacional liderados pelas potências econômicas de então.

A saúde naquele contexto era, de fato, um dos aspectos fundamentais no estabelecimento de novos padrões de desenvolvimento. Novos parâmetros que estavam assentados não só em índices econômicos, mas também de saúde, de condições de vida, de trabalho e mesmo de regime político⁴³. O ideal de cooperação em escala mundial não se restringia ao setor econômico, visando também atingir o social e político. A participação de sociólogos e antropólogos se dava no sentido de que a investigação das condições de vida de populações do interior do país, por eles realizada, constituía um dos caminhos para o planejamento e a eficácia das intervenções administrativas, voltadas para a promoção do desenvolvimento (Maio e Lima, 2009, p. 533).

Mais que informar, propunha-se que os trabalhos dos cientistas sociais orientassem as intervenções do poder público. O Projeto do São Francisco surge imbuído desta perspectiva. Pierson deixa claro que um dos valores práticos da pesquisa era justamente acompanhar e

⁴³ A ideia de condições de trabalho não é aqui tomada com referência a leis trabalhistas ou à relação patronato-trabalhadores. É utilizada no sentido da manutenção da população economicamente ativa, saudável e apta ao trabalho, importante para os países desenvolvidos tanto no que concerne à produção industrial, como também ao aumento do mercado consumidor. Em relação ao regime político, durante a Guerra Fria os programas de cooperação internacional estavam também imbuídos dos ideais de contenção do avanço do comunismo nos países subdesenvolvidos (Campos, op. cit. p. 199).

avaliar a mudança social que se estava processando em função de ações do governo federal. No caso específico do Vale, Pierson indicou o aproveitamento da potência hidrelétrica do rio São Francisco.

Na articulação desses elementos – Ciências Sociais e desenvolvimento, em que o olhar acurado do cientista social sobre os mais diversos aspectos da vida das populações é posto a serviço dos programas de desenvolvimento, e também a partir dela, pode-se melhor perceber como emerge a questão da saúde. Educação sanitária, saneamento, profilaxia – citando apenas alguns exemplos, passam a ser percebidos como ações cuja eficiência dependia diretamente do profundo entendimento de um universo muito maior e mais complexo que a realidade concreta, o universo cultural (Maio e Lima, 2009, p. 532).

Desta forma, a questão da saúde deveria estar articulada às questões econômicas (como regime e condições de trabalho), às relações sociais (como status e prestígio social), às técnicas de adaptação ao meio ambiente (habitação, disponibilidade e uso de água), ou seja, relacionada a fatores que compunham a vida social. “Neste ponto reside a posição central dos cientistas sociais no planejamento das ações administrativas voltadas especialmente para a população rural brasileira: o seu conhecimento das questões de natureza sociocultural deveria antecipar e orientar quaisquer intervenções” (ibidem, p. 532-533). Esta visão reitera o pensamento sobre o papel do cientista social, já apontado na década de 1940 por Emilio Willems (1944, p. 31-32), considerando o autor que

sociedades e culturas *como sistemas* somente podem ser estudadas adequadamente pela Antropologia e Sociologia com suas disciplinas conexas. A função dessas duas ciências com relação às demais é clara: cabe-lhes o trabalho *geral e preliminar* que *precede* a intervenção. As demais ciências têm funções *especiais* e seu trabalho *identifica-se com a própria intervenção*” [grifos do autor].

O direcionamento das pesquisas voltadas para as transformações e intervenções na sociedade, pois, traduziu-se aqui em pesquisas interessadas em investigar a sociedade brasileira, pensando na intervenção como uma “mudança cultural provocada” (idem, 1943), visando a transformação das condições de vida das comunidades interioranas – entre as quais figuravam as condições de saúde da população⁴⁴. Para executar tais mudanças, diversos setores da sociedade foram acionados. Dentre eles, a administração pública federal, e

⁴⁴ A propósito, a mesma ideia de mudança provocada é utilizada por Luiz F. R. Fontenelle em seu estudo sobre a comunidade de Arraial do Cabo, publicado em 1960. O autor destacou neste trabalho que a exposição descritiva do modo de vida da população coadunava com o propósito do Serviço Social Rural, responsável pela publicação do estudo, de promover “mudanças culturais orientadas” (Fontenelle, 1960, p. 8).

instituições nacionais e norte-americanas de ensino e financiamento de projetos socioeconômicos, como a ELSP, o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), a *Smithsonian Institution* e a CVSF.

A contribuição dos cientistas sociais a esses projetos seria, ao conhecer os diversos elementos constitutivos do universo sociocultural dessas populações, identificar as prioridades do processo de intervenção social, indicando os caminhos de ataque aos problemas, como em relação ao saneamento. Mediante a pesquisa realizada na comunidade de Chonim, Kalervo Oberg (1961, p. 49) acrescenta ainda que, além da orientação, o trabalho deveria conduzir à participação da própria comunidade no processo de mudança:

Chegamos à conclusão, mais e mais, de que temos que trabalhar de dentro da comunidade, em vez de procurar impor de fora serviços de saúde, educação e agricultura. Os serviços são necessários, mas seu valor tem que ser real para as comunidades rurais, e vice-versa: os serviços precisam saber o que o povo rural pode e deseja aceitar. É precisamente aqui que os pesquisadores de comunidade são necessários. Trabalhando com o povo, eles podem esclarecer suas necessidades, suas aspirações e seus problemas.

A adequação do processo de mudança à capacidade das populações de traduzi-lo culturalmente e assimilá-lo (participando ativamente do processo), tornava possível aumentar a eficiência dos projetos de desenvolvimento, tornando-os permanentes⁴⁵. O sociólogo José Arthur Rios também a considerou ação fundamental para o sucesso desses projetos, especialmente no que concernia à saúde e educação.

A propósito, Rios desenvolveu trabalhos relacionados à educação rural e foi o criador da Divisão de Pesquisas Sociais do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)⁴⁶. Ali, uma das preocupações do sociólogo era orientar os profissionais de saúde no trato com as populações assistidas, no sentido de que não deveriam enfrentar a medicina popular de forma depreciativa. Para ele, a saúde é um elemento social, inseparável das tradições culturais das comunidades rurais. E por ser mesmo um “valor social”, as intervenções educacionais e sanitárias deveriam utilizar-se, além das técnicas pedagógicas, dos métodos de ação social

⁴⁵ Pierson também destaca a importância da participação da comunidade no processo de mudança, bem como a adequação das intervenções à capacidade real da comunidade em assimilá-las, ao dar sugestões sobre planejamento social. Cf. Pierson, 1972, III.

⁴⁶ O Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), órgão do Departamento de Estado norte-americano, criou um programa de saúde e saneamento voltado para a América Latina. O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) advém deste programa, nascendo principalmente em função da Segunda Guerra Mundial, já que ela impunha a necessidade de matérias-primas essenciais para a indústria bélica dos Estados Unidos (o combate à malária e outras doenças levaria ao aumento da produção destas matérias primas pelos trabalhadores brasileiros) e de otimização das condições de salubridade das bases do norte e nordeste brasileiros, onde estavam soldados americanos (Campos, 2006).

característicos das Ciências Sociais, com o objetivo de “vencer as resistências culturais” e concretizar a mudança social de que a otimização das condições de saúde é parte integrante (Rios, 1953a, p. 2). Neste sentido, o cientista social atua como um intérprete, mediando a comunicação entre os técnicos responsáveis pelas intervenções e as suas populações-alvo, por conhecer-lhes a configuração sociocultural (idem, 1953b, p. 2).

Maio e Lima (2009, p. 550) destacaram o papel de “intérpretes” da cultura característica das populações rurais em relação aos agentes responsáveis pela implementação do processo de mudança (administradores, agrônomos, economistas, etc.). Tal mediação criaria as condições necessárias para que fosse efetiva a “transformação global do sistema de valores da população”, tomado enquanto unidade formada por diferentes aspectos, inclusive os relacionados à saúde.

Considerando a saúde parte do sistema cultural, parte do complexo que conforma o “estar no mundo” das populações nas comunidades estudadas, e percebendo a interdependência deste elemento em relação a diversos outros, uma das principais contribuições dos cientistas sociais em relação à saúde foi mostrar que qualquer intervenção neste campo deveria ser acompanhada de intervenções nos demais, especialmente os relacionados à educação e ao sistema econômico. Somente assim a intervenção seria positiva e traria o desenvolvimento e a modernização ao país.

- O valor estratégico do Projeto para a Escola de Sociologia e Política

Ao desenhar o Projeto do São Francisco, em fins da década de 1940, Pierson destacou ainda o seu valor “estratégico”, no sentido de que um dos desdobramentos da pesquisa seria divulgar o trabalho de cientistas sociais ligados à ELSP. Isto tinha também uma dimensão política, pois evidenciava a contrapartida da Escola diante dos investimentos em pesquisa, mostrava a forma de retorno a tais investimentos que a Escola apresentava. O fornecimento de informações úteis, dentro da perspectiva indicada pelo documento quanto aos valores “práticos” do Projeto, chamaria a atenção de diversas organizações de fomento a pesquisas sociais para a Escola de Sociologia e suas propostas, abrindo caminho para futuras colaborações em pesquisas.

As pesquisas no Vale se tornaram uma estratégia de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, uma vez que a produção de conhecimento sócio-antropológico e a formação de cientistas profissionais dotava este campo do conhecimento com aparato técnico (formação

de pessoal) e resultados concretos (publicação dos estudos). O Projeto também serviu ao propósito de justificação da importância do trabalho do cientista social não somente aos olhos do poder público, mas também para a própria comunidade científica. As atividades de Pierson no Brasil, do magistério à direção da Revista Sociologia, mostram que o sociólogo era cioso do seu papel pioneiro nas Ciências Sociais no Brasil, e verdadeiro “propagandista” do que ele julgava ser importante contribuição dessas ciências ao processo de mudança e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Essa foi uma das formas encontradas por Pierson para mostrar o valor do seu trabalho e, conseqüentemente, da Escola: comprometê-lo com os projetos de mudança social, visto que, na década de 1950, eles mobilizavam governos e diversas instituições de ensino e pesquisa (como as que participaram do Projeto do São Francisco). Além disto, em função das transformações socioeconômicas criarem profícuo campo de investigação para os cientistas sociais, o debate sociológico deste período valorizava o compromisso desses cientistas com a mudança social. Estudos realizados dentro dos parâmetros científicos institucionalizados que se haviam estabelecido desde a década anterior – como os estudos no Vale – reforçavam a legitimidade do trabalho da Escola no campo das Ciências Sociais.

2.2. O *Survey* preliminar no Vale do São Francisco

Dos pesquisadores que constavam no esquema do Projeto do São Francisco em 1949, além de Pierson, somente Octavio da Costa Eduardo e Levy Cruz participaram de todas as suas etapas, do *survey* às pesquisas aprofundadas nas comunidades. O contato de Costa Eduardo com Pierson é anterior a essa data. Quando Pierson foi contratado pela ELSP (1939), Costa Eduardo estava no penúltimo ano do curso de Sociologia. Natural de Bebedouro, no estado de São Paulo, tinha 19 anos quando se matriculou na Escola, em 1938, conciliando as aulas⁴⁷ com o curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Por intermédio de Pierson, e das relações intelectuais que este representava entre instituições brasileiras e americanas, Costa Eduardo fez Mestrado (1941, sobre religiões africanas) e Doutorado (1945, sobre o processo de aculturação do negro em São Luiz do

⁴⁷ Na ELSP Costa Eduardo cursou disciplinas como “Biologia Social” (1938), com Edgard Barroso do Amaral, “Psicologia Social” (1939), com A. Rudolfer, e “Etnologia Brasileira” (1940), com Herbert Baldus. As aulas com Donald Pierson fizeram parte do curso de pós-graduação em sociologia, já em 1940. (Provas e exames das disciplinas referidas, contidas no acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo [CEDOC/FESPSP]. O material está em processo de catalogação [Cx. 115 ESP 1938]).

Maranhão⁴⁸) em Antropologia Social pela Northwestern University, sob orientação do antropólogo Melville J. Herskovits. Após seu doutoramento, Costa Eduardo foi contratado pela ELSP para ocupar uma das cadeiras de Antropologia, primeiro como professor-assistente (1945), e depois como catedrático (1946)⁴⁹.

Da mesma forma que Costa Eduardo, o ingresso de Levy Cruz no Projeto do São Francisco surgiu a partir do seu contato com Pierson na ELSP. Nascido em Recife, em 16 de dezembro de 1924, Levy Porfírio da Cruz é formado em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura de Pernambuco⁵⁰ (1947). Durante os últimos anos da graduação, Cruz trabalhou no programa do Juizado de Menores de Recife, sob orientação do médico e antropólogo René Ribeiro (informação verbal)⁵¹.

O trabalho no Juizado consistia em percorrer alguns bairros da cidade e levantar os principais problemas em relação aos menores (problemas familiares, violência, etc.). Foi então que Levy Cruz profissionalmente entrou em contato com problemas sociais. Havia também visitas às residências e preparação de relatórios, aproximando-se do trabalho de pesquisa. Com esta atividade, Cruz estreitou a convivência com René Ribeiro, que o influenciou a se voltar para a área das Ciências Sociais e para as pesquisas⁵².

Assim, por meio do contato de René Ribeiro com Pierson, a ELSP concedeu uma bolsa de estudos a Levy Cruz para fazer os cursos de pós-graduação, em 1948. Por não ser formado em Ciências Sociais, Cruz teve de cursar simultaneamente, além das disciplinas pós-graduadas, como “Seminário de Métodos e Técnicas em Ciências Sociais” (com Donald Pierson e Oracy Nogueira), algumas disciplinas do bacharelado, como “Etnologia” (com Octavio da Costa Eduardo)⁵³.

Na ELSP, Levy Cruz se tornou assistente de Donald Pierson no projeto de pesquisa conveniado entre a ELSP e a *Smithsonian Institution* em Araçariçuama, cidade do município

⁴⁸ “The Negro in Northern Brazil, a study in acculturation”. J. J. Augustin Publisher, New York, 1948.

⁴⁹ Eduardo passou a reger a cadeira de Etnologia em 1947 e assumiu também cargos administrativos na Escola, como Secretário do Conselho Superior e Tesoureiro. Anuários da ELSP: 1942, p. 17; 1946, p. 14; 1948, p. 19 e 23.

⁵⁰ Sobre a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, cf. BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e Modernização: Políticas e Institutos Científicos de Agricultura no Brasil (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

⁵¹ Entrevista concedida por Levy Cruz a Marcos Chor Maio em 19.09.2007.

⁵² Ibidem.

⁵³ Levy Cruz cursou ainda “Seminário de Métodos em Pesquisa Social” e “Estudo Comparativo das Sociedades Urbanas e 'de Folk'” (também com Donald Pierson em 1951), “Sociologia Sistemática” e “Desorganização Social” (com Oracy Nogueira em 1948), “Ecologia Humana” e “Organização Social” (com Emilio Willems em 1949). Provas e exames das disciplinas referidas, contidas no acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (CEDOC/FESPSP). O material está em processo de catalogação (Cx. 124 ESP 1947).

de São Roque, no interior de São Paulo⁵⁴. Além das aulas, esta foi a principal atividade de Cruz entre 1948 e 1949, sob orientação direta de Pierson. Nos finais de semana, visitava a localidade para realizar o trabalho de campo. Na volta a São Paulo, entregava um relatório da pesquisa, contando esta atividade como parte do curso de pós-graduação (informação verbal)⁵⁵.

No ano seguinte, defendeu sua dissertação de mestrado sobre aspectos ligados à luta pela vida pessoal e à subsistência dentro da comunidade de Araçariguama. Passou depois a lecionar Ecologia Humana na ELSP e ingressou, a convite de Pierson, no Projeto do São Francisco, compondo a equipe que executou sua primeira etapa (informação verbal)⁵⁶.

Nesta expedição que Octávio Eduardo, Levy Cruz e Donald Pierson fizeram entre os meses de abril e junho de 1950, percorreram quase 2.200 Km da região do Vale – da nascente até a foz do rio São Francisco, sem contar os trajetos laterais pelo interior. A locomoção dos pesquisadores foi feita em barcos, canoas, caminhões, e algumas vezes a pé⁵⁷. O financiamento do *survey* foi acordado entre Pierson e Jaime Duarte, Técnico de Educação da CVSF, e intermediado por Anísio Teixeira, então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e secretário de Educação e Saúde do governo do estado da Bahia, na gestão de Otávio Mangabeira (1947-1951). Neste momento, Anísio Teixeira estava envolvido com as atividades de um projeto de pesquisas sociais na Bahia, conveniado pelo governo deste estado e a Universidade de Columbia. Este projeto objetivava, por meio da realização de estudos de comunidade, estabelecer políticas públicas nas áreas de educação e saúde. Anísio Teixeira cogitou a participação de Pierson neste projeto, mas o envolvimento do sociólogo com outros projetos – decerto que um deles era o ainda embrionário Projeto do São Francisco – acabou por impossibilitar seu ingresso no mesmo. (Maio, 1997, p. 63; 77-78).

Mediante o contato de Pierson com Jaime Duarte e Anísio Teixeira, a CVSF custeou o levantamento (*survey*), solicitando que os pesquisadores dedicassem especial atenção “aos processos educacionais do Vale, bem como à medicina popular” (Pierson, 1972, I, p. 5)⁵⁸. Como vimos no subitem anterior, a CVSF foi criada como agência promotora do desenvolvimento do Vale no setor econômico, mas também atenta às consequentes

⁵⁴ Pierson, Donald. *Cruz das Almas*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.

⁵⁵ Entrevista concedida por Levy Cruz a Marcos Chor Maio em 19.09.2007.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ “As pesquisas levadas a efeito no Vale do São Francisco – 28.02.1959”. Fundo Donald Pierson, Pasta 56, AEL.

⁵⁸ Foi também acordado entre Pierson e a CVSF que os pesquisadores preparariam um artigo sobre estas mesmas questões (*ibidem*).

transformações sociais. No período em que se realizou o *survey*, o SESP atuava também na região, com ações de saneamento e atendimento médico à população⁵⁹. O conhecimento sobre a educação e as práticas referentes a doenças e sua cura ajudariam as duas agências a superar estas resistências, e o Projeto do São Francisco assumia, assim, uma dimensão auxiliar às intervenções.

Durante o *survey*, quase uma centena de localidades foi visitada. Os pesquisadores permaneceram em onze delas, fazendo um breve levantamento social em: Pirapora, São Romão e Manga, em Minas Gerais; Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique, Irecê e Juazeiro, na Bahia; Cabrobó e Petrolândia, em Pernambuco; Propriá, em Sergipe; e finalmente Penedo, em Alagoas. Neste empreendimento, contaram também com o apoio do Conselho Nacional de Geografia, que cedeu mapas para ajudar na localização das comunidades⁶⁰.

Os critérios utilizados para a escolha das comunidades estavam fundamentados em informações levantadas em fontes estatísticas, literatura sobre o Vale, entrevistas e observação *in loco*. Cada par de localidades deveria refletir a diversidade da região: física (um próximo da nascente do rio, outro na região das corredeiras, outro ainda próximo da foz, etc.); econômica (uma área predominantemente agrícola, outra comercial ou pecuária, etc.); e sociocultural (variações do contato com os centros urbanos, indicando graus de preservação das características sociais e culturais tradicionais, ou de sua substituição por outros afins ao mundo urbano)⁶¹.

No tempo em que permaneceram nas localidades, as principais atividades de Pierson, Cruz e Eduardo foram a observação participante e a busca de informações entre os moradores da comunidade. Os pesquisadores procuravam determinar o perfil social das localidades, e obter uma ideia geral da composição demográfica e da situação socioeconômica das diferentes regiões que compunham o Vale. Em carta a Paulo Peltier de Queiroz, Diretor-Superintendente da CVSF, Pierson apresenta:

Dedicamos atenção especialmente: 1) à 'luta pela existência' e suas consequências com referência às formas culturais e à migração; 2) ao papel, na organização social: do isolamento e do contato; das relações entre pessoas, famílias, raças e nacionalidades; dos sistemas de parentesco e compadrio; do ritual, cerimônia e

⁵⁹ Cientistas sociais trabalharam no SESP, tendo Charles Wagley na direção da Divisão de Educação Sanitária, e José Arthur Rios na Divisão de Pesquisas Sociais, por exemplo. CVSF e SESP eram então duas importantes vias de promoção do desenvolvimento do país, cujas atividades implicavam em mudanças nem sempre aceitas de imediato pela população.

⁶⁰ “As pesquisas levadas a efeito no Vale do São Francisco – 28.02.1959”. Fundo Donald Pierson, Pasta 56, AEL.

⁶¹ “The São Francisco Project – 28.02.1959”. Fundo Donald Pierson, Pasta 56, AEL.

crença; das formas e grau de intensidade do conflito e acomodação; e dos processos educacionais tanto formais como não-formais; juntamente com considerações sobre comunicação, solidariedade, status, prestígio, liderança e controle social, elementos importantes nos processos acima mencionados; 3) aos provérbios, epigramas, ditos populares, lendas e histórias, peculiares à região, principalmente os que resumem ou simbolizam as condições de vida e o comportamento coletivo, bem como os padrões culturais e o mundo mental desenvolvidos sob essas condições; 4) ao caráter, dimensão e intensidade da mudança social que começa a aparecer em certas áreas do vale⁶².

O trecho destacado mostra a agenda de trabalho de Pierson, os principais temas a serem investigados. Destaco dois aspectos que tiveram grande importância na escolha das comunidades posteriormente estudadas: o papel do isolamento e contato na organização social, e a questão da mudança social⁶³. O problema do isolamento era uma das ideias diretrizes do *survey* – as comunidades seriam escolhidas aos pares, de forma que uma apresentasse maior contato com outros centros urbanos, e outra fosse mais isolada. Através dos estudos seria feita, então, uma análise comparativa desses graus de isolamento, variando de uma comunidade para outra, visto que esta variação era considerada a principal condicionante do caráter da mudança que se processava.

O tema foi bastante discutido entre Pierson e Costa Eduardo. A realização do projeto a partir da dimensão comparativa era julgada importante por ambos, embora, para Octavio Eduardo, os estudos poderiam ser feitos em uma única comunidade. Sua visão era de que dados históricos poderiam ser obtidos por meio de entrevistas, possibilitando ter uma visão da situação da comunidade antes das mudanças em curso naquele período. A partir destes dados poderia ser feita uma análise comparativa que prescindia de dados de outra comunidade⁶⁴.

O viés comparativo impunha também, exemplificava Costa Eduardo, o problema da localização da comunidade em relação ao seu grau de isolamento. Para ele, dentre as comunidades visitadas, as mais isoladas e que melhor comporiam os pares seriam as mais afastadas das margens do rio São Francisco. Elas seriam as que apresentavam maior dificuldade de acesso e, conseqüentemente, menor contato com os centros urbanos. Sua escolha, no entanto requeria maior conhecimento da região do que tinha sido possível obter com o *survey* realizado em 1950. A escolha deveria partir então não de Pierson, Levy Cruz ou

⁶² Carta de Donald Pierson a Paulo Peltier de Queiroz em 10.08.1950. Fundo Donald Pierson, Pasta 57, AEL.

⁶³ A presença desses aspectos na pesquisa de Pierson marcam a influência de Robert Redfield e trabalhos de sua autoria, como *Tepetzlan, a Mexican Village: a study of Folk Life*. University of Chicago Press, 1930; e *Civilização e Cultura de Folk: estudo de variações culturais em Yucatan*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949.

⁶⁴ Carta de Octavio da Costa Eduardo a Donald Pierson, s/d, julho de 1951. Fundo Donald Pierson, Pasta 58. AEL.

dele, mas do responsável pelas pesquisas em cada uma das regiões em que o Vale foi dividido⁶⁵.

Pierson via a questão de outra maneira. Para ele, em algumas comunidades, a proximidade das margens do rio São Francisco e o uso de barcos na comunicação com o mundo exterior não havia afetado substancialmente a sua organização social e cultural. Além disto, não apenas o grau de isolamento, mas dados censitários, índices econômicos e de densidade populacional, por exemplo, estavam sendo levados em conta na escolha das comunidades⁶⁶.

Retomando os pontos levantados na carta de Pierson ao Diretor-superintendente da CVSF Paulo Peltier de Queiroz, o documento mostra que havia interesse também no “caráter, dimensão e intensidade da mudança social” que se processava na região do Vale. A mudança observada das comunidades refletia os diferentes graus de isolamento em relação aos centros urbanos. Quanto maior o isolamento, menor a dimensão da mudança, as características culturais permaneciam mais preservadas. Aumentando as formas de contato com as cidades, embora em muitos lugares convivessem manifestações culturais tradicionais e outras inovadoras, já podia se observar uma transição, comumente do tradicional para o moderno.

Todas essas questões foram investigadas no levantamento preliminar e, depois do *survey* realizado, o Projeto do São Francisco foi apresentado junto ao Departamento de Produção e Assistência da CVSF, em 30 de Dezembro de 1950. A diretoria da CVSF, encaminhando o Projeto para apreciação do Presidente da República, apontou a necessidade de que órgãos públicos e privados conhecessem os “processos sociais de manutenção, transmissão e desenvolvimento da cultura” de uma área tão estrategicamente importante para o país como o Vale. O projeto que a Comissão tinha em mãos foi considerado “a base indispensável em que se alicerçará a política governamental de assistência às populações e amparo à produção”⁶⁷.

O entendimento dos estudos de caráter sócio-antropológico enquanto importantes instrumentos de orientação e planejamento de ações administrativas não estava restrito aos círculos acadêmicos. Visto pelo prisma das políticas públicas (e no caso específico da CVSF, das políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento social – “assistência às populações”, e do desenvolvimento econômico – “amparo à produção”), o fato demonstra que

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Carta de Donald Pierson a Octavio da Costa Eduardo em 27.07.1951. Fundo Donald Pierson, Pasta 58, AEL.

⁶⁷ Carta de Donald Pierson a Paulo Peltier de Queiroz em 30.12.1950. Fundo Donald Pierson, Pasta 57, AEL; Comunicação do Departamento de Produção e Assistência da CVSF ao Presidente da República, s/d. Fundo Donald Pierson, pasta 57, AEL

os setores administrativos também viam nas Ciências Sociais uma forma de aumentar a eficiência de suas ações.

A diretoria da CVSF citou na comunicação ao Presidente, inclusive, a pesquisa realizada por Alfred Métraux no Haiti, e como ela foi utilizada para o planejamento das ações governamentais práticas naquele país:

No que diz respeito ao Haiti, tão grande foi a importância atribuída ao estudo da sociedade e da cultura, como anteparo e apoio de qualquer ação governamental, que o plano de recuperação do vale do Marbial foi precedido por um inquérito sociológico e ecológico com prazo de duração mínima de dois anos. O Governo Haitiano, dadas as condições econômicas do país, celebrou um acordo com a UNESCO e esta entidade destacou o sociólogo francês, Dr. Métraux, para executar o serviço, feito em equipe. Somente depois do trabalho realizado é que o Governo do Haiti, à vista das conclusões, iniciou a política propriamente dita da 'ação governamental prática'⁶⁸.

O projeto da Unesco ao qual se referiu a direção da CVSF havia sido realizado no Haiti em 1948. Propunha introduzir no Vale do Marbial (área rural no sudeste da ilha com cerca de 130 mil m² e população de 30 mil pessoas) técnicas mais avançadas de educação fundamental e testar material textual e audiovisual, fazendo da educação uma forma de elevar os níveis sociais, econômicos e de saúde. Aquela era uma região em que grassavam o analfabetismo, doenças tropicais, desmatamento, e agricultura “primitiva”. Colaboraram com a UNESCO, a OMS, a FAO e o governo haitiano⁶⁹.

Alfred Métraux, à época em que o Projeto do São Francisco era apresentado à CVSF, dirigia o setor de relações raciais da UNESCO, e era funcionário do *Department of Social Affairs* das Nações Unidas, tendo atuado inclusive como consultor da UNESCO no Projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica⁷⁰ (1947-1948). Estas atividades de Métraux indicam que ele já tinha experiência como antropólogo, com engajamento em diversos programas de pesquisa e desenvolvimento (a exemplo do projeto do Haiti) e representava importantes articulações intelectuais e políticas entre instituições de ensino e pesquisa, governos, e a comunidade científica (Maio, 1997, p. 58-60).

Em artigo do *Unesco Courier* de abril de 1948, Alfred Métraux destacou que o papel do cientista social neste tipo de programa é o de colaborador, e não de reformador:

⁶⁸ Comunicação do Departamento de Produção e Assistência da CVSF ao Presidente da República, s/d. Fundo Donald Pierson, pasta 57, AEL.

⁶⁹ Unesco Courier, vol. 1, n° 3, abril de 1948. p. 4.

⁷⁰ Sobre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, cf. Maio, 1999; Maio e Oliveira, 2010; Maio e Sá, 2000.

O antropólogo social não é ele mesmo nem um educador, um agrônomo, nem um economista, nem um especialista em saúde e nutrição – embora ele possa ter interesse especial em qualquer um desses campos – mas ele é uma pessoa a quem cada especialista pode bem recorrer para um entendimento do material humano com o qual eles trabalharão [tradução livre] (Métraux, 1948, p. 4).

Essa posição de Métraux nos remete à ideia de que o estabelecimento das fronteiras entre o trabalho a ser desenvolvido pelos cientistas sociais nesses programas de desenvolvimento, e o trabalho dos administradores e reformadores era importante também para que estes aceitassem pautar suas atividades nos resultados das pesquisas sócio-antropológicas. O sociólogo José Arthur Rios, enquanto dirigia a Divisão de Pesquisas Sociais do SESP, julgava nocivo o exagero da função do cientista social, o que constituía uma das razões para haver resistências ao seu trabalho consultivo. A este competia “alertar o administrador para o problema do ritmo e da amplitude da mudança que este quer provocar, a fim de que aquilo que se propõe como um progresso não se transforme em crise” (Rios, 1953b, p. 3).

O interesse no Projeto do São Francisco demonstrado pela CVSF é similar ao caso do projeto da UNESCO para o Haiti. O resultado das pesquisas seria utilizado como subsídio para que as intervenções do poder público fossem eficazes e melhorassem efetivamente as condições de vida das populações do Vale. Além disto, nos dois casos as Ciências Sociais assumem papel relevante no plano internacional, mediante a participação de sociólogos e antropólogos em organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento.

Apesar da aprovação do Projeto do São Francisco, e da aparente concordância com os propósitos técnicos e intelectuais da pesquisa, nenhuma ação do Governo Federal, representado pela CVSF, foi tomada imediatamente quanto à execução do projeto. Em Janeiro de 1952, Pierson escreve a Paulo Peltier de Queiroz acerca deste problema, visto que a demora inviabilizou, por exemplo, a participação de alguns dos pesquisadores que Pierson havia selecionado para coordenar as pesquisas, que já não tinham disponibilidade para fazê-lo⁷¹.

Outro problema decorrente do atraso do financiamento das pesquisas foi o aumento dos custos de execução do Projeto, e o montante estipulado anteriormente não era mais suficiente para cobrir as despesas dos pesquisadores. Além disto, neste intervalo, o programa do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* que provia a permanência de Pierson no Brasil (e oferecera seus serviços ao Projeto sem custos à CVSF em 1950) passou à

⁷¹ Carta de Donald Pierson a Paulo Peltier de Queiroz em 03.01.1952. Fundo Donald Pierson, Pasta 57. AEL.

gerência do Ponto IV⁷² em 1952, interrompendo o apoio financeiro que lhe era concedido. Tal se deu em virtude do Ponto IV ter estabelecido uma nova agenda para os programas de cooperação internacional, mais voltada para a assistência no campo do desenvolvimento, do que para projetos de ensino e pesquisa, cerne das atividades do ISA (Figueiredo, op. cit., p. 99-100). Posteriormente, com o auxílio da ELSP e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Pierson pôde dar prosseguimento ao Projeto do São Francisco (Pierson, op. cit., I, p. 20).

Um dos resultados do *survey* foi o artigo “Hipóteses e sugestões sobre o ensino no Vale do São Francisco” (1952), elaborado por Pierson, Levy Cruz e Octavio Eduardo. Já estão presentes neste artigo a noção pragmática dos estudos sobre o Vale e a questão do planejamento social, pois os cientistas sociais se basearam nas informações levantadas para fazer sugestões visando a melhoria do sistema de ensino da região. Os autores relatam a viagem ao Vale (transporte, lugares visitados, etc.), deixando claro que as observações contidas se fundamentam num levantamento preliminar, e que as questões abordadas deveriam ser aprofundadas com outras pesquisas, referindo-se à realização dos demais estudos que compunham o Projeto (Pierson et al. 1952, p. 24).

No que concerne ao ensino no Vale, os autores mostram que a educação tem um papel pouco importante, reflexo do baixo nível de escolaridade da população adulta. As professoras, em muitos casos, não têm qualificação para o ofício, sendo também deficiente o material didático disponível nas salas de aula (ibidem, p. 25-29). Afirmam que “o processo educativo é apenas um elemento da configuração global da cultura e da sociedade” (ibidem, p. 30). Neste sentido, deixam claro que qualquer mudança que se pretenda fazer no setor de educação, deverá estar acompanhada de mudanças em outros setores que compõem a vida social das comunidades.

Entre as sugestões para programas de educação na região, incluem-se: acomodar o ensino às necessidades locais, modificando o currículo e dando treinamento específico aos profissionais de acordo com a realidade social local; procurar estabelecer relações mais próximas entre professores, pais e alunos; e elevação do padrão econômico da população, uma vez que assim seria possível que a população arcasse com a manutenção de seu próprio sistema de ensino, desonerando os gastos de âmbito federal (ibidem, p. 29-37).

⁷² O Ponto IV foi um dos pilares da política internacional norte-americana no governo Truman, no contexto da Guerra Fria, visando assistir os países pobres na promoção do desenvolvimento econômico e conter o avanço do comunismo. Estabelecia que “a cooperação para o desenvolvimento seria assegurada a partir da análise das condições locais e de parceria econômica e técnica entre os Estados Unidos e os governos dos países assistidos” (Campos, op. cit. 204-205).

As sugestões apresentadas no artigo “Hipóteses e sugestões sobre o ensino no Vale do São Francisco” revelam que os autores consideravam positivo o processo de mudança social naquelas comunidades rurais. Também julgaram necessário que as intervenções para melhorar as condições de vida das populações e promover o desenvolvimento socioeconômico fossem feitas de forma integrada à organização social e às características culturais das comunidades. O *survey* preliminar apontou ainda as comunidades que foram investigadas na segunda etapa do projeto, correspondendo às pesquisas em Piaçabuçu, Xique-Xique, Marrecas, Cerrado, Retiro, Potengi, Sertão Novo, Rio Rico e os Gerais⁷³. Por meio destas investigações os pesquisadores ligados à ELSP puderam completar o seu treinamento e contribuir para o conhecimento sócio-antropológico da região correspondente ao Vale.

2.3. Pesquisadores em campo: a realização das pesquisas no Vale do São Francisco

Nosso objetivo nesta seção é proceder à reconstituição do processo de realização das pesquisas e à apresentação das respectivas monografias, que estarão articuladas à trajetória profissional de cada pesquisador⁷⁴. Assim, ter-se-á uma visão prévia e panorâmica do desenrolar das investigações, para então conhecer e analisar as monografias. A reconstituição permite também visualizar de que maneira, no trabalho prático, a orientação teórico-metodológica de Pierson se materializou nos estudos, além das possibilidades e limitações que influenciaram a produção dos trabalhos.

Os trabalhos que serão apresentados são *Medicina Rústica*, publicado em 1959⁷⁵ e *Populações Ribeirinhas do Baixo São Francisco*, publicado em 1961, ambos de Alceu Maynard Araújo; *Potengi: encruzilhada no Vale do São Francisco*, de Alfonso Trujillo Ferrari, publicado em 1960; *Cerrado e Retiro: cidade e fazenda no Alto São Francisco*, de Esdras Borges Costa, publicado em 1960; *Xique-Xique e Marrecas: duas comunidades do Médio São Francisco*, de Fernando Altenfelder Silva, publicado em 1961, e *Análise*

⁷³ Nomes fictícios dados às comunidades, à exceção de Potengi, Xique-Xique e Marrecas.

⁷⁴ À exceção de Donald Pierson, Levy Cruz e Octavio da Costa Eduardo, cujos dados biográficos foram referidos no subitem 2.2.

⁷⁵ Embora *Medicina Rústica* não seja considerado um EC, compõe o *corpus* documental desta pesquisa por ter características afins aos demais estudos, como o caráter descritivo da comunidade, conteúdo e tratamento dos dados, além de também fazer parte do projeto do Vale do São Francisco, visto que o trabalho foi um desdobramento do material da pesquisa que gerou também o estudo anteriormente citado do mesmo autor. Foi primeiramente apresentado ao Congresso Pan-americano de História da Medicina, evento realizado no Rio de Janeiro em Abril de 1958 e publicado no ano seguinte pela Companhia Editora Nacional (Boletim Informativo da ELSP, 1959, ano 2, p. 28; Araújo, 1960, p. 118).

Comparativa de Alguns Aspectos da Estrutura Social de duas Comunidades do Vale do São Francisco, apresentada por Altenfelder como tese de Livre-Docência junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná em 1955; *Rio Rico e os Gerais: estudo de dois grupos humanos no platô ocidental do Vale do São Francisco*⁷⁶, de Levy Cruz; por fim, serão apresentadas também algumas informações sobre o estudo de Cabrobó⁷⁷, coordenado por Octavio da Costa Eduardo.

Antes dos pesquisadores seguirem para o Vale, receberam orientações de Pierson, especialmente quanto às técnicas de investigação que seriam utilizadas. Eles deveriam participar, o máximo possível, da vida social local, entrevistar indivíduos das mais variadas idades e condições sociais, anotando fidedignamente (usando as palavras dos próprios informantes, sempre que possível), tudo o que pudesse auxiliar na compreensão da base ecológica, comportamento coletivo, e costumes do lugar. Sob a coordenação de Pierson, os pesquisadores produziram uma relação dos itens que deveriam ser observados em campo – um guia de conteúdo, mas que poderia ser modificada conforme as especificidades de cada comunidade tornassem necessário⁷⁸.

- A pesquisa de Alceu Maynard no Baixo São Francisco

Alceu Brasil Maynard Araújo foi o responsável pelo estudo realizado na região do Baixo São Francisco, que corresponde, no estado de Alagoas, ao trecho mais próximo da foz do rio. Maynard nasceu em Piracicaba, no estado de São Paulo, em 21 de dezembro de 1913. Antes de matricular-se como aluno do curso de Bacharelado em Ciências Sociais e Políticas da ELSP, em 1942, Maynard já havia se formado professor de Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo (1937). Graduou-se pela Escola em 1944⁷⁹ e no ano seguinte, Alceu Maynard começou seus estudos pós-graduados na ELSP, participando, no mês de Julho, da pesquisa de Antropologia com Emilio Willems em Cunha. Desde então,

⁷⁶ Manuscrito inédito, s/d.

⁷⁷ As informações serão apresentadas com base nas fichas produzidas em campo pela equipe coordenada por Octavio da Costa Eduardo.

⁷⁸ “As pesquisas levadas a efeito no Vale do São Francisco – 28.02.1959”. Fundo Donald Pierson, Pasta 56, AEL; “Projeto de ‘pesquisas de comunidade’ comparativas no Vale do São Francisco”, 1951. Fundo Donald Pierson, Pasta 72, AEL.

⁷⁹ Na ELSP Maynard foi aluno de Sérgio Milliet (Sociologia), Cecília de Castro e Silva (Psicologia Social), Donald Pierson (Métodos de Pesquisa Social), A. R. Müller (Antropologia Social), James B. Watson (Etnologia Geral), entre outros. (Provas e exames das disciplinas referidas, contidas no acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo [CEDOC/FESPSP]. O material está em processo de catalogação [Cx. 119 ESP 1942]).

relatando a Pierson em correspondência os fenômenos observados, como festas populares, Maynard demonstrava vivo interesse pelas pesquisas de campo⁸⁰.

Foi escalado para participar de uma pesquisa que seria coordenada por Pierson no interior de São Paulo, junto com outros alunos que cursavam a disciplina “Seminário em Métodos de Pesquisa” (José Paternostro, Florestan Fernandes, Fernando Altenfelder Silva, Mario Miranda Rosa, Rudolfo Lenhard, Juarez Lopes, Maurício Segal, Myrtes Nogueira, Inggelott Hurting, Lizette Ribeiro, Zidena Luna e Paula Beiguelman). Tratava-se de um estudo de caráter exploratório, com duração de um ano, no qual os alunos eram treinados no método de observação participante⁸¹.

O treinamento se daria por meio da investigação de uma comunidade relativamente isolada e estável (em relação à sua população, sociedade e cultura), auto-suficiente economicamente e influenciada pelos processos de industrialização e urbanização da região metropolitana de São Paulo. Na formulação deste projeto, Pierson destacou inicialmente sua importância na formação profissional dos estudantes da Escola – um dos aspectos do convênio entre ELSP e *Smithsonian Institution*. Por outro lado, pretendia também demonstrar a profissionais de outras áreas (administradores, legisladores, formuladores de políticas governamentais) a importância de estudos que revelassem intimamente a realidade rural, nos trabalhos que desenvolviam em suas diferentes áreas⁸².

Alceu Maynard trabalhava como Técnico de Administração do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo quando foi convidado por Pierson a participar do Projeto do São Francisco. Chegou à cidade de Piaçabuçu, no estado de Alagoas, em julho de 1952 e ali permaneceu até dezembro daquele ano. Era o chefe de uma equipe de pesquisadores, composta por João Vicente Cardenuto, Geraldo Semenzato e Noêmia Pereira de Toledo. À exceção de Noêmia Toledo, que era aluna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, eram todos estudantes da ELSP (Pierson, op. cit., I, p. 9-11).

Maynard voltou ainda a Piaçabuçu em julho de 1953, para complementar as informações colhidas pelos seus assistentes, levando ao adiamento da entrega de sua monografia. Em função da grande quantidade de dados sobre a comunidade, Pierson sugeriu a Maynard que reduzisse o detalhamento na monografia, a fim de privilegiar a apresentação de

⁸⁰ Carta de Alceu Maynard Araújo a Donald Pierson em 02.07.1945. Fundo Donald Pierson, Pasta 07, AEL.

⁸¹ “A Proposed Research Project, Interior of São Paulo State, 1946-47, directed by Dr. Donald Pierson”. Fundo Donald Pierson, Pasta 34, AEL. Este documento não indica qual seria a comunidade a ser estudada, e não foram encontrados indícios concretos de que este projeto de pesquisa tenha sido realizado.

⁸² Ibidem.

“dados concretos” da pesquisa, ao invés de produzir muitas páginas com generalizações. O material secundário deveria, então, ser apresentado como apêndice⁸³.

Seguindo as recomendações de Pierson, Maynard desmembrou seu trabalho em duas partes: a primeira com o estudo mais geral da comunidade, trabalho a ser enviado para a CVSF; a segunda, com o material referente ao folclore, cerca de 250 páginas que não entraram nos apêndices do estudo mais geral. Pierson recomendou ainda que não fosse retirado da primeira parte todo o material referente ao folclore da comunidade. Nestas comunidades rurais seria impossível traçar uma linha que separasse o que é folclore do que não é, pois se confundia muitas vezes com a vida coletiva cotidiana⁸⁴.

Maynard concluiu o trabalho em agosto de 1956. “Passagem Grande – cidade ribeirinha” tinha 486 páginas, sendo 44 em apêndice, incluindo fotografias, desenhos e documentos musicais⁸⁵, mas só foi entregue à CVSF em 1959, junto com as demais monografias. Durante este tempo, outros trabalhos do autor foram publicados com base nos dados da pesquisa no Vale⁸⁶. O material sobre o folclore da comunidade foi então desmembrado em mais duas partes: uma sobre o folclore musical, danças e festas, outra sobre medicina popular. Assim, parte do que teria sido apresentado como apêndice da monografia do vale, tornou-se a obra *Medicina Rústica*.

A CVSF havia decidido publicar as monografias seguindo uma ordem geográfica, começando pelas monografias que tratavam do Alto São Francisco. “Passagem Grande – cidade ribeirinha” tinha sido o primeiro estudo a ser concluído e entregue. Mesmo assim, chegaram antes aos leitores os trabalhos de Esdras Borges e Fernando Altenfelder, publicados pela CVSF, tendo depois se esgotado a verba de publicação das outras monografias em função dos altos índices de inflação. Posteriormente, o estudo de Pierson (parcialmente traduzido) e duas monografias completas, incluindo a de Maynard, desapareceram das repartições da CVSF.

A despeito de todos os esforços de Pierson para que os trabalhos fossem encontrados e publicados, não houve sucesso no caso de Alceu Maynard. Em fins da década de 1960 a

⁸³ Carta de Donald Pierson a Alceu Maynard Araújo em 09.05.1955. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

⁸⁴ Carta de Donald Pierson a Alceu Maynard Araújo em 05.12.1956. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

⁸⁵ Boletim Informativo da ELSP, 1959, ano 2, p. 12.

⁸⁶ “Escorço do folclore de uma comunidade alagoana”, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 1956; “Cem melodias folclóricas”, *Editora Ricordi*, São Paulo, 1957; *Canta Brasil*. Ed. Ricordi, São Paulo, 1957; “Considerações sobre a literatura oral em duas comunidades brasileiras”. *Sociologia*, vol. 19, n° 4, 1957; “Sincretismo toré-candomblé”. *Unitas*, vol. 19, n° 5, maio de 1957; “Alguns ritos mágicos”, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. CLXI, 1958; “Controle social e Prestígio numa comunidade Alagoana”. *Sociologia*, vol. 21, n° 4, 1959.

CVSF estava passando por mudanças políticas e de direção, de modo que nem as insistentes cartas de Pierson a Jaime Duarte, Técnico de Educação e articulador do projeto junto à CVSF, puderam resolver o problema. Na década seguinte, somente alguns capítulos do estudo de Pierson foram encontrados.

Não obstante o extravio da monografia “Passagem Grande – cidade ribeirinha”, Maynard publicou em 1959, pela Editora Nacional, a obra *Medicina Rústica*, em que o autor aborda os aspectos relacionados à saúde, doenças e sua cura na comunidade de Piaçabuçu (AL); e em 1961, pelo Ministério da Agricultura, *Populações Ribeirinhas do Baixo São Francisco*, em que são privilegiados apenas os aspectos ecológicos da comunidade relativos à população, como provisão alimentar, habitações, vestuário, etc.

Em *Medicina Rústica*, o autor procurou privilegiar os aspectos ligados às estratégias de restabelecimento da saúde e prevenção de doenças utilizadas pela população de Piaçabuçu, resultantes do amálgama entre medicinas populares de origem portuguesa, indígena e africana – a que chamou “medicina rústica”. Segundo o autor, a palavra “rústica” é utilizada no sentido de relativo ao meio rural. Na primeira parte do trabalho, Maynard apresenta a comunidade, indicando sua formação geológica, os limites naturais da comunidade, relevo, clima, e formas de locomoção até outras localidades. Traz informações sobre seu passado histórico, composição étnica, e atividades ligadas ao rio São Francisco (Maynard, 1979 [1959], p. 15-41), cujo objetivo é localizar a comunidade no tempo e no espaço. Por configurar uma apresentação panorâmica, não é tão detalhada e a organização não segue o mesmo esquema dos outros estudos do Vale.

Em seguida começa a análise da “medicina rústica” local, dividindo-a em “medicina mágica”, “medicina religiosa” e “medicina empírica”. A “medicina mágica” corresponde às práticas que procuram curar o que acomete o doente de forma sobrenatural, compreendendo, consoante Maynard, a benzedura, simpatia, profilaxia mágica, toré e “catolicismo brasileiro”. Benzedura e simpatia são rituais (gestos, rezas, palavras) que visam à cura e à proteção contra doenças e males. A simpatia poder ser feita por qualquer pessoa; já a benzedura, é feita por “oficiais especializados”: o curador-de-cobras, o curador e o benzedor (ibidem, p. 42-54).

A profilaxia mágica corresponde a objetos e outros elementos materiais considerados capazes de prevenir doenças, como patuás ou bentinhos (pequeno invólucro contendo orações escritas) e amuletos. O toré é um ritual de origem indígena, também conhecido noutras regiões do país como pajelança. Nele os presidentes dos rituais “incorporam” espíritos de antigos indígenas (caboclos), procedendo à adivinhação da doença e posteriormente à

defumação do indivíduo para libertação do “mal” que trazia a doença. Já o “catolicismo brasileiro” diz respeito às práticas sincréticas do rito católico romano com outros elementos mágicos, como simpatias e bentinhos. Manifesta-se em forma de promessas, romarias, grupos de penitentes, etc. (ibidem, p. 55-86).

A “medicina religiosa” está relacionada às práticas terapêuticas que visam curar males causados pela desobediência do indivíduo a determinações divinas, de santos ou outras entidades espirituais. É composta pelos rituais curativos do candomblé e das manifestações sincréticas entre candomblé e toré (ibidem, p. 86-113). A “medicina empírica”, por sua vez, utiliza elementos da natureza como formas de restabelecimento da saúde. Maynard descreve a fitoterapia – emprego de plantas na produção de chás, garrafadas, purgantes, vomitórios, etc.; excretoterapia – uso de excretos humanos e animais; dietas – prescrição e proibição de determinados alimentos a depender dos sintomas apresentados; balneoterapia – uso de banhos; sangrias – uso de sanguessugas; pirótica – uso do fogo para curar; e “pingaterapia” – curtimento, misturas e consumo de preparados com cachaça (ibidem, p. 113-132).

Segundo Maynard (ibidem, p. 133-168), além das questões mágicas e sobrenaturais, os moradores de Piaçabuçu relacionavam as doenças a causas provenientes de fenômenos naturais, como ventos, tempestades, eclipses, etc. São as causas que determinam os nomes das doenças, as formas de cura e, conseqüentemente, a busca por “profissionais” específicos em cada caso. Assim como em outras comunidades do Vale, os curandeiros e benzedores são os mais procurados pela população, tendo o farmacêutico e o médico posição secundária na procura. O autor descreve ainda aspectos do ciclo vital do indivíduo – gravidez, nascimento, morte e enterro; a crença em feitiçarias e lista refrãos e ditados de cunho profilático e curativo, recitados pelos moradores de Piaçabuçu (ibidem, p. 169-198).

Neste estudo Maynard identificou que os diversos aspectos ligados à saúde da população concorrem fortemente para a manutenção da estrutura social e da configuração cultural da comunidade. Entre as questões abordadas, duas merecem destaque: a primeira diz respeito às estratégias profiláticas e curativas: por mais variados que fossem seus elementos componentes, na verdade faziam parte de um sistema complexo, mas muito coerente, de percepção do mundo e da sua realidade, e do qual, naquele tipo de comunidade, faz parte o universo sobrenatural.

A segunda questão tange à percepção de um descompasso entre o avanço técnico da ciência médica e a capacidade de assimilação deste avanço pelas comunidades rurais. Identificar e compreender esse “hiato cultural” (ibidem, p. 204) existente entre o “mundo

civilizado” e o rural é de fundamental importância, nesta perspectiva, para alcançar efetivamente as mudanças que pleiteavam sanitaristas e cientistas sociais. Embora Maynard não tenha feito nenhuma referência direta a William Ogburn, a noção de “hiato cultural” se aproxima do conceito trabalhado por este sociólogo, o de *cultural lag*, haja visto ambos serem utilizados para compreender o processo de mudança cultural a partir do desajuste causado pela introdução de novos elementos na estrutura social local⁸⁷.

Maynard revela também neste estudo sua preocupação em pleitear, por meio do governo federal, uma maior colaboração entre médicos e antropólogos, e modificar o currículo das faculdades de medicina. Seria esta uma tentativa de socializá-las, no sentido de torná-las mais sensíveis às questões socioculturais das populações assistidas: “Provavelmente, em regiões como esta, só a medicina socializada é que poderá penetrar até as camadas inferiores, ensinando, educando e assistindo” (ibidem, p. 166).

No segundo trabalho de Maynard referido, *Populações Ribeirinhas...*, depois de apresentar rapidamente a comunidade, situando-a geograficamente, o autor explica que sua escolha para o estudo estava relacionada ao fato de Piaçabuçu ser o ponto de convergência entre diversas localidades por causa da realização da feira semanal, onde vários produtos são vendidos (Araújo, 1961, p. 9-13). Nos capítulos, o autor descreve basicamente as atividades dos moradores quanto à provisão alimentar – atividades coletoras, caça, pesca, hábitos alimentares, agricultura, habitações e vestuários, transporte, pesos e medidas, criação de animais domésticos, divisão do trabalho, receitas culinárias e processos de fabricação – a maioria artesanal (ibidem, p. 17-118).

- Potengi – encruzilhada entre Brasil e Peru no trabalho de Alfonso Trujillo Ferrari

Junto com Alceu Maynard, Alfonso Trujillo Ferrari foi responsável por investigar uma comunidade no Baixo São Francisco. Nascido em Huanuco, Peru, a 27 de abril de 1926, Trujillo veio para o Brasil em 1951, quando se inscreveu para o curso de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da ELSP. Ao chegar à cidade de São Paulo, em março daquele ano, Trujillo entrou em contato com A. R. Müller para saber do funcionamento da Escola, Fernando Altenfelder para auxiliar quanto aos arranjos pessoais, como moradia, Oracy

⁸⁷ Cf. página 29 do Capítulo 1.

Nogueira em relação à matrícula e finalmente Kalervo Oberg, com quem deveria passar a trabalhar como assistente de pesquisa e aluno do curso de pós-graduação⁸⁸.

Tendo iniciado suas atividades na ELSP⁸⁹, Trujillo participou em 1952 da pesquisa coordenada por Kalervo Oberg no município mineiro de Chonim, trabalho em que colaboraram o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a *Smithsonian Institution* e a ELSP para a produção de subsídios orientadores do trabalho de técnicos de educação, saúde e agricultura⁹⁰. No mesmo ano, em parceria com Antonio R. Müller, Augusta Barbosa de C. Ribeiro e Wilma Chiara Schultz, trabalhou na pesquisa intitulada “Um estudo comparativo de sistemas de parentesco da América do Sul”, sob os auspícios da Escola de Sociologia⁹¹.

Trujillo tinha então experiência em pesquisa quando ingressou no Projeto do São Francisco. Dois anos depois da realização do *survey* no Vale, Pierson delegou a Alfonso Trujillo Ferrari, então seu assistente de pesquisa, a tarefa de realizar a investigação em Potengi, na mesma região em que Alceu Maynard Araújo realizava sua pesquisa, no Baixo São Francisco.

A pesquisa realizada por Trujillo em Potengi foi um desdobramento dos estudos coordenados por Alceu Maynard Araújo, sendo inicialmente preparada para lhes servir de subsídio. Piaçabuçu já tinha sido escolhida para ser um dos núcleos da pesquisa, faltando ainda definir a outra localidade a ser comparada. Duas comunidades pareciam adequadas à investigação, Potengi e a Ilha de Gondim. A primeira, entretanto, além de ter um número maior de habitantes, apresentava, segundo Trujillo, “problemas de isolamento e contato mais característicos”, tornando possível maior coleta de dados acerca do processo de mudança que se pretendia investigar. Assim, enquanto Maynard comandava as pesquisas em Piaçabuçu, Trujillo ocupou-se de aprofundar as investigações em Potengi, que ficava na órbita de influência daquela comunidade⁹².

Trujillo chegou a Potengi em Julho de 1953, onde permaneceu pelos três meses subsequentes. Durante este período, realizou o recenseamento da comunidade, elaborou

⁸⁸ Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 01.03.1951. Fundo Donald Pierson, Pasta 04, AEL.

⁸⁹ Na ELSP Ferrari cursou “Sistemas Econômicos dos Povos Primitivos”, “Mudança cultural entre as tribos do Brasil”, “Etnologia Brasileira”, “Organização Social”, “Teorias Antropológicas”, “Problemas de Antropologia Social”, “Problemas de Mudança Cultural”, e “Leituras Sistemáticas nas Ciências Sociais”. No ano seguinte, cursou “Desorganização Social”, “Sociologia nos Estados Unidos”, “Introdução à Economia”, “Alemão”, “Sistema de Parentesco dos Povos Primitivos”, “Seminário de Antropologia Social”, “Seminário de Métodos de Pesquisa Social”, “Comportamento Coletivo” e “Estudos de Comunidade no Brasil”. Relação com as disciplinas cursadas, contida no acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (CEDOC/FESPSP). O material está em processo de catalogação (Cx. 128 ESP 1951).

⁹⁰ Cf. p. 29 e 61.

⁹¹ Boletim Informativo da ELSP, 1953, ano 2, n° 1, p. 4.

⁹² Carta de Alfonso Trujillo Ferrari a Donald Pierson em 04.08.1953. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

formulários para conduzir as entrevistas e organizar a coleta de dados e, como os demais pesquisadores, centrou a investigação no método de observação participante. Um dos aspectos da vida da comunidade de que Trujillo participou bastante foi a visita semanal à feira de Piaçabuçu. No trajeto de ida e volta da comunidade, aproveitava para entrevistar os moradores, fazer anotações dos aspectos sociais mais importantes⁹³.

Um dos pontos mais debatidos entre Pierson e Trujillo foi a questão do uso de nomes fictícios para a comunidade e seus informantes. Enquanto Pierson considerava este o procedimento padrão desejado para os estudos, Alfonso Trujillo argumentava que da forma como analisou os fenômenos sociais, não haveria quaisquer problemas que demandasse o uso de nomes fictícios, o que prevaleceu sobre a recomendação de Pierson⁹⁴. Mesmo com as orientações de Pierson e a ajuda de Mauro Brandão Lopes na edição dos trabalhos para publicação, a monografia só foi concluída em 1959⁹⁵.

O atraso da conclusão da monografia de Trujillo não foi o único termo do processo tortuoso de publicação deste trabalho. Mesmo antes de estar completamente pronta e ser enviada a Pierson, Trujillo tratou logo de agilizar sua publicação, por outros caminhos que não via CVSF. Pierson, às vésperas de terminar o seu próprio estudo e entregar as monografias na Comissão, via o passo de Trujillo como um grande problema, pois não valorizava os esforços daqueles que trabalharam e financiaram o projeto, segundo ele. Tal também poderia prejudicar a publicação das outras monografias, e caso fosse realmente entregue a outra instituição, deveria ser feito somente depois que ele depositasse todos os estudos na CVSF, conforme acordo anteriormente firmado⁹⁶.

Trujillo argumentou, no entanto, que como seu trabalho era inicialmente um subsídio ao de Maynard, não constava como uma das monografias do acordo com a CVSF e que, de qualquer forma, já havia obtido o consentimento da Superintendência da Comissão para publicá-la pela Editora Sociologia, da ELSP. À revelia de Pierson, que considerava o número de trabalhos inscritos no convênio com a CVSF sob dependência de sua própria decisão, o estudo foi publicado pela editora da ELSP em 1960⁹⁷.

⁹³ Carta de Alfonso Trujillo Ferrari a Donald Pierson em 11.09.1953. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

⁹⁴ Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 26.01.1954. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL; Carta de Alfonso Trujillo Ferrari a Donald Pierson em 18.02.1954. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

⁹⁵ Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 23.05.1955. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

⁹⁶ Carta de Alfonso Trujillo Ferrari a Donald Pierson em 01.04.1958. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL; Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 21.04.1958. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

⁹⁷ Carta de Alfonso Trujillo Ferrari a Donald Pierson em 15.09.1959. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL; Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 29.09.1959. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

Potengi: encruzilhada no Vale do São Francisco foi uma das primeiras pesquisas a serem publicadas. Segundo Ferrari (1960, p. 21), a comunidade era delimitada pelo âmbito das inter-relações que tinham na Vila o seu foco, sendo Potengi o centro comercial, educacional, religioso, de trabalho, e de divertimento da população. Não obstante, Potengi fazia parte de uma comunidade mais ampla, Piaçabuçu, embora dela pudesse prescindir. O âmbito espacial da comunidade é reduzido, apesar de não ser medido pelo autor em distâncias lineares, mas em noções de tempo e energia gastas para se locomover, a que Ferrari chamou “distâncias ecológicas” (ibidem).

Neste estudo, Ferrari objetivava apresentar panoramicamente a vida numa comunidade ribeirinha do São Francisco, “cujo futuro depende certamente da rota dos acontecimentos, do plano e metas de desenvolvimento do Brasil”, embora tenha afirmado que nenhuma “preocupação pragmática imediata” orientou a pesquisa (ibidem, p. 7). Como vimos oportunamente, os estudos do Vale faziam parte de determinado momento da conjuntura histórica do país, que aumentava a demanda por pesquisas sócio-antropológicas para facilitar a integração de comunidades como Potengi ao mundo capitalista moderno. E se a preocupação pragmática não era “imediata” nesse EC, estava certamente no horizonte das instituições que o fomentaram, especialmente da CVSF.

A obra é dividida em três partes: a primeira aborda as “bases ecológicas” da comunidade de Potengi; a segunda trata dos seus aspectos sociais; e a terceira, das crenças observadas entre seus moradores. A descrição começa com os aspectos físicos do habitat – solo, clima e suplemento de água, passando depois para os organismos vegetais, animais e os grupamentos humanos, e mostrando a distribuição espacial da população na comunidade (ibidem, p. 27-38). Ainda sobre a população, o autor a divide por sexo, cor, nacionalidade, e faixa etária, tratando também das questões ligadas à longevidade, fecundidade, mortalidade infantil, e mobilidade espacial (imigração e emigração). Vale destacar que a questão da higiene está arrolada na seção sobre população. Nela Ferrari descreve os hábitos de asseio corporal, das vestes e moradias, como o banho, a escovação dos dentes, limpeza de roupas e de utensílios domésticos, e destaca a inexistência de rede de esgotos instalada na comunidade. Embora os hábitos fossem considerados rudimentares, observa ainda que havia certo prestígio em se apresentar asseadamente (ibidem, p. 39-61).

Passando à descrição das técnicas de subsistência, Ferrari aborda as atividades extrativas – caça, pesca, catação de mariscos; alimentos e hábitos alimentares – preparação e consumo; habitação e mobiliário – construções, utensílios domésticos; vestimentas; e

agricultura – áreas e plantas cultivadas, preparação das terras, etc. Também descreve as atividades manufatureiras – chapéus, redes, farinha, etc.; a divisão e organização do trabalho dentro do ciclo anual de trabalho, divididos por sexo e idade; transporte e meios de comunicação; comércio – “botecos”, feiras, pesos e medidas; e por fim, riqueza e propriedade, no que concerne às fazendas e sítios (ibidem, p. 62-162).

Na parte em que discorre sobre os aspectos sociais da comunidade, Ferrari aborda primeiro a questão do isolamento e contato. O isolamento tem influência direta na relativa auto-suficiência da comunidade, bem como para a manutenção da coesão social. O contato com outros centros urbanos, por sua vez, é um dos responsáveis pela introdução de novos aspectos culturais na comunidade (ibidem, p. 163-165).

Em seguida, Ferrari descreve a linguagem e as normas de etiqueta locais; os mecanismos de estratificação da sociedade por idade, sexo, propriedade, família e nível de educação, fortemente ligado a fatores econômicos e sociais, como o pertencimento à elite local; descreve também as características da estrutura familiar em Potengi, as estratégias voltadas para o casamento, e os rituais de compadrio; o comportamento político e as formas sociais e políticas de controle social. O autor trata ainda da educação formal e informal, das formas de lazer (danças, esportes, brincadeiras) e da questão da mudança e desorganização social (ibidem, p. 163-278).

O autor destaca o papel da população “flutuante” (pessoas que chegam ou moradores que retornam à comunidade depois de viagens) no processo de mudança cultural, levando à comunidade padrões culturais e de comportamento que se assemelham mais aos presentes nas comunidades circunvizinhas. É o ponto de partida para se entender as mudanças em processo. Alguns elementos pelos quais se percebe o estado de desorganização social em que se encontrava a comunidade referem-se à “instrução e educação, propagação de certos preceitos de cura e as influências comerciais que vêm de fora” (ibidem, p. 235-237).

Na terceira e última parte, o autor aborda as crenças da população de Potengi, como presságios, seres e forças sobrenaturais, rituais praticados em igrejas e capelas, promessas e romarias. Também faz parte das crenças a atribuição largamente difundida entre a população de que as doenças possuem causas “misteriosas, naturais e sobrenaturais”. A este diagnóstico popular, junto com as formas de tratamento dentro do mesmo conjunto de crenças, Ferrari chama “medicina de *folk*”. Assim, o uso de chás, rezas (embora estivessem em processo de descrédito) e plantas da região eram muito comuns no tratamento da maior parte das

enfermidades, sendo os produtos farmacêuticos também usados em menor proporção (ibidem, p. 299).

- Pesquisas no Alto São Francisco: o trabalho de Esdras Borges Costa

Esdras Borges Costa é natural de Araraquara, São Paulo, onde nasceu em 18 de julho de 1929. De família protestante da Igreja Presbiteriana e com tradição sitiante, cursou o Grupo Escolar e o primeiro ano Ginásial naquela cidade. Logo se mudou para São Paulo com a família, em 1941, onde prosseguiu os estudos na rede estadual de ensino. Entre 1942 e 1947 cursou o ensino secundário Clássico, até que em fevereiro de 1948 ingressou no curso de Bacharelado em Ciências Sociais e Políticas da ELSP (informação verbal)⁹⁸.

Segundo Esdras Borges, uma das características do ensino na Escola era o estímulo à realização de pesquisas. Os alunos aprendiam amostragem, entrevistas, formulação de questionários, entre outras técnicas (informação verbal)⁹⁹, o que complementava o aprendizado oriundo dos trabalhos baseados nas bibliografias dos cursos¹⁰⁰. O sociólogo que a Escola formava era também um pesquisador profissional, treinado na coleta e análise de dados, especialmente por meio de pesquisas de campo, que figurava então como um dos mais importantes métodos investigativos. A formação universitária de Esdras Borges esteve inserida nesse contexto de valorização dos trabalhos de campo, influenciado especialmente pela Escola de Chicago. Ele realizou uma pesquisa em Freguesia (SC) em 1951, sob orientação de Octavio da Costa Eduardo, enquanto ainda fazia a graduação na ELSP.

Esdras Borges estava no último ano da graduação quando realizou essa pesquisa sobre migração açoriana em Freguesia, fomentada pela própria ELSP. Em pesquisa preliminar, descobriu que havia um núcleo desses migrantes no sul do país desde o século XVII, para

⁹⁸ Entrevista concedida por Esdras Borges Costa a Marcos Chor Maio e Nemuel da Silva Oliveira em 26.11.2009.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Esdras Borges foi aluno de Oracy Nogueira (cursos de Sociologia, Psicologia Social, Métodos de Pesquisa Social, Comportamento Coletivo, e Desorganização Social), Octavio da Costa Eduardo (cursos de Antropologia Física e Etnologia), Emilio Willems (curso de Ecologia Humana) Antonio Rubbo Müller (curso de Antropologia Social), Virgínia Leone Bicudo (cursos de Higiene Mental e Psicanálise), Juarez R. Lopes (curso de Organização Social), Mauro Brandão Lopes (curso de Ciência Política), Sérgio Buarque de Holanda (curso de História Social) e Herbert Baldus (curso de Etnologia Brasileira). Provas e exames das disciplinas referidas, contidas no acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (CEDOC/FESPSP). O material está em processo de catalogação (Cx. 125 ESP 1948).

onde se dirigiu a fim de fazer um *survey* e escolher a localidade mais adequada para o estudo. Percorreu algumas cidades, visitando diversas vilas de pescadores (informação verbal)¹⁰¹.

Visitou também a ilha onde fica a capital do estado, que na época não era tão urbanizada. Era relativamente isolada, e se levava cerca de meio dia para percorrer o trecho que ia da capital até o outro lado da ilha. Dentre as vilas que conheceu, escolheu uma que ficava entre a montanha que corta a ilha e o mar: Rio Vermelho, chamada Freguesia. Era uma comunidade muito pobre, com aproximadamente mil pessoas, bastante isolada, onde a cultura açoriana se encontrava mais preservada que em outras localidades com mais fácil acesso à capital¹⁰².

Apesar do isolamento, Rio Vermelho possuía escola, igreja, serviço de correios, mas não contava com outros recursos fundamentais, como rede de saneamento. A comunidade estava organizada com base na estrutura familiar (quase todos os habitantes eram parentes), sendo os principais aspectos da vida comunitária ligados à alimentação (disponibilidade de alimentos), à economia (sistema produtivo) e ao calendário religioso (festas e crenças) (informação verbal)¹⁰³.

Esdras Borges permaneceu seis meses na localidade, onde fez um recenseamento das casas, participou da vida local, observou e fez anotações sobre diversos aspectos da vida social. O estudo produzido a partir desses dados¹⁰⁴ foi apresentado como trabalho do curso de bacharelado, mas não chegou a ser publicado. Esdras Borges voltou posteriormente a Freguesia por um curto período em 1952, desta vez enquanto aluno da pós-graduação da ELSP, antes de ingressar no Projeto do São Francisco (informação verbal)¹⁰⁵.

Ingressando na pós-graduação em 1952, Borges Costa tornou-se aluno de Donald Pierson. Para ele, um dos aspectos marcantes desta experiência foi sua participação nos “Seminários de Pesquisa” dados por Pierson. Era então uma experiência inovadora, em que os alunos não apenas recebiam as informações do professor, mas eram instados a apreender e expor o conteúdo, a colocar questões e participar ativamente dos debates sobre os temas de cada encontro. Desta forma, os alunos eram conduzidos a formular suas próprias ideias acerca dos conceitos e técnicas trabalhados¹⁰⁶.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² “Depoimento de Esdras Borges Costa: Revisitando Itapetininga, 'Freguesia' e o Vale do São Francisco”. *Cadernos de Campo*, São Paulo nº 18, 2009, p. 304.

¹⁰³ Entrevista concedida por Esdras Borges Costa a Marcos Chor Maio e Nemeu da Silva Oliveira em 26.11.2009.

¹⁰⁴ Manuscrito com 150 páginas (ibidem).

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

Durante o primeiro ano da pós-graduação, além dos seminários com Pierson e dos cursos de “Mudança Cultural” com Herbert Baldus, “Grupos Primários” e “Organizações Formais” com Juarez R. Lopes¹⁰⁷, Esdras Borges também fez parte da editoria da Revista Sociologia. Pierson o convidou então a participar do Projeto do São Francisco, coordenando uma equipe de pesquisadores que investigaria a região do Alto São Francisco.

Sua equipe era formada por Maria Isabel dos Santos Carvalho (aluna da ELSP, secretária particular de Pierson e depois Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas Sociológicas do Instituto de Relações Sociais e Industriais de São Paulo), Gastão Thomaz de Almeida (aluno da Escola, jornalista e funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo), Neide Carvalho (aluna da ELSP) e Aldemar Moreira (padre da ordem dos jesuítas, aluno de pós-graduação da ELSP, professor de Sociologia em Recife e Diretor do Instituto de Relações Sociais e Industriais na mesma cidade) (Pierson, 1972, I, p. 11-12).

Em agosto de 1952 os pesquisadores partiram para Belo Horizonte e de lá seguiram viagem passando por Betim, Pará de Minas, Pitangui, Papagaio, Pompéu Velho e finalmente Pompéu (Cerrado). Para compor o quadro comparativo, foi escolhida a Fazenda Diamante – na verdade um conjunto de fazendas que ficava nos arredores de Pompéu, a que chamaram Retiro. Estas fazendas eram mais isoladas que Cerrado, apesar de manterem ainda algum contato com a cidade¹⁰⁸.

A escolha de Retiro levantou desde o princípio, segundo Esdras Borges, dois problemas fulcrais: o primeiro, quanto à representatividade de Cerrado, pois embora fosse típica da região e apresentasse uma dinâmica voltada para a mudança, não era isolada ao ponto de ter uma vida auto-suficiente; o segundo problema, quanto à real possibilidade de considerar Retiro uma outra comunidade para comparação, pois ao longo da pesquisa foi levantada a hipótese de que Cerrado e Retiro poderiam ser uma única comunidade. Esta questão foi levantada por Esdras ao final da sua monografia (Costa, 1960, p. 267).

Chegando a Pompéu, Esdras Borges orientou a equipe a obter uma visão panorâmica da comunidade. De posse deste material e definidos os informantes, deram início ao trabalho de observação e registro da vida social local. Depois dos dois meses de pesquisa em 1952, a equipe retornou ao Vale em abril de 1953, onde permaneceram até julho¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Provas e exames das disciplinas referidas, contidas no acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (CEDOC/FESPSP). O material está em processo de catalogação (Cx. 125 ESP 1948).

¹⁰⁸ Relatório de viagem de Maria Isabel dos Santos Carvalho, s/d. Fundo Donald Pierson, Pasta 64, AEL.

¹⁰⁹ Ibidem.

De volta a São Paulo e de posse dos dados colhidos em campo, restava o trabalho de concatenação das informações e redação do estudo. Esdras Borges continuava no curso de pós-graduação da ESP e trabalhava como assistente de Pierson na revista *Sociologia* enquanto redigia a monografia. Em julho de 1955, Esdras Borges foi contemplado com uma bolsa de estudos da Escola de Sociologia e da Universidade da Califórnia para fazer cursos de especialização em Sociologia Geral e Psicologia Social em Berkeley, nos EUA¹¹⁰. Enquanto permaneceu naquela Universidade, continuou trabalhando na redação do estudo sobre Cerrado e Retiro. Em fins de 1958, Esdras Borges terminou sua monografia e a enviou a Pierson, tendo sido a primeira a ser publicada pela CVSF.

Cerrado e Retiro: cidade e fazenda no Alto São Francisco configurou uma investigação de duas localidades: uma delas mais isolada, composta basicamente por uma pequena cidade à beira de uma rodovia (Cerrado), e um conjunto de três fazendas (Retiro), com o intuito de compreender a “realidade social complexa que eles [os moradores das localidades] estão vivendo” (Costa, 1960, p. 7), referindo-se o autor ao processo de mudança social. Esdras Borges inicia o trabalho fazendo uma breve reconstituição do passado histórico das duas localidades, na qual destaca o processo de ocupação da região e o crescimento da vila e das fazendas que constituem o município de Cerrado (ibidem, p. 7-17).

Assim como nos demais estudos, os aspectos relacionados ao meio físico são os primeiros a serem descritos: tipos de solo, relevo, clima, cursos d'água, vegetação e fauna encontrados na região. A população vem em seguida, distribuída por sexo e idade, junto com dados sobre taxas de natalidade, mortalidade, e índices de mobilidade entre Cerrado e Retiro, entre as duas localidades e outras comunidades vizinhas (ibidem, p. 19-42). Higiene e saúde são os próximos aspectos descritos. Esdras Borges mostra que os hábitos de higiene, ao mesmo tempo em que são considerados fontes de prestígio social na comunidade, dependem largamente das condições econômicas e sociais dos moradores (ibidem, p. 43-55).

O principal hábito de higiene observado foi o banho diário. Em relação às doenças e tratamentos, o autor mostra que boa parte dos moradores parte para outras localidades em busca de assistência médica, embora haja um número reduzido desses profissionais na região. Apesar da pouca informação sobre micróbios e outros agentes patológicos, a procura do médico é significativa, em especial entre os mais instruídos, pertencentes à elite local. Não obstante, havia ainda quem procurasse por tratamentos com feiticeiros e curandeiros, que utilizavam forças consideradas sobrenaturais para curar (ibidem).

¹¹⁰ Boletim Informativo da ELSP, 1955, ano 6, n° 5, p. 02.

As seções seguintes do trabalho de Esdras Borges tratam da habitação, alimentação e vestuário utilizado pela população, suas atividades produtivas, mostrando a divisão do trabalho entre os sexos, a criação de animais, lavouras e técnicas de agricultura, assim como as atividades extrativas, a exemplo da coleta de frutas e extração de lenha para torna-lo carvão. Além do carvão, os moradores de Cerrado e Retiro tinham outros tipos de produção, como derivados do leite, artigos de couro, tijolos, vassouras, etc. Estes e outros produtos são comercializados nas feiras semanais, principalmente, sendo pouco conhecido e utilizado pela população o sistema de crédito financeiro oferecido por bancos noutros centros urbanos (ibidem, p. 56-122).

Esdras Borges aborda também as questões do isolamento e contato, marcando a diferença existente entre as duas comunidades: Cerrado possui maior disponibilidade de vias de acesso a outras localidades, mas ainda assim apresenta sinais de isolamento; Retiro, ainda mais afastada da rodovia que passa por Cerrado, é mais isolada, e seus moradores raramente saem da comunidade. No que concerne às relações familiares e de compadrio, o autor destaca as etapas de namoro, noivado e casamento, a composição das famílias e as formas de criar os laços de compadrio. Nas comunidades, a etiqueta, os “mexericos” e a lei são os principais meios de controle social, que acabam influenciando também os aspectos relacionados ao prestígio e à posição dos indivíduos dentro da comunidade (ibidem, p. 123-189).

Os últimos aspectos descritos por Esdras Borges são o comportamento político – existência de partidos políticos, processo eleitoral, atitudes de candidatos e eleitores e as perspectivas dos moradores em relação à administração pública, na figura de prefeitos e vereadores; os ritos, cerimônias e crenças da população – divisão quanto à fé professada, calendário religioso e festas, cerimônias como novenas e missas, e o papel das lideranças religiosas na comunidade; e por fim, o processo educacional, compreendendo a educação informal (no ambiente familiar) e formal (nas escolas) (ibidem, p. 190-255).

Ao final do trabalho, Esdras Borges faz uma série de sugestões para futuros estudos, apontando algumas questões que surgiram durante o trabalho e não puderam ser ali contempladas. Entre elas, sugere o estudo do impacto da introdução de maquinário e novas técnicas agrícolas, os sistemas de propriedade, ocupação e uso da terra; sugere também que sejam estudadas as características sociais e psicológicas de grupos ocupacionais como fazendeiros, garimpeiros, etc., além da reavaliação de Cerrado e Retiro enquanto duas comunidades distintas, visto que o modo de vida de seus habitantes permitia que fossem consideradas uma única comunidade (ibidem, p. 256-267).

- O Médio São Francisco de Fernando Altenfelder

Fernando Franco Altenfelder Silva ingressou no Projeto do São Francisco quase uma década depois de ter sua trajetória cruzada com a história da Escola de Sociologia, onde entrou para o curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais, em Junho de 1943¹¹¹. Paulistano, Altenfelder nasceu aos 28 de dezembro de 1916, conforme documentação apresentada na ELSP por ocasião de sua matrícula naquele ano. Casou-se logo depois com Lydia Del Pichia, sua companheira também na empreitada no Vale. As informações sobre sua vida antes do ingresso na Escola são parcas, mas as que estão disponíveis sobre o período em que lá permaneceu nos permitem conhecer um pouco do profissional responsável pelas pesquisas em Xique-Xique e Marrecas.

Altenfelder concluiu o bacharelado em 1946. Prosseguindo os estudos na ELSP, teve sua candidatura para a obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais aceita em Maio de 1947. Ele seria orientado por Kalervo Oberg, e o título da dissertação era então “Mudanças recentes na cultura dos Terena”¹¹². Além das disciplinas do curso, participou de pesquisas de campo, como a coordenada por Oberg sobre os índios no estado de Mato Grosso entre dezembro de 1946 e fevereiro de 1947¹¹³.

Ainda em 1947 foi admitido pela Escola como Professor-assistente junto à cadeira de Antropologia, regida por Antônio Rubbo Müller. Passou a lecionar também “Estatística”, junto com José Novaes Paternostro, como ele Bacharel em Ciências Sociais e Políticas pela Escola. No ano seguinte, dividiu o seu tempo como aluno pós-graduado com o trabalho na edição dos Anuários da ELSP¹¹⁴. Em Agosto de 1949 foi contemplado com uma bolsa de estudos, pelo período de um ano, do Viking Fund e da Columbia University, nos EUA, para fazer doutorado no Departamento de Antropologia daquela universidade¹¹⁵.

Com o convite de Pierson para participar do Projeto do São Francisco, Altenfelder e sua equipe se dirigiram para o Médio São Francisco, no estado da Bahia, onde chegaram em

¹¹¹ Embora não conste no Anuário da ELSP de 1944 (relação dos alunos matriculados no curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais em 1943), há registros de provas e trabalhos de disciplinas cursadas a partir de Junho de 1943. Anuário da ELSP, 1944, p. 159; Provas e exames das disciplinas referidas, contidas no acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (CEDOC/FESPSP). O material está em processo de catalogação. (Cx. 121 ESP 1944).

¹¹² Documento da Divisão de Estudos Pós-graduados da ELSP em 15.05.1947. Fundo Donald Pierson, Pasta 4, AEL.

¹¹³ Anuário da ELSP, 1948, p. 13.

¹¹⁴ Ibidem, p. 16.

¹¹⁵ Boletim Informativo da ELSP, agosto de 1949, ano 1, nº 1; Carta de Fernando Altenfelder a Donald Pierson em 12.08.1949. Fundo Donald Pierson, Pasta 4, AEL.

janeiro de 1952. Permaneceram em Xique-Xique entre 29 de janeiro e 18 de junho de 1952, e em Marrecas entre 18 de junho a 18 de julho do mesmo ano. A equipe orientada por Altenfelder era composta por sua esposa Lydía Del Pichia Altenfelder Silva e Maria Galvão Cardoso, da Divisão de Estatística e Documentação Social do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, e Cândido Procópio Ferreira de Carvalho, aluno da ELSP¹¹⁶.

As primeiras semanas de pesquisa foram atribuladas. De modo geral, quando os pesquisadores chegavam às localidades, levavam consigo cartas de apresentação para autoridades locais, como prefeitos, funcionários públicos e alguns fazendeiros. Estas cartas visavam quebrar o estranhamento inicial que sua presença poderia causar entre os moradores locais. Entretanto, as cartas enviadas por Pierson recomendando a equipe de Altenfelder não chegaram a tempo de apresentá-las aos seus destinatários¹¹⁷.

O resultado deste atraso foi uma desconfiança geral da comunidade em relação aos pesquisadores. Chegou a correr pela cidade a notícia de que um “gringo” estaria entrando e saindo da prefeitura, e que um espião estava ali trabalhando para a Alemanha. O fato era preocupante para o curso do trabalho, pois se Altenfelder percebesse que não seria possível realizar a investigação naquela localidade em função da hostilidade da população, outra localidade deveria ser escolhida enquanto ainda houvesse tempo hábil em fazê-lo. Todavia, depois que Altenfelder conversou com o prefeito da cidade sobre os rumores e as reais intenções de sua equipe, tudo ficou esclarecido e eles puderam prosseguir os trabalhos sem maiores problemas¹¹⁸.

Durante o primeiro mês da equipe na localidade, os esforços estiveram concentrados numa visão geral da cidade, para então aprofundar-se nos temas já levantados em São Paulo por ocasião do delineamento do Projeto. Maria Galvão cuidava da parte referente à educação e visitava casas de pescadores; Altenfelder buscava dados sobre a organização das “instituições sociais”, higiene, tecnologia, economia, crenças e práticas religiosas, enquanto Lydía assistia ambos nas anotações e preparação das fichas¹¹⁹.

Os pesquisadores não ficaram, de início, circunscritos a uma única comunidade, ou a duas, como previsto. A visão panorâmica que produziram tomava outras comunidades ao redor de Xique-Xique, como Central, Uibaí, Tiririca e Iguira (antiga Marrecas). Pierson reforçou, no entanto, que por mais valioso que fosse o conhecimento do maior número

¹¹⁶ Carta de Donald Pierson a Fernando Altenfelder em 05.04.1952. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

¹¹⁷ Telegrama de Fernando Altenfelder a Donald Pierson em 04.02.1952. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

¹¹⁸ Carta de Fernando Altenfelder a Donald Pierson em 28.03.1952. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

¹¹⁹ Carta de Fernando Altenfelder a Donald Pierson em 01.03.1952. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

possível de localidades naquela região, Altenfelder deveria atentar para o foco da pesquisa, que seria estudar duas comunidades específicas, contrastando-as¹²⁰.

Tendo então escolhido a comunidade de Marrecas para o contraste com Xique-Xique, os pesquisadores permaneceram sete meses no Vale, retornando a São Paulo em Julho de 1952. Depois de sete meses de investigações *in loco* no Vale, os pesquisadores voltaram a São Paulo, e Altenfelder começou a preparar a monografia que seria entregue à CVSF. Em 1953 foi convidado pela Universidade do Paraná para reger a cátedra de Antropologia Social de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, inicialmente pelo prazo de dois anos¹²¹. Em Curitiba, Altenfelder continuou a redação da monografia sobre o Vale, concluindo o trabalho em abril de 1955. Neste mesmo ano Altenfelder apresentou *Análise Comparativa de Alguns Aspectos da Estrutura Social de duas Comunidades do Vale do São Francisco* à Universidade do Paraná, como tese de admissão para Livre-docência naquela Universidade. Para tanto, Altenfelder reorganizou a monografia que escrevera e modificou alguns itens, privilegiando os aspectos da estrutura social. *Xique-Xique e Marrecas: duas comunidades do Médio São Francisco* foi publicada somente em 1960¹²².

Na tese apresentada em 1955, Altenfelder inicia o trabalho descrevendo alguns aspectos ecológicos referentes ao habitat e à população. Nesta seção estão incluídos os aspectos relacionados à saúde e higiene – com destaque para a falta de rede de saneamento básico, para os quase inexistentes hábitos de higiene e asseio corporal (que dependem da disponibilidade de água), e para questões que são abordadas também no estudo entregue à CVSF. Na segunda parte o autor trata dos aspectos econômicos locais: as técnicas de subsistência, atividades produtoras e coletoras, propriedade e divisão do trabalho, comércio e evolução econômica. Na terceira e última seção Altenfelder aborda questões da estrutura social, como a posição do indivíduo na sociedade, isolamento e contato, ciclo de vida, organização política e jurídica da comunidade (Silva, 1955, p. v-vi).

A organização do conteúdo em *Xique-Xique e Marrecas...* é semelhante à da tese, embora o detalhamento das informações seja maior. Ao comparar as duas localidades,

¹²⁰ Carta de Donald Pierson a Fernando Altenfelder em 14.03.1952. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

¹²¹ Carta de Fernando Altenfelder a Donald Pierson em 27.02.1953. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

¹²² Pierson recomendou com veemência que Altenfelder utilizasse nomes fictícios para as comunidades, como haviam feito os outros pesquisadores. Segundo Pierson, este era o procedimento padrão para este tipo de investigação. Altenfelder, no entanto, julgava necessário divulgar o nome da comunidade uma vez que não seriam feridos interesses particulares dos informantes. Por outro lado, ele havia acordado com seus melhores informantes na comunidade que seria publicada uma monografia com seu próprio nome no título. Fernando Altenfelder usou o nome real da comunidade em seu estudo, embora no trabalho de Pierson Xique-Xique seja chamada de Pesqueira (Carta de Fernando Altenfelder a Donald Pierson em 10.03.1954. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL).

Altenfelder objetivava mostrar as mudanças nas suas estruturas sociais, que se faziam sentir nas “expectativas de comportamento e nos elementos culturais adotados pela cultura” (Silva, 1961, p. 298). Altenfelder apresenta as comunidades neste trabalho a partir do seu passado histórico, destacando sua origem ligada ao processo de povoamento da região (estabelecimento de fazendas de gado), e os ciclos econômicos de pecuária e mineração que fizeram as comunidades crescerem relativamente (ibidem, p. 10-25).

Altenfelder descreve na monografia os limites do município e das comunidades, composição do solo, formação de ilhas pelo curso do rio São Francisco, clima, suprimento de água e tipos de vegetação. Em seguida, aborda a densidade populacional, distribuindo-os por sexo, idade, cor, e apontando os índices de natalidade, fertilidade e mortalidade. Trata também da mobilidade espacial da população e dos meios de comunicação e transporte disponíveis. Ainda na seção sobre a população, Altenfelder afirma que embora os hábitos de higiene e saúde sejam rudimentares e falte infraestrutura sanitária, algumas medidas nesse sentido já estavam sendo tomadas pelo setor público. Destaca o trabalho de pulverização da bacia do São Francisco com o DDT, e indica o aproveitamento dos agentes populares de saúde, como os curandeiros, na transformação das condições de saúde da população por estes lhe serem mais familiares (ibidem, p. 49-78).

Na sequência, Altenfelder descreve as técnicas de subsistência da população – alimentação, pesca, calendário econômico, agricultura, fabricação de farinha e outros artigos, exploração de cristal, etc.; o comércio, construção de casas e mobiliário nelas encontrado, propriedades, divisão do trabalho e sistemas de unidade; e a estrutura social da comunidade, destacando como os recursos econômicos, a aparência física, iniciativas e habilidades pessoais concorrem fortemente para a estratificação da sociedade (ibidem, p. 79-164).

Em relação ao isolamento e contato, a análise de Altenfelder foi construída não apenas a partir das possibilidades de contato das comunidades com outros centros urbanos, mas com base no conhecimento que os moradores locais tinham do mundo exterior. Assim, as entrevistas realizadas mostraram que as duas comunidades eram bastante isoladas, com pouco ou nenhum conhecimento de história, economia, geografia e outros assuntos nacionais e internacionais. De 180 entrevistados, por exemplo, 62 não conheciam sequer a primeira linha do hino nacional; em outra amostra com 90 entrevistados, 63 desconheciam qualquer nome de outros países (ibidem, p. 165-186). Neste trabalho destacou ainda que as mudanças observadas na comunidade eram tributárias da intensificação dos contatos com comunidades

circunvizinhas e com outros centros urbanos, e compunham o processo de elevação das condições de vida da comunidade (ibidem, p. 300).

Em seguida ainda na monografia, Altenfelder descreve a estrutura familiar, namoro, casamento, prole, compadrio e também algumas atitudes em relação à mulher que se prostitui; a organização política e jurídica das comunidades, que reflete sua organização social e o isolamento da região; a situação do ensino escolar nas comunidades e a linguagem utilizada pelos moradores no cotidiano; as possibilidades de lazer da população, como festas e jogos; e por fim, os aspectos relacionados às crenças, com a distribuição religiosa da população, orações consideradas protetoras, seres mágicos, etc. (ibidem, p. 187-296).

Alguns dos mais importantes aspectos que diferem os dois trabalhos estão na introdução e na conclusão da tese. Na nova introdução que preparou para tese, Altenfelder buscou discutir os conceitos de “estrutura social” e “comunidade”, a fim de esclarecer sua visão nas análises contidas nas páginas seguintes. O autor parte das controvérsias que o tema gerou entre antropólogos e sociólogos, sendo ora tomado num sentido mais abrangente, ora num sentido mais restrito, indicando quer as inter-relações sociais, quer padrões de comportamento de grupos sociais (Silva, 1955, p. 1).

Trazendo à discussão autores como Herbert Spencer, Evans Pritchard, Robert Park, Radcliffe-Brown, Gordon Brown e Robert Merton, Altenfelder mostra que para ele a reflexão sobre a estrutura social deve considerar não apenas as inter-relações entre os indivíduos, mas também os padrões de comportamento que delas emerge. Ele se refere “não só aos aspectos apresentados pelas inter-relações humanas, mas ainda à hierarquização dos indivíduos nessas inter-relações, bem como aos padrões de comportamento, ideal e real, a eles correlatos” (ibidem, p. 5).

Altenfelder usa o conceito num sentido abrangente, mesmo procurando diferenciar estrutura social e organização social. Pierson critica a reificação desse conceito, no sentido de que o termo “estrutura” traz em si a ideia de estabilidade daquilo que é considerado parte dessa estrutura social. No entanto a sociedade estaria, a seu ver, numa situação dinâmica que torna relativo o pressuposto da estabilidade, especialmente quando trazido para a análise de comunidades em evidente processo de mudança social e cultural¹²³.

Para o debate acerca do conceito de “comunidade”, Altenfelder aciona Ferdinand Tönnies e os conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, Durkheim e os conceitos de solidariedade orgânica e mecânica, Georges Gurvitch e os conceitos de sociabilidade

¹²³ Carta de Donald Pierson a Fernando Altenfelder em 30.05.1955. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

espontânea e organizada, Donald Pierson, que diferencia comunidade e sociedade quanto à natureza das relações entre os indivíduos – respectivamente simbióticas e morais, e outros autores como C. J. Galpin e T. Lynn Smith que agregam a variável territorial em suas definições.

Fazendo um apanhado dos autores supra citados, o conceito de comunidade aplicado ao seu trabalho se refere a agrupamentos humanos, territorialmente localizados, com interesses comuns e certa “regularidade de interação social”, coadunando com a ideia de estrutura social exposta anteriormente. Para Altenfelder, em trabalhos como *Cruz das Almas* (1951) de Donald Pierson e *Cunha* (1947) de Emilio Willems, há uma abordagem ecológica e sociológica em que se propõe apreender amplamente o que ele entende como estrutura social da comunidade (ibidem, p. 6-11).

Nas conclusões da tese, Altenfelder diz que a investigação das comunidades permite afirmar que a complexidade de suas estruturas sociais varia de acordo com os contatos sociais com outras estruturas. Desta forma, quaisquer mudanças nesses contatos afetariam mais Xique-Xique que Marrecas, dado o maior grau de isolamento desta em relação a estruturas externas (ibidem, p. 209).

Decerto que a discussão teórica não está ausente em *Xique-Xique e Marrecas...*, mas a conclusão do material apresentado para o concurso ilustra bem as diferenças entre os estudos: na tese, o objetivo era oferecer uma análise bastante circunstanciada pela teoria e pelos dados obtidos nas comunidades; na monografia, mais que analisar, o intuito era fazer um reconhecimento dos vários aspectos da vida coletiva em estudo. As análises mais profundas dos dados e as explicações devidas acerca da realidade social observada seriam objetos de outros estudos sistemáticos.

- Correntina e os Gerais: comunidade(s) investigada(s) por Levy Cruz

Levy Cruz foi o pesquisador responsável pela investigação na comunidade de Correntina, na região dos Gerais, nome cunhado para identificar a região semiárida situada no estado da Bahia, quase na fronteira com o estado de Goiás. No caso desta pesquisa, segundo Cruz, uma das localidades escolhidas para comparação (os Gerais) não era estritamente uma comunidade nos parâmetros das que foram escolhidas para os outros estudos. Correntina já havia sido identificada como a comunidade com mais forte tendência à mudança, a ser comparada com outra mais isolada, mais para o interior daquela região. Levy Cruz chegou a

percorrer tal região durante um mês, encontrando apenas alguns grupos, algumas famílias, pulverizados pelos Gerais mas sem, no entanto, constituir aquela comunidade “ideal” para configurar o estudo comparativo (informação verbal)¹²⁴. Formalmente o par de localidades foi cunhado como Rio Rico (Correntina) e os Gerais.

Depois da escolha das localidades, as equipes de pesquisadores foram distribuídas pelo Vale. Levy Cruz chefiou a equipe formada por Aparecida Joly Gouveia (aluna pós-graduada da Escola e funcionária do Ministério da Agricultura), Frederico de Barros Brotero (aluno da Escola, permaneceu na pesquisa somente até a abertura do semestre letivo) e Gastão Thomaz de Almeida (funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, participou dos últimos quatro meses de pesquisa)¹²⁵. Informalmente, a esposa de Levy Cruz, Zilda Cruz, participou da equipe em alguns momentos da pesquisa, trabalhando com tabelas e organizando os levantamentos feitos pelos demais membros da equipe. Os pesquisadores passaram seis meses na região (início de 1952) coletando dados diversos que, como nos outros estudos, serviram de base para a produção de fichas temáticas encaminhadas posteriormente a Pierson.

Durante o ano de 1953, Cruz esteve encarregado da edição das fichas e supervisão do trabalho de datilografia. A redação da monografia sobre Correntina foi feita no Brasil e nos EUA, no período em que Levy Cruz permaneceu na Universidade de Chicago, para concluir seu doutoramento. A documentação disponível não permite precisar quando a monografia sobre Rio Rico foi concluída e enviada a Pierson. Ocorre que, em fevereiro de 1972, meses antes da publicação de *O Homem no Vale do São Francisco*, e treze anos depois da entrega dos manuscritos à Comissão, Pierson escreve a Levy Cruz dizendo ter encontrado o seu manuscrito de “Rio Rico e os Gerais: estudo de dois grupos humanos no platô ocidental do Vale do São Francisco”¹²⁶.

O material estaria entre os pertences de Pierson que não haviam sido devidamente organizados após uma das mudanças de endereço que ele e sua esposa Helen Bachelor fizeram. Tão surpreendente quanto a notícia da descoberta do manuscrito foi, primeiro, a notícia de que este fato resolveria o problema do desaparecimento deste trabalho após a

¹²⁴ Entrevista concedida por Levy Cruz a Marcos Chor Maio em 19.09.2007.

¹²⁵ Gastão Thomaz de Almeida participou também da pesquisa em Cerrado e Retiro, chefiada por Esdras Borges Costa. Na pesquisa com Levy Cruz, além de Correntina, participou da viagem pelos Gerais para escolha da segunda localidade e de uma pesquisa em Bom Jesus da Lapa, por ocasião da festa religiosa que levavaromeiros de diversas comunidades àquela cidade. Passaram nove dias investigando diversos aspectos da festa, especialmente os religiosos e econômicos (Ibidem).

¹²⁶ Carta de Donald Pierson a Levy Cruz em 07.02.1972. Fundo Donald Pierson, Pasta 64, AEL.

entrega na CVSF, junto com o trabalho de Alceu e alguns capítulos do estudo de Pierson. O episódio foi exaustivamente tratado por Pierson em diversas cartas aos seus associados, embora o manuscrito de Levy Cruz até então nunca tivesse sido indicado entre os que foram extraviados¹²⁷.

A monografia que Pierson tinha em mãos naquela ocasião era composta por 90 páginas contendo as seguintes partes: Introdução; Parte I – O Habitat e os habitantes (2 capítulos); Parte II – Comunidade (2 capítulos, Rio Rico e Gerais); Parte III – Sociedade: Rio Rico (5 capítulos: grupos de parentesco, grupos de educação formal, grupos religiosos, grupos políticos, grupos de status); Parte IV – Sociedade: Os Gerais (1 capítulo); e Parte V – Rio Rico e os Gerais: análise comparativa¹²⁸. Do manuscrito disponibilizado por Cruz, constam nas 135 páginas as seguintes seções: da Parte I, o item sobre os aspectos demográficos das comunidades; da Parte II, com referência apenas a Rio Rico, os itens sobre habitação, técnicas de subsistência (coleta, caça, pesca, agricultura, pecuária e manufaturas), doenças e sua cura, e hábitos alimentares; e da Parte III, também com referência apenas a Rio Rico, o item sobre grupos políticos.

A comunidade de Rio Rico surgiu da exploração aurífera às margens do rio Correntina, um dos afluentes do rio São Francisco, tendo a população posteriormente desenvolvido atividades agrícolas e pecuárias. O autor divide a localidade em zona habitada e zona desabitada, destacando a baixa densidade populacional, visto que a maior parte da população residia nas propriedades rurais espalhadas pela região dos Gerais. Os dados demográficos apresentados por Cruz versam sobre a composição da população (sexo e idade), fertilidade e expectativa de vida, índices de mortalidade e de mobilidade espacial intramunicipal e extramunicipal (Cruz, s/d, p. 14-30).

Em seguida, Cruz aborda os aspectos relacionados à habitação (descrevendo as construções e mobiliário nelas encontrado), ao vestuário e a alguns hábitos corporais, destacando que a higiene da população varia de acordo com os níveis econômico-sociais e com a noção da existência de micróbios e das formas de contágio (ibidem, p. 31-42). Estas questões são apenas indicadas pelo autor nesta seção, visto que se detém sobre elas no item dedicado às doenças e sua cura: indica as principais doenças que grassavam na comunidade (tracoma, tifoide, doenças gastrointestinais, tuberculose e doenças venéreas), as ideias sobre

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Consoante o relatado por Pierson na correspondência, ainda não lhe tinham sido entregues alguns capítulos (não especificados). Carta de Donald Pierson a Levy Cruz em 07.02.1972. Fundo Donald Pierson, Pasta 64, AEL.

as causas das doenças e as noções de contágio, bem como descreve tratamentos realizados com o uso de plantas, as atividades de curandeiros, benzedores, médicos e farmacêuticos. Há ainda neste estudo um subitem sobre o funcionamento do hospital e do Posto de Tracoma que existiam na região (ibidem, p. 42-57).

Em relação aos hábitos alimentares e às técnicas de subsistência, Cruz destaca a deficiência nutricional dos alimentos consumidos e descreve como os moradores procedem nas atividades de coleta (frutas e mineração), na pesca e caça de animais silvestres, os tipos de propriedade agrícola e pecuária, indicando as formas de plantio e criação de gado. As atividades manufatureiras correspondem à fabricação de cestos, tecidos, açúcar, aguardente, laticínios, cerâmica, beneficiamento de arroz e café, entre outros (ibidem, p. 57-108). Por fim, o autor descreve as relações políticas locais, mostrando os conflitos entre os partidos políticos existentes na comunidade, e as atividades referentes ao processo eleitoral, como as campanhas partidárias¹²⁹ (ibidem, p. 109-135).

- Um novo sertão em Cabrobó: a pesquisa de Octavio da Costa Eduardo

A equipe chefiada por Octavio da Costa Eduardo era composta por Artur de Moraes César, Plínio Figueiredo e Natália Rodrigues Bittencourt (que ficou com a incumbência de colher as informações com a parte feminina da população). Os três assistentes eram alunos do curso de Antropologia ministrado por Eduardo na ELSP. A pesquisa em Cabrobó começa em janeiro de 1952. Primeiro, entre janeiro e março; depois, entre junho e agosto. Em 1953, as pesquisas foram realizadas entre os meses de janeiro e abril¹³⁰.

Todos eles receberam instruções para observar hábitos, costumes, comportamento, atitudes das pessoas com referência a diversos fatos da vida cotidiana, as relações sociais, relações familiares, entre outros. Os dados que constam nas fichas eram registrados diariamente, com a recomendação de que tudo o que fosse observado em determinado dia deveria ser transcrito antes que uma nova atividade de investigação começasse. Neste sentido,

¹²⁹ Uma versão da seção sobre partidos políticos foi publicada em 1959: “Funções do comportamento político numa comunidade do São Francisco”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 5, jan. 1959. Com base na pesquisa em Correntina, Cruz publicou ainda “Papel e uso da hipótese nos ‘Estudos de Comunidade’”. *Anais do II Congresso Latino-americano de Sociologia*, Rio de Janeiro, 1953; “Aspectos da formação e desintegração da família em Rio Rico”. *Sociologia*, vol. 16, nº 4, 1954; e “Pesquisa sobre mobilidade espacial e estrutura das pequenas comunidades”. *Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia*, Recife, fev. 1958.

¹³⁰ Fichas de trabalho de campo dos assistentes de pesquisa de Octavio Eduardo, por ele disponibilizadas em 26.11.09.

o trabalho cotidiano da equipe era bastante semelhante ao de outras equipes espalhadas pelo Vale (informação verbal)¹³¹.

Nas fichas, os pesquisadores anotavam o dia do fato observado ou da anotação da informação colhida, o nome do informante ou das pessoas presentes no local, as expressões, comentários, o máximo de elementos que pudessem ser observados. Cada ficha recebia também um título, de forma a facilitar sua posterior identificação temática. Registravam não somente da forma como compreendiam o que observavam, mas também a forma como os indivíduos se manifestavam, escrevendo provérbios, palavras, frases usadas no cotidiano pelos moradores locais¹³². Este material era então repassado para Octavio Eduardo e para as pessoas responsáveis pela datilografia das anotações de campo. Foi acordado entre Pierson e Costa Eduardo que o nome fictício para Cabrobó seria Sertão Novo, pois este achava que a comunidade representava uma importante novidade que estava surgindo naquela região¹³³.

Um dos aspectos bastante debatidos entre Pierson e Costa Eduardo dizia respeito à existência de uma ou duas comunidades a serem comparadas na pesquisa. Segundo Costa Eduardo, a população da Ilha da Conceição (a comunidade que Pierson indicou para comparação com Cabrobó), do ponto de vista ecológico, econômico, da estrutura social e de muitos aspectos da mentalidade, tinha o mesmo padrão observado na cidade e seus arredores. A população da ilha seria mais um grupo minoritário que uma comunidade separada, mesmo tendo algumas características que os diferenciavam da população da cidade, como a herança indígena do Toré¹³⁴.

Embora Pierson alimentasse a esperança de entregar todos os estudos acordados com a Comissão, inclusive o de Octavio Eduardo, não foi concluído até o período em que Pierson redigiu seu próprio estudo, em 1959. Quase uma década havia se passado então, desde que as pesquisas no Vale tinham sido realizadas, abrindo a possibilidade de que o estudo de Cabrobó fosse concluído a partir de uma comparação entre a pesquisa feita em 1952 e uma nova, a ser realizada em finais daquela década. Assim se poderia identificar os pontos que tornavam mais

¹³¹ Entrevista concedida por Octavio da Costa Eduardo a Marcos Chor Maio e Nemuel da Silva Oliveira em 26.11.2009.

¹³² Fichas de trabalho de campo dos assistentes de pesquisa de Octavio Eduardo, por ele disponibilizadas em 26.11.09.

¹³³ Carta de Donald Pierson a Octavio da Costa Eduardo em 19.04.1958. Fundo Donald Pierson, Pasta 58, AEL.

¹³⁴ Carta de Donald Pierson a Octavio da Costa Eduardo em 26.08.1958. Fundo Donald Pierson, Pasta 58, AEL; Entrevista concedida a Marcos Chor Maio e Nemuel da Silva Oliveira em 26.11.2009.

latente o processo de mudança social anteriormente observado na comunidade. Nova viagem foi feita à comunidade por Octavio Eduardo e Paulo Piazza em 1960 (informação verbal)¹³⁵.

Este novo empreendimento de pesquisa na comunidade de Cabrobó foi não apenas dirigido, como também pessoalmente financiado por Octavio Eduardo. Contou desta vez com apenas um assistente, Paulo Piazza, que trabalhava como supervisor de campo na sua empresa de pesquisa de mercado¹³⁶. Piazza passou seis meses na comunidade, atualizando os dados que tinham sido colhidos em 1952. Eduardo também esteve em Cabrobó em 1960, mas em razão de compromissos de trabalho, permaneceu apenas 15 dias¹³⁷.

Nos poucos dias que permaneceu em Cabrobó, a impressão de Costa Eduardo foi que a comunidade havia crescido, estava bem maior do que era em 1952. As mudanças tecnológicas e econômicas também lhe chamaram atenção. As casas construídas seguiam novos padrões, a mecanização havia ultrapassado o âmbito da irrigação e chegado às casas de fabricação de farinha e rapadura. Fertilizantes também passaram a ser largamente utilizados nas lavouras¹³⁸.

Muitas mudanças ocorreram também na agricultura, em que os moradores locais empregavam novos métodos de irrigação, levando a um aumento considerável na produção de cebola na cidade. A relação entre fazendeiros e os moradores, vaqueiros e meeiros, no entanto, continuava similar à situação de quase 10 anos atrás, assim como a organização familiar e o comportamento religioso (a única mudança havia sido o crescimento do protestantismo na localidade). As relações de classes entre brancos/ricos e morenos/negros/pobres se tornaram mais formais e distantes, havendo inclusive uma proibição de que brancos participassem em bailes de morenos/negros¹³⁹.

A comunicação com o mundo externo havia crescido bastante em Cabrobó. Muitas famílias tinham rádio, as revistas chegavam com mais facilidade, e a cidade passou a contar com serviços de transporte para a capital Recife. Todos esses dados foram também registrados em fichas, seguindo o mesmo procedimento da pesquisa de 1952. O estudo de Cabrobó, segundo Costa Eduardo, havia se tornado um projeto de pesquisa em que os novos dados

¹³⁵ Entrevista concedida por Octavio da Costa Eduardo a Marcos Chor Maio e Nemuel da Silva Oliveira em 26.11.2009.

¹³⁶ Na década de 1940 Eduardo se associou a um grupo americano chamado International Research Association e criou uma empresa de pesquisa de mercado chamada IPOM – Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado, sendo um dos acionistas (ibidem.).

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Carta de Octavio da Costa Eduardo a Donald Pierson em 10.03.1960. Fundo Donald Pierson, Pasta 58, AEL.

¹³⁹ Ibidem.

permitiriam a comparação dos aspectos socioculturais da comunidade num intervalo de tempo considerável¹⁴⁰.

Como foi oportunamente indicado, Octavio da Costa Eduardo não publicou seu estudo sobre o Vale. As considerações que se seguem a respeito da pesquisa em Cabrobó são baseadas em fichas do trabalho de campo dos dois períodos em que a comunidade foi investigada, disponibilizadas por Octávio Eduardo.

As fichas temáticas da pesquisa em Cabrobó contemplam diversos aspectos da vida da comunidade. Há descrições sobre o toré (histórico, alguns cantos, orações, narrativas de experiências religiosas dos informantes e de situações em que houve repressão policial à prática do toré), dimensões (m²), cultivo (técnicas de plantio) e disputa de propriedade de terras, prestígio social, famílias, animais, significado de expressões e palavras, brincadeiras de criança, e histórias locais (memórias dos informantes sobre o passado da comunidade, sobre cangaceiros, etc.). Foram também registrados temas como fluxo migratório, trabalho cooperativo (mutirões), comércio, hábitos alimentares, suprimento de água, exploração de jazidas minerais, entre outros. As 850 fichas disponíveis revelam o cotidiano da comunidade apreendido pelos pesquisadores¹⁴¹.

As fichas revelam que Cabrobó era uma cidade em crescimento, haja visto a circulação de correspondências, jornais e revistas, a existência de hotéis e pensões, a presença de dentistas, autoridades policiais e outros funcionários públicos, e a distribuição de energia elétrica. Além disto, a comunidade contava ainda com serviço, embora incipiente, de limpeza pública, e uma cooperativa que fornecia crédito financeiro a agricultores e comerciantes¹⁴².

Um dos temas presentes nas fichas foi o das mudanças que haviam ocorrido na comunidade desde o início da década de 1950. Alguns dos elementos que potencializaram as mudanças foram o aumento da distribuição de energia elétrica com a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, o uso de bombas d'água para irrigação, e a introdução de inseticidas e adubos nas lavouras, que levou ao crescimento do cultivo de cebola. Entre os resultados das transformações, foram registrados o aumento da frequência dos alunos à escola – as crianças deixaram de ser tão necessárias ao trabalho nas lavouras, o crescimento do uso de crédito financeiro, além do desenvolvimento populacional e urbano da comunidade, como foi registrado em fevereiro de 1960:

¹⁴⁰ Apesar da disponibilidade do material, o estudo não foi concluído, sendo este o único trabalho que não foi entregue à Comissão do Vale do São Francisco.

¹⁴¹ Fichas de trabalho de campo dos assistentes de pesquisa de Octavio Eduardo, por ele disponibilizadas em 26.11.09.

¹⁴² Idem.

É geral o orgulho dos habitantes de Cabrobó com o crescimento de sua cidade. [...] Cabrobó cresceu e enriqueceu-se. Mestre Lima ressaltou, por exemplo, que a cebola tem deixado dinheiro para todos: o plantador, o homem que carrega os caminhões [...] o comprador, etc. O valor dos imóveis aumentou consideravelmente sendo altos os custos de construção. [...] A fisionomia material e humana de Cabrobó é inteiramente nova. A cidade cresceu mais ainda e alguns melhoramentos urbanos foram feitos que fazem da antiga, descuidada e sonolenta Cabrobó de ser e de aspecto dinâmico e até moderno, com ruas largas e residências confortáveis. A praça da feira, antigamente um largo campo arenoso, hoje apresenta-se com fisionomia totalmente diferente. [...] A faixa de calçamento é larga e no lado oposto à calçada possui reentrâncias diagonais que foram feitas para o estacionamento de automóveis e, principalmente, caminhões. [...] O formato funcional do calçamento (suas reentrâncias para estacionamento), indica que a preocupação estética se casou com a da utilização do local¹⁴³.

A partir desse registro é possível inferir que o processo de mudança que os pesquisadores investigaram no início da década de 1950, continuou pelos anos seguintes. A maior parte das transformações decorreu do incremento agrícola, com o cultivo de cebola passando a ser a principal atividade econômica da cidade. O maior fluxo financeiro foi acompanhado de melhorias urbanas e das condições de vida da população em geral.

* * *

A contextualização apresentada neste capítulo mostra que desde a formulação do Projeto, Pierson apontava as relações que as pesquisas tinham com questões importantes do seu tempo, tanto no que concerne ao aumento da visibilidade das Ciências Sociais no Brasil, quanto para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isto reforça nossa hipótese que contraria a visão dos EC como estudos alienados, alheios às questões de âmbito nacional, como as transformações sociais relacionadas à passagem de uma economia essencialmente rural e agrária, para uma urbana e industrial. Conforme indicam os primeiros registros do Projeto do São Francisco, o processo de execução das pesquisas e as próprias monografias elaboradas, as investigações foram realizadas em sintonia com a demanda de inserção do país no mundo moderno.

¹⁴³ Ficha de 10.02.1960. “Crescimento da cidade – a nova cidade de Cabrobó”.

Capítulo 3

O Homem no Vale do São Francisco e as abordagens acerca da questão da saúde nos estudos sobre o Vale

Tendo conhecido o processo de produção dos estudos do Projeto do São Francisco (execução da pesquisa, preparação e publicação das monografias) e os próprios estudos em si – abordados no capítulo anterior, passamos no presente capítulo à reconstituição da pesquisa e apresentação do trabalho de Pierson, que traz em conjunto as comunidades isoladamente investigadas pelos demais pesquisadores, e tem características (como o esforço de ordenação dos estudos, de concatenação dos dados sobre as diferentes regiões do Vale, e também as sugestões sobre planejamento social) que apontam sua importância singular dentro do conjunto.

O exame das pesquisas do Projeto do São Francisco permitiu identificar que a questão da saúde, atrelada aos demais aspectos socioeconômicos e culturais, emerge como uma chave para o conhecimento das condições de vida e da realidade social das comunidades investigadas. Ela se faz presente nos trabalhos porque, por um lado, os autores buscaram nestes estudos descrever as comunidades de maneira pormenorizada e abrangente, a fim de que pudessem ser conhecidos os mais diversos aspectos que compunham a vida dos moradores do Vale.

Por outro lado, a investigação do processo de mudança cultural norteava todas as pesquisas. Assim, as transformações no universo relativo à saúde, que então se processavam especialmente em função de políticas públicas de saneamento, educação e incrementos econômicos, forneciam aos investigadores dados valiosos na mensuração do caráter e profundidade das mudanças que ocorriam na comunidade, não só quanto à saúde. Por isto mesmo é recorrente nos trabalhos a descrição de hábitos de higiene e de ideias relativas à saúde, doenças e seu tratamento (causas, sintomas, recursos profiláticos e curativos), mostrando seu papel na configuração e na manutenção da estrutura social das comunidades.

Desta forma, trabalhamos também neste capítulo as abordagens sobre a saúde nos estudos que compõem o Projeto.

3.1. O Vale do São Francisco em conjunto: o trabalho de Donald Pierson

Conforme as pesquisas eram realizadas, os dados colhidos em campo iam sendo datilografados em fichas, trabalho acertado com a Escola de Sociologia, que forneceu uma datilógrafa (Maria Isabel dos Santos Carvalho) e supervisionado por Levy Cruz. Esta foi a base material que Pierson utilizou para produzir seu estudo, que englobava todas as regiões do Vale investigadas. Durante as investigações, Pierson se correspondia com os coordenadores das equipes que, de volta a São Paulo, encontravam-se periodicamente para discutir assuntos afins de cada trabalho (especialmente Levy Cruz, Fernando Altenfelder e Alceu Maynard). Algumas destas reuniões aconteceram na ausência de Pierson, que teve de permanecer nos EUA por algum tempo a fim de restabelecer sua saúde após o primeiro ataque do vírus zoster¹⁴⁴.

A questão da doença de Pierson foi um dos grandes problemas na execução do Projeto do São Francisco. Ela surgiu em 1951, logo após o *survey* do Vale. Segundo Pierson, esta primeira manifestação do zoster foi bastante aguda, debilitando-o sobremaneira. Ainda assim, ao primeiro sinal de reabilitação, voltou ao Vale em abril de 1952, na companhia do engenheiro Percy Pinheiro Machado, chefe do 5º Distrito da CVSF (área correspondente aos estados de Alagoas e Sergipe), onde visitou 27 localidades. Em agosto do mesmo ano, ao lado do também engenheiro Rodrigo Octavio Coutinho, chefe do 1º Distrito da CVSF (área correspondente ao estado de Minas Gerais), visitou outras 30 localidades. Em ambas ocasiões, realizou levantamentos sociais mais pormenorizados das comunidades durante um mês cada¹⁴⁵.

¹⁴⁴ O zoster, ou herpes zoster, é uma doença causada pela reativação do vírus causador da Varicela, geralmente em indivíduos com imunidade comprometida. Surgem inicialmente lesões na pele, mas a doença desenvolve e atinge dos nervos periféricos até os gânglios nervosos, onde pode permanecer por toda a vida. Além do sintoma dermatológico, as dores nevralgias são intensas, com quadros de cefaleia, febre, mal-estar. A nevralgia pós-herpética (NPH) – dor persistente por 4 a 6 semanas após o surgimento das erupções cutâneas, é mais comum em pacientes com idade avançada (Informações extraídas da página do Ministério da Saúde do Governo Federal Brasileiro, disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1660 acessada em 03.05.10). Pelos sintomas descritos por Pierson, em relatos do desenvolvimento da doença nas correspondências com diversos participantes do Projeto do São Francisco, seu quadro foi de intensa NPH durante anos.

¹⁴⁵ “As pesquisas levadas a efeito no Vale do São Francisco – 28.02.1959”. Fundo Donald Pierson, Pasta 56, AEL.

Em abril de 1953 Pierson começou a preparação de sua própria monografia sobre o Vale. Neste período, algumas equipes ainda estavam fazendo o trabalho de campo nas localidades, e Pierson ia recebendo as cópias das fichas datilografadas com os dados colhidos. Não permaneceu muito tempo, pois os efeitos da doença começaram a se complicar e atingir os músculos cardíacos, fazendo-o retornar aos EUA por conta da gravidade da situação¹⁴⁶.

Nos primeiros meses da sua nova ida aos EUA, ocorrida em julho de 1955, Pierson não conseguia trabalhar mais que duas horas por dia. Com o passar dos meses, foi aumentando gradativamente as horas dedicadas à preparação do estudo do Vale, de forma que por volta de 1958 já conseguia trabalhar *full time* como era de seu desejo. Neste ínterim, não teve qualquer remuneração ou financiamento. Com o fim do financiamento do programa que o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* mantinha conveniado com a ELSP, em 1952¹⁴⁷, os vencimentos de Pierson passaram a ser pagos pela CAPES. A situação perdurou até a sua volta aos EUA em 1955. Pierson viveu de economias e investimentos pessoais, tendo recusado inclusive, em nome do Projeto do São Francisco, propostas de emprego em universidades nos EUA e outros países da América Latina¹⁴⁸.

Pierson ainda retornou brevemente à região do Vale em 1959, para incluir dados sobre mudanças mais latentes que poderiam ter ocorrido durante o intervalo em que as monografias estavam sendo redigidas, e também para preencher algumas lacunas que surgiram enquanto ele preparava o seu estudo comparativo. A viagem de volta ao Brasil foi financiada pela Fundação Rockefeller, e o retorno ao Vale patrocinado pela CVSF¹⁴⁹. Logo depois entregou sua monografia, juntamente com as dos outros pesquisadores, à CVSF.

O trabalho de Pierson, no entanto, seria publicado somente treze anos depois que foi entregue, em razão de dificuldades financeiras, mudanças estruturais e políticas na CVSF, e uma série de circunstâncias que só permitiram sua publicação em 1972¹⁵⁰. O intuito era que a obra fosse publicada até novembro daquele ano, comemorando o sesquicentenário da Independência do Brasil e o quinquênio da SUVALE (Pierson, 1972, I, p. IX). Uma das preocupações de Pierson em função do grande lapso temporal entre a realização das pesquisas e sua publicação, referia-se à atualidade dos dados nelas contidos. Embora não fosse possível

¹⁴⁶ Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 08.11.1972. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

¹⁴⁷ Cf. p. 71.

¹⁴⁸ Carta de Donald Pierson a Esdras Borges Costa em 07.07.1956. Fundo Donald Pierson, Pasta 2, AEL.

¹⁴⁹ Carta de Donald Pierson a Alceu Maynard Araújo em 15.07.1959. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

¹⁵⁰ Cf. as Considerações Finais, p. 136.

fazer novas investigações para renovação dos dados, a obra mantinha um valor histórico, de registro da realidade social do Vale naquele período.

Este era um valor que aumentava em razão inversa à desatualização dos dados, fato que dava certo alento a Pierson quanto a todo este atraso. Quando os três tomos foram finalmente publicados, entretanto, Pierson não ficou completamente satisfeito. Primeiro, porque apesar de todo o tempo que levou esta saga, Pierson não teve oportunidade de revisar o material antes que fosse impresso. Segundo Pierson, era a primeira vez que um livro seu tinha sido publicado sem que ele revisse o material. Por esta razão, escreveu a todos os seus colaboradores explicando o longo processo de publicação, e pedindo desculpas por quaisquer erros que a obra pudesse conter (ausência de parágrafos, erros de tradução e digitação, etc.), e por não ter constado na capa, como havia expressamente recomendado à Comissão, os nomes de todos os coordenadores de pesquisa¹⁵¹.

O Homem no Vale do São Francisco traz uma visão de conjunto dos trabalhos dos outros pesquisadores, que foram publicados antes do seu próprio. Suas 1.502 páginas estão divididas em três volumes: no primeiro, Pierson descreve os aspectos físicos da região – a bacia hidrográfica do rio São Francisco, as localidades estudadas, formação geológica, clima, vegetação, fauna e abastecimento de água. Discorre também sobre o passado do Vale, as “raízes históricas de onde brota o presente” (Pierson, 1972, II, p. VII). No segundo volume, têm destaque os aspectos ligados aos moradores do Vale e seus meios de subsistência: características da população, hábitos alimentares, habitação, vestuário, divisão do trabalho, uso da terra, agricultura, pecuária, artesanato, etc. Nele estão também os capítulos sobre higiene e hábitos corporais, doenças e seu tratamento. Já no terceiro volume, Pierson trata dos aspectos sociais e culturais, como também do ciclo de vida dos indivíduos – etiqueta, família, parentesco e compadrio, rituais, cerimônias e crenças, comportamento político, infância, fase adulta e morte, educação formal e informal. Por último, traz algumas sugestões para pesquisas futuras e para planejamento social.

Ao descrever os aspectos físicos do Vale no primeiro volume, Pierson o divide em quatro regiões, levando em consideração as características do próprio rio, a localização de seus principais tributários e o uso que o homem tem feito do São Francisco: Alto São Francisco (da nascente a Pirapora, em Minas Gerais); Médio São Francisco (entre o Alto e o Baixo, subdividindo-se ainda na região das Corredeiras – de Juazeiro à Cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia); e Baixo São Francisco (da Cachoeira de Paulo Afonso à sua foz em

¹⁵¹ Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 21.06.1973. Fundo Donald Pierson, Pasta 66. AEL.

Alagoas). No curso do rio, localiza seus afluentes e indica as condições de navegação de cada trecho (Pierson, 1972, I, p. 29-55).

Em seguida, apresenta os cinco pares de localidades estudadas (1º par: Cerrado e Retiro; 2º: Rio Rico e Gerais; 3º: Pesqueira e Marrecas; 4º: Sertão Novo e Ilha de Toré; 5º: Passagem Grande e Cuscuzero), descrevendo o trajeto de chegada a cada um, as bases das economias locais, disposição das casas, aparência dos moradores, etc., tudo o que pôde ser observado e registrado por si e pelas outras equipes de pesquisadores (ibidem, p. 57-103). Pierson continua a descrição com informações sobre os grandes sistemas fluviais da região (rios Paraná, Prata, Tocantins e São Francisco), e sobre os eventos geológicos que determinaram a formação do relevo, mostrando as especificidades de cada uma das subdivisões do Vale (ibidem, p. 107-123).

Pierson traz também informações sobre metais e compostos metálicos encontrados na região do Vale, a composição do solo e as possibilidades de aproveitamento do rio para produção de energia elétrica; sobre estações do ano, zonas climáticas e variações de temperatura ao longo do curso do rio, incidência de ventos, índices pluviométricos e, conseqüentemente, a disponibilidade do abastecimento de água para os moradores da região, bem como sua distribuição e formas de uso (ibidem, p. 124-167). Finalizando a seção sobre os aspectos físicos da região, Pierson descreve os tipos de vegetação encontrados na bacia do São Francisco, caracterizando-os, marcando sua distribuição pelo Vale e formas de aproveitamento pela população – especialmente as que tinham valor econômico como a mandioca e a mangabeira. Traz também informações sobre fósseis encontrados ao longo do curso do rio, e sobre as espécies animais nativas – nomes, incidência, usos e problemas a eles relacionados, a exemplo dos relativos a carrapatos, mosquitos, formigas, etc. (ibidem, p. 169-220).

Em relação ao passado histórico do Vale, Pierson destaca sua importância como plano de referência para estabelecimento de comparação com as atuais condições de vida das comunidades investigadas¹⁵². Para tanto, recorre largamente a escritos de viajantes do século XIX e historiadores como, por exemplo, Auguste de Saint-Hilaire e Capistrano de Abreu. Dentre as diversas informações sobre a região que Pierson apresenta, três aspectos se destacam, e são considerados pelo autor os processos fundamentais de seu passado histórico:

¹⁵² A seção sobre o passado histórico presente na obra de Pierson remete aos comentários de Florestan Fernandes (1958) acerca das análises histórico-sociológicas na produção das Ciências Sociais nos anos de 1940 e 1950. A ideia era que elementos históricos permitiam analisar comparativamente as transformações socioculturais que se processavam nas comunidades. Cf. página 23 do Capítulo 1.

o contato racial, discorrendo sobre os indígenas, africanos e europeus, bem como sobre as modalidades e desdobramento deste contato; o desbravamento da região, grande parte em função dela ter se tornando um importante caminho de integração entre diversas regiões do país – nordeste-sudeste principalmente; e a fixação no território, que determinou o crescimento dos povoados e o estabelecimento de atividades como pecuária, agricultura e comércio (ibidem, p. 223-224).

Prossegue discorrendo sobre os primeiros habitantes da região, os desbravadores (bandeirantes), as missões jesuíticas, o processo de concessão de terras, e o surgimento dos currais – lotes afastados dos principais povoados, em função da necessidade de grandes áreas que compensassem as deficiências de pastagem para o gado. Em seguida, Pierson indica os fatores que levaram ao povoamento da região, como a descoberta de jazidas de ouro e outros minerais preciosos ao longo do leito do São Francisco. Mostra ainda as dificuldades de estabelecimento legal da ordem, especialmente com os fenômenos do banditismo e do cangaço. Finalizando o primeiro volume da obra, Pierson escreve sobre os remanescentes indígenas, sendo poucos os grupos na região que conservam os costumes ancestrais, confinados às áreas de Proteção Indígena (ibidem, p. 226-323).

No segundo volume de *O Homem no Vale do São Francisco*, antes de tratar dos aspectos relacionados à população e à subsistência no Vale, Pierson procura esclarecer alguns pontos sobre seu trabalho. Embora seja um trecho grande a transcrever, é importante marcar, nas palavras do autor, a compreensão que tinha acerca dos objetivos da obra e do seu próprio ofício de cientista social. Ao iniciar o volume, Pierson afirma:

Talvez convenha explicar nesta altura algo mais a respeito do conteúdo destes três tomos. Frisa-se neles a realidade empírica, em vez de dar-se maior atenção a generalizações de grande vulto; e isto se faz propositadamente, e por três razões. Em primeiro lugar, o prezado leitor talvez possa ter uma visão mais íntima e, assim, compreensão mais profunda, da vida no Vale, se esta é apresentada em pormenores, como se tentou aqui. Além disso, o historiador do futuro terá dados concretos sobre a vida atual no Vale, talvez difíceis de obter, neste contexto ao menos, de outro modo. Finalmente, e talvez ainda mais importante, apresentam-se dados empíricos que se coadunam mais com a orientação, e com os propósitos, do cientista social.

Isto porque, se segue rigorosamente os ensinamentos de sua profissão, ele faz generalizações apenas com altíssimo grau de cuidado. Quer evitar a todo custo as ‘generalizações de quinze segundos’ que tendem a saturar a conversa popular, os escritos de jornalistas apressados, e a fala dos ‘turistas de avião’.

O cientista consciencioso, portanto, especialista em ciências seja físicas seja sociais, generaliza sempre com ponderação e formula hipóteses de maneira apenas provisória. Assim faz porque recorda que, na ciência, as generalizações têm que ser sujeitas, continuamente, a (1) verificação, (2) modificação ou (3) abandono, à luz de investigações posteriores. Lembra-se que, antes de tudo, o cientista precisa ser leal com a exatidão.

A nosso ver, pois, é sempre preferível o cientista apresentar excesso de pormenores sobre qualquer povo ou situação social do que dedicar-se demasiadamente a generalizações de largo vulto, especialmente se estas não são adequadamente apoiadas em dados concretos, generalizações essas que, muitas vezes, refletem em excesso a orientação do investigador ou da época, e que são, por isso mesmo, parciais ou passageiras, como se vê atualmente em tantos escritos sobre o universo social (Pierson, 1972, II, p. VIII-IX).

Os aspectos destacados por Pierson estão relacionados à valorização que a empiria e a investigação de campo tinham naquele momento de consolidação da cientificidade do trabalho do cientista social. Ele mostra que o estudo do Vale correspondia à primeira etapa do trabalho científico, que era a de coleta preliminar de dados concretos sobre a realidade social. Por isto se tornava essencial o detalhamento minucioso dos dados. Baseado neles é que poderiam ser feitas as generalizações e análises da mesma. Pierson chamava atenção para a importância do estudo do Vale não só para os cientistas sociais, mas também para outros profissionais, como historiadores.

Nesse trecho Pierson responde também a algumas críticas que já se dirigiam aos EC¹⁵³, como as críticas de Guerreiro Ramos, destacadas no Capítulo 1. Enquanto Ramos (op. cit., p. 106) desaconselhava a pesquisa sobre “minudências” e estimulava “formulações de interpretações genéricas”, Pierson mostrava que o trabalho científico exigia que o cientista, ao fazer generalizações, fundamentasse-as em dados concretos – dados estes levantados detalhadamente por meio de Estudos de Comunidade. Do contrário, o desprezo pelas “minudências” levaria à formulação de “generalizações de quinze segundos”, resultado que não se coadunava com os propósitos do cientista social, sob a perspectiva de Pierson.

A resposta de Pierson recupera, por um lado, o debate acerca dos EC em termos cognitivos e institucionais da produção das Ciências Sociais no Brasil. Afinal, o modelo de “fazer ciência” por ele preconizado, mesmo passados cerca de vinte anos após o início do processo de institucionalização das Ciências Sociais no país, ainda procurava se contrapor à produção ensaística, aos “escritos de jornalistas”. Tendo as ciências físicas como parâmetro, cada vez mais se buscava afirmar o pertencimento da Sociologia e da Antropologia ao cânon dos produtores de conhecimento científico, visando sua legitimação mediante os rigores da empiria, da objetividade e da “exatidão”. Além disto, a ELSP foi o lugar institucional pioneiro e incentivador da realização de EC no Brasil. Mostrar a importância científica dos EC era

¹⁵³ Vale ressaltar que embora *O Homem no Vale do São Francisco* tenha sido publicado somente em 1972, o texto entregue à CVSF no final dos anos de 1950 não foi modificado, com prefácios e notas introdutórias originais daquele período.

também atestar a validade do trabalho desenvolvido pela Escola, objetivo apontado desde a formulação do Projeto do São Francisco¹⁵⁴.

Por outro lado, Pierson recoloca então o papel dos EC em relação à conjuntura histórica em que estavam sendo realizados. Note-se que a época a que Pierson se refere, e cuja orientação, para ele, refletia-se nas generalizações, foi marcada por programas de desenvolvimento que contaram com a participação de cientistas sociais. A aposta de Ramos – no que concernia à contribuição das Ciências Sociais ao desenvolvimento do país – assentava-se, segundo suas palavras, nas “interpretações genéricas [...] das estruturas nacionais e regionais” (ibidem), por constituírem análises que dariam inteligibilidade à sociedade brasileira. Pierson, todavia, afirma que generalizações que não emergem de dados empiricamente levantados são “parciais ou passageiras”. Logo, para ele, a contribuição das Ciências Sociais reside antes na materialidade do conhecimento social pormenorizado. As explicações acerca da sociedade viriam em etapas posteriores do trabalho científico, como desdobramento desse conhecimento produzido.

Expostas as explicações sobre seu estudo, e construído o panorama físico onde se desenvolve a vida sob investigação (volume 1), Pierson (op. cit., II, p. 5-11) começa a descrever as características da população e sua distribuição pelo Vale. Por ser uma área essencialmente rural, a densidade populacional é determinada principalmente pelo clima, qualidade do solo e existência de suprimento de água. Como uma grande parte da extensão do rio apresenta corredeiras e cachoeiras, a distribuição da população pela área é esparsa, concentrando-se nas grandes fazendas, ou em cidades e vilarejos muito pequenos.

Pierson distingue três tipos básicos de habitantes do Vale: os moradores das cidades, que ganham a vida no comércio, ou como artesãos, prestando serviços diversos, ou ainda na criação de gado em latifúndios; os veredeiros, moradores das veredas da caatinga, geralmente analfabetos e pobres, vivendo das lavouras de subsistência ou como empregados dos latifundiários; e os “geralistas”, habitantes das campinas, caçadores e agricultores em escala limitada. As populações das áreas consideradas rurais e urbanas têm basicamente os mesmos hábitos e sistemas de valores, de caráter essencialmente rural. A distinção entre rural e urbano, segundo Pierson, segue antes um critério político que ecológico, sendo uma área considerada urbana por ser sede de um município ou de distrito dentro do município (ibidem, p. 12-14).

¹⁵⁴ Sobre a formulação do Projeto do São Francisco, cf. p. 51 do Capítulo 2.

Além da distribuição espacial, Pierson apresenta também a distribuição da população por sexo e idade – relativamente igual entre os sexos e predominantemente jovem; por raça – a população do Vale descende de três raças básicas: ameríndios nativos, brancos (portugueses, espanhóis, italianos, sírios e libaneses), e negros (especialmente vindos de Angola, Congo e Moçambique), embora a predominância seja de indivíduos de descendência racial mista; e por nacionalidade – estrangeiros perfaziam 0,15% da população. Traz ainda índices de fertilidade, longevidade, mortalidade adulta e infantil (ibidem, p. 18-38).

Outro aspecto contemplado foi a mobilidade dos indivíduos (dentro da própria comunidade, para dentro e fora dela e através da comunidade), para o que concorrem as relações familiares, festas religiosas, safras agrícolas e feiras esporádicas. Relacionados à mobilidade, Pierson trata da questão da migração e a consequente instabilidade populacional e social gerada nas comunidades. Ele considera o fluxo de indivíduos um dos elementos de mudança social, especialmente quanto ao regresso de migrantes de áreas como São Paulo e Rio de Janeiro (ibidem, p. 39-69).

Pierson descreve os hábitos alimentares e os mais diversos tipos de alimento e bebida consumidos pela população do Vale, incluindo modos de preparo desses alimentos, cardápios, proibições alimentares, uso do fumo e da maconha (ibidem, p. 71-96). Habitação e mobiliário também são descritos, com informações sobre materiais utilizados para a construção de casas, disposição dos cômodos, tipos de habitação, cores, técnicas de construção e tipos de móveis encontrados. Além disto, a disponibilidade de combustível (basicamente carvão e querosene), as formas de iluminação pública e domiciliar (quando existentes), o funcionamento de pensões em algumas localidades, e as modalidades de vestuário, são também descritos (ibidem, p. 97-141).

Os últimos aspectos referentes à população descritos no segundo volume são os relacionados à higiene e outros hábitos corporais, e às doenças e seu tratamento. Os serviços de limpeza pública, nas localidades em que havia, eram precários; nenhuma das localidades tinha serviço de água e esgoto, situação que estava se modificando especialmente com o trabalho da CVSF, com o fornecimento de água encanada em algumas cidades ribeirinhas. Pierson observou também que a limpeza do corpo, roupas e habitações era mais comum nas cidades e entre as classes superiores, do que nas zonas mais rurais e entre as classes inferiores, sendo costumeiro o hábito de homens, mulheres e crianças lavarem apenas as partes visíveis do corpo, que não eram cobertas pelas roupas (ibidem, p. 143-155).

Pierson inicia a seção sobre doenças e seu tratamento com relatos de viajantes do século XIX, indicando as doenças que desde então grassavam na região. À época da pesquisa, além da malária, havia grande incidência de outras doenças, como verminoses (pela falta de higiene e fossas), doenças venéreas (falta de tratamento precoce e surgimento de zonas de prostituição), disenteria, tifóide e paratifóide. Também eram encontradas ancilostomose, peste bubônica, blefarite, cistecercose, framboésia, leishmaniose e doença de Chagas (ibidem, p. 157-161).

A desinformação sobre essas doenças era grande, sendo assim comum a postura fatalista diante das enfermidades, sendo consideradas eventos naturais. A maioria das pessoas nas localidades estudadas, embora conhecessem médicos, eram-lhes indiferentes, bem como ao hospital e a outros meios de tratamento. Em alguns casos, a atitude chegava a ser de hostilidade, o que nos remete ao estudo realizado pelo antropólogo Luiz F. R. Fontenelle na comunidade de Aimorés (MG), a serviço do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para “analisar fatores culturais que dificultavam o desenvolvimento de um programa de saúde” (Fontenelle, 1959, p. 9). Nele observou que as diferentes ideias relativas às doenças e seu tratamento, representadas de um lado pelos médicos, e de outro pela população, era um dos fatores que também conduziavam a relações hostis entre médicos e pacientes.

Ao abordar as tensões entre médicos e pacientes, Pierson afirma que esta atitude da população em relação aos médicos e hospitais era frequentemente determinada pela tradição, por experiência de tratamentos anteriores realizados por curandeiros, remédios conhecidos pelos ascendentes, etc. Noutras palavras, pelos elementos ligados ao “mundo do *folk*”:

um sistema de ideias, atitudes, crenças e práticas hoje frouxamente integradas de origem popular, na qual elementos da Europa medieval e culturas africanas e ameríndias nativas se entremisturaram extensamente. Isto é especialmente verdadeiro nas áreas mais isoladas, mas, também, em grande extensão mesmo nas cidades, com exceção parcial da única grande área metropolitana do Vale – Belo Horizonte. Não obstante, essas ideias, atitudes, crenças e práticas de origem popular têm sido pressionadas crescentemente, sobretudo em anos recentes e em graus variáveis em diferentes áreas e estratos da população, por elementos culturais de origem mais sofisticada e urbana (ibidem, p. 166-167).

A citação aponta algumas questões importantes que perpassam todos os trabalhos sobre o Vale do São Francisco. A primeira delas está relacionada à noção de que o isolamento das comunidades concorre para a preservação da estrutura sociocultural deste “mundo do *folk*”, ainda que alguns elementos possam ser observados nas cidades. A estrutura da pesquisa, em que pares de localidades foram escolhidos com o intuito de estabelecer

comparações e investigar o processo de mudança social, é uma marca de Robert Redfield no trabalho de Pierson.

Para investigar a estrutura sociocultural de comunidades no México, que resultou no trabalho *Civilização e Cultura de folk* (1949), Redfield estabeleceu o contraste entre comunidades contemporâneas que apresentavam características socioculturais progressivamente afetadas por influências externas. Tanto neste trabalho quanto no de Pierson, a variação cultural dependia largamente do grau de isolamento da comunidade em relação aos centros urbanos.

Redfield afirmou que “a condição anterior de uma comunidade coincide com a condição atual da comunidade que a segue como mais isolada” (Redfield, 1949, p. 347-348). A localidade mais isolada representava, então, uma realidade social em que as ideias, crenças e práticas de origem popular ou ainda não se modificaram, ou estavam em processo num grau menor do que o observado nas localidades mais urbanas. Analisando como esta questão emerge no trabalho de Pierson, nota-se que ambos identificaram que quanto maior o isolamento, maior era a resistência às transformações que a introdução de novos elementos culturais acarretava na comunidade.

Ainda relacionado ao “mundo do *folk*”, Pierson apresenta uma relação de nomes de doenças tanto conhecidas pela medicina científica, como de outras que são identificadas a partir das ideias pertencentes a tal universo, como “espíndela caída” e “quebranto”. A identificação da doença traz consigo a identificação de sua causa. Ela muitas vezes reflete a crença em magias, ideias populares sobre atos divinos, de santos ou outros seres sobrenaturais, usos de alimentos, e é frequentemente baseada apenas nas observações do doente. Embora alguns aceitassem a opinião de especialistas, como os farmacêuticos, estes eram logo postos em descrédito caso o tratamento não atestasse sua competência. Eram raras as pessoas que conheciam a existência de micróbios, condições de contágio, e sua relação com a incidência de doenças. Mesmo quando havia o conhecimento de que algumas doenças são causadas por vermes, por exemplo, a população não sabia qual sua ação no organismo ou formas de prevenção (ibidem, p. 170-179).

Boa parte dos moradores do Vale acreditava em causas mágicas e religiosas para as doenças. Desta forma, os tratamentos eram determinados pela tradição familiar, sugestões de amigos, conhecidos, curandeiros ou benzedeiros. Outros personagens ligados ao universo dos tratamentos são a parteira, o raizeiro, o farmacêutico e o médico. Há uma ordem de importância e de procura entre eles. Em primeiro lugar está o curandeiro, seguido, nesta

ordem, pelo benzedor, raizeiro, farmacêutico e médico. Atribui-se ao curandeiro um poder pessoal, que ultrapassa o poder dos remédios que receita. Entre as drogas comerciais de origem urbana, vendidas em farmácias, as mais usadas eram os antibióticos, como a penicilina. Nas áreas em que existiam candomblé e toré (cultos de origem africana e indígena, respectivamente), o diagnóstico e o tratamento eram feitos mediante rituais e cerimônias espirituais. Não raro o tratamento acontecia em caráter múltiplo, envolvendo vários elementos diferentes (ibidem, p. 183-194; 252).

Segundo Pierson, embora os sistemas de tratamento “tradicional e de origem *folk*” e o urbano estivessem em contato em todas essas localidades, o progresso do último sobre o primeiro era ainda limitado, e o grau de aceitação variava de acordo com o local, a classe, a família, e o indivíduo. A eficácia de determinado remédio era atestada de acordo com as experiências anteriores, que o autor chamou de “abordagem empírica”, podendo ser favorável ou contrária aos remédios de origem urbana (ibidem, p. 196).

Após descrever alguns ritos de benzedura, transcrevendo orações e indicando procedimentos e materiais utilizados, Pierson faz uma lista das plantas usadas para fins curativos: nome da planta, a localidade encontrada, a parte e a forma como é usada, e a doença correspondente tratada (ibidem, p. 197-240). Em seguida, aprofunda a análise da atuação dos “profissionais” da cura existentes na região, fazendo uma distinção entre os que trabalham segundo ideias e práticas populares (benzedores, curandeiros, “curadores-de-cobra”), e os que trabalham segundo ideias e práticas urbanas (farmacêuticos, enfermeiras e médicos). O contingente da segunda ordem de profissionais era significativamente menor que o da primeira, havendo um médico para cada quase oito mil habitantes (ibidem, p. 252-280).

Todavia, a insuficiência do número de médicos não era o único obstáculo à gradativa difusão das ideias e práticas de cura da medicina científica. Além da força da tradição da “medicina de *folk*”, Pierson aponta a ausência de uma tradição de médicos na cultura local, visto que os que desenvolveram alguma atividade na região, não foram capazes de “compreender o mundo mental do *folk* e ajustar suas atividades ao mesmo, de forma a despertar o máximo de confiança” (ibidem, p. 169). Assim, quando o paciente procurava os serviços oferecidos nos poucos postos de saúde que havia, já estava em estágios avançados da doença, restando pouco a ser feito pelos médicos. Isto aumentava ainda mais a convicção da ineficiência dos recursos de caráter urbano.

No capítulo seguinte do segundo volume, no que concerne às formas de obtenção do sustento, Pierson afirma que na maior parte da área do Vale predominavam três atividades

econômicas: criação de gado (caprino e bovino), agricultura e pesca. Havia outras duas atividades secundárias: atividades coletoras (fibras vegetais, cera, borracha, lenha, frutas, e extração de minerais – cristais, ouro e pedras preciosas) e artesanato (cerâmica, cestaria, fabricação de redes, chapéus, rendas, esteiras, carvão vegetal e tijolos), sendo poucos os que exerciam profissões liberais, como médicos, advogados, sacerdotes, funcionários públicos, e professores primários. Pierson lista também alguns especialistas em determinadas ocupações, como vaqueiros, garimpeiros e barqueiros, dividindo-os por sexo e idade (ibidem, p. 293-337).

Grande número das atividades econômicas referidas por Pierson estavam ligadas ao uso da terra, considerada a principal forma de riqueza da região. Ele descreve as fazendas, sítios e propriedades semelhantes encontradas, dividindo-as pela extensão. A dinâmica de propriedade da terra segue quatro modalidades ou formas de adquirir direito sobre a mesma no Vale: mediante a posse (proprietário), do acordo de arrendamento (arrendatário), permissão pelo dono (rendeiro ou meeiro), e mera ocupação (morador, posseiro, ocupante). A modalidade mais comumente observada era o sistema de arrendamento, pela meação (o trabalhador ocupa a terra e divide a produção), a troca de serviços pessoais (acordos livres) e pagamento em dinheiro (ibidem, p. 339-361).

Outras atividades de subsistência observadas por Pierson foram as coletoras – utilização das matas especialmente para coleta de lenha; obtenção de frutas nativas; caça; pesca; aproveitamento das fibras de caroá¹⁵⁵ e da cera de carnaúba; colheita de látex da mangabeira para fabricação de borracha silvestre; e extração de cristal, ouro, diamantes e sal (ibidem, p. 363-416); as atividades de criação – gado bovino; caprino; de animais de carga e montaria; de animais domésticos; produção de leite; e cultivo de pastagens e outras fonte de alimentos para animais (ibidem, p. 417-444); e agricultura – as principais lavouras plantadas no Vale são as de mandioca, milho e feijão e, em menor escala, de arroz, algodão, mamona e cana-de-açúcar. Pierson traz também informações sobre o calendário agrícola, as formas de plantação, capinação e colheita, hortas, pomares e jardins, pragas e sistemas de irrigação (ibidem, p. 445-494).

¹⁵⁵ O caroá tem considerável importância econômica. É adaptado para viver com escassas chuvas, fornecendo fibras bastante grandes. Sua resistência o tornou apreciado pelos vaqueiros, e foi bastante utilizado pelas indústrias de São Paulo durante a I e II Guerra, em função do alto preço atingido pelo algodão. A partir de 1932 começou a substituir o linho na confecção de roupas, a ser empregado na confecção de cordas e sacos. Um decreto federal de 1940 tornou compulsório o uso de 10% de fibras domésticas na produção de sacaria e cordas, e outras porcentagens pra outros produtos. Mesmo sendo secundário em relação à criação e à agricultura, era um importante meio de sustendo dos habitantes do Vale em situações de crise, como durante as secas (ibidem, p. 402-403).

Os últimos aspectos descritos por Pierson no segundo volume do estudo do Vale são artesanato – cerâmica, rendas, artigos de couro, tecidos caseiros, fiação e tecelagem, carpintaria e marcenaria, ourivesaria e fogos de artifício; processos de beneficiamento – curtimento de couros, limpeza, salga e secagem de carnes, produção de laticínios, fabricação de farinha de mandioca e rapadura, funcionamento de engenhos, etc.; indústrias leves – pequenas fábricas têxteis, de materiais de construção e produtos alimentícios; sistema de transportes – fluvial e terrestre; pesos, medidas e outros padrões métricos (ibidem, p. 495-603).

Já no terceiro volume, que aborda os aspectos sociais, culturais e o ciclo vital dos moradores do Vale, Pierson trata inicialmente da “etiqueta”, entendida pelo autor como

os atos esperados de pessoas, em *todas* as camadas da população local, no que interessa à cortesia, à polidez, civilidade, ‘refinamento de maneiras’ e capacidade de mostrar-se obsequioso e atencioso para com os demais, da forma como tais características são definidas localmente” [grifos do autor] (Pierson, 1972, III, p. 5).

Esse comportamento esperado é também um dos mecanismos de controle social, no sentido de que determina, muitas vezes, a inclusão ou a exclusão do indivíduo em relação ao grupo a que pertence. Manifesta-se por meio da hospitalidade, saudações, visitas, termos de tratamento, presentes oferecidos, etc. Outra forma de controle social é exercida pelas relações familiares, de parentesco e compadrio. A família, seja nuclear (homem, mulher e filhos) ou ampliada (família nuclear e demais parentes), segundo Pierson, é a unidade social básica em todo o Vale. O autor descreve as famílias de tipo conjugal – composição dos lares, formas de casamento, relações extraconjugais, filhos legítimos, ilegítimos, adoção e viuvez; grupos de parentesco – mostra que o isolamento no Vale favoreceu o desenvolvimento de uma grande rede de parentesco e como tais grupos aumentam a sociabilidade do indivíduo; e compadrio – relações estabelecidas especialmente em eventos religiosos, como batizados e casamentos, sem obrigatoriedade de parentesco, mas com o mesmo valor social da família parental (ibidem, p. 7-66).

Em seguida, Pierson descreve os rituais, cerimônias e crenças observados na região. Sobre tais aspectos, mostra que o Vale é essencialmente cristão, fruto da dominação da cultura portuguesa, embora outros elementos herdados de africanos e ameríndios sejam observados (principalmente entre as classes menos instruídas e menos favorecidas da população). O sistema de cerimônias dominante segue o rito católico romano, cuja autoridade religiosa se faz presente inclusive nas festas seculares. Geralmente os pais procuram batizar e

casar seus filhos na igreja, cerimônia considerada mais importante que o casamento civil (ibidem, p. 67-69).

Pierson mostra também que os moradores do Vale guardavam grande respeito aos dias e lugares considerados sagrados, como o período da quaresma e semana Santa, e lugares como oratórios, igrejas, capelas, cemitérios, etc. Nos eventos religiosos se destacavam nas comunidades algumas lideranças nos rituais – geralmente padres, bispos, leigos como acólitos, sacristãos, zeladores, chefes de irmandades, ou pessoas escolhidas pela comunidade. O autor indica ainda algumas confrarias religiosas existentes, como a irmandade do Sagrado Coração de Jesus, e os santos católicos de maior devoção entre os moradores, como o Senhor do Bonfim e São João Batista (ibidem, p.72-98).

A devoção aos santos católicos é comumente manifestada em romarias a pontos de peregrinação, como Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Os romeiros seguem para estes lugares impulsionados pela fé de que os santos são capazes de atender pedidos, curar doenças, e também para pagar promessas que lhes são feitas. O pagamento de promessas também pode incluir a confecção de imagens, de corpo inteiro ou de partes do corpo, feitas de cera, barro ou madeira; também são usados quadros, fotos, mechas de cabelo, que são chamados ex-votos (ibidem, p. 99-115). Entre as cerimônias, a missa do rito católico é um dos principais atos coletivos no sistema de cerimônias da região, além das rezas e novenas. Junto com as festas religiosas, formam o conjunto de eventos fundamentais na promoção da coesão social, sendo este último o principal e maior momento de encontro entre os moradores locais. Embora em menor número, havia também no Vale indivíduos que professavam credo protestante, espírita e outras seitas incipientes, como a sebastianista¹⁵⁶, além do candomblé e do toré, cujos rituais são detalhadamente descritos por Pierson (ibidem, p. 116-244).

A atividade política, outro aspecto descrito sobre a sociedade e a cultura, é uma das principais atividades no vale, sendo as outras três relativas ao sustento, família e religiosidade. Ela tem influência significativa sobre a solidariedade social, sobre status e prestígio individual e determina por vezes o desenvolvimento econômico de certas localidades. A questão política também envolve relações de poder na região, concentradas na figura do “chefe político”, que goza de grande prestígio dentro das comunidades. Geralmente são fazendeiros ou representantes da elite local, mediando não raro a única forma de contato da população com esferas maiores da administração (ibidem, p. 245-279).

¹⁵⁶ Os adeptos desta seita acreditavam que o rei de Portugal, D. Sebastião, desaparecido após batalha contra os mouros no norte da África no século XVI, voltaria à terra trazendo numerosas bênçãos (ibidem, p. 197).

À época da pesquisa, no entanto, algumas mudanças começavam a ocorrer, como declínio do papel político dos fazendeiros, diminuição do papel da família e do parentesco na obtenção e manutenção do poder político e emergência de novos líderes políticos, que adquiriram atitudes diferentes no contato com os centros urbanos, como professores e médicos. Outros indícios de mudança eram a consideração do coronelismo como evidência de atraso e diminuição da violência política que, segundo Pierson, configuravam “mudanças em direção a uma ordem mais democrática” (ibidem, p. 288-290).

No que diz respeito ao ciclo vital dos indivíduos, nascimento e morte são as duas experiências básicas de todos os indivíduos, à exceção dos que conseguem alcançar a fase adulta, na qual há a absorção da experiência acumulada pelo grupo. A maioria dos nascimentos acontecia em casa, sem ajuda de médicos ou enfermeiras, mas da parteira. Contudo, em alguns lugares, começava a crescer o número de mulheres que procuravam os serviços hospitalares, quando havia. Em relação à infância, Pierson destaca a importância da transmissão do “conjunto de atitudes, ideias, crenças, pontos de vista, valores, técnicas e conhecimentos acumulados pelo grupo ao longo dos anos” para as gerações mais recentes. Em sociedades essencialmente rurais como a do Vale, o treinamento informal acontece na família, muito embora rádio, jornais e revistas, bem como a educação escolar vinham ampliando sua influência na formação individual (ibidem, p. 295-322).

Pierson descreve também a educação sexual, a transmissão da etiqueta, do respeito aos mais velhos, o uso de provérbios, e a importância desses elementos e da disciplina na educação infantil. Em relação à educação formal, as atitudes em relação à escola variam da completa aceitação do professor e do processo de aprendizagem, até a rejeição dos mesmos, de acordo com a comunidade, classe e filiação religiosa. Apesar da educação ser considerada, em algumas localidades como Cerrado, uma indicação do sucesso do indivíduo e um meio de escapar do trabalho manual, é mais disseminada a noção de que em casa, ou no trabalho na roça, as crianças aprenderão coisas mais úteis para a sua vida do que na escola. Tratando das questões referentes à fase adulta, Pierson descreve a puberdade, as atitudes relativas a namoro, noivado e casamento, paternidade e maternidade, e também relativas à morte, funerais e luto (ibidem, p. 328-442).

3.2. A questão da saúde como categoria de análise nos estudos do Projeto do São Francisco

Os estudos de comunidade que compõem o Projeto do Vale do São Francisco iniciam as descrições das localidades pelos aspectos que compõem as chamadas bases ecológicas – características naturais da região, mas também características das populações. A inclusão dos aspectos humanos na seção referente à ecologia da comunidade está ligada à orientação teórico-metodológica dos trabalhos. Os estudos de Ecologia Humana não dissociam as relações sociais do ambiente em que elas são travadas, sendo este um quesito importante na compreensão da realidade social estudada.

Pierson (1970 [1945], p. 109; 111) se refere à Ecologia Humana como o “cenário” da Sociologia, no sentido em que a disciplina “constitui campo preliminar e introdutório que fundamenta tanto a Sociologia, como todas as ciências sociais”. Isto porque o sociólogo a entende como o aparato teórico-metodológico capaz de identificar e captar a dinâmica dos processos bióticos do homem em determinado espaço (formação da comunidade), num estágio anterior à sua forma mais complexa (a sociedade)¹⁵⁷. Esta dimensão introdutória foi destacada por Pierson (1972, op. cit., II, p. VII-IX), ao indicar que o Projeto do São Francisco constituía a fase inicial do trabalho científico, no qual os dados levantados deveriam ser posteriormente utilizados para embasar generalizações e análises explicativas acerca da sociedade. Pierson e os demais pesquisadores deixaram claro mediante a organização dos trabalhos e do conteúdo, que o conhecimento dos fatores naturais (incluindo o homem) era indispensável à análise da estrutura social das comunidades.

Entre os fatores naturais referentes ao homem, a questão da saúde está presente em todos os estudos sobre o Vale, ainda que emergja por vezes de forma pontual. O exame da temática da saúde presente nas obras revela que o processo de mudança social, objeto central das investigações, está relacionado ao diversos aspectos que compõem a vida das comunidades. Neste sentido, as descrições permitem conhecer não apenas as condições de salubridade das populações rurais, mas também como os pesquisadores analisaram esta questão dentro de um conjunto de aspectos a ser investigado nas comunidades. Noutras palavras, como a temática é trabalhada pelos autores enquanto cientistas sociais.

¹⁵⁷ A importância dos conceitos de comunidade e sociedade para a orientação teórica do Projeto do São Francisco e sua inclusão no campo da Ecologia Humana foi abordada no Capítulo 1, cf. p. 24.

Além disto, é possível também perceber que ideias tinham os pesquisadores em relação à saúde, uma vez que investigavam comunidades com cultura diferente da sua, no que concernia a este aspecto. Tal se identifica quando, especialmente nas avaliações finais, os pesquisadores veem como benéfica a introdução de novos elementos de profilaxia e tratamento. É importante destacar que a saúde esteve diretamente ligada aos projetos de desenvolvimento e mudança das condições de vida das comunidades rurais, especialmente por meio de campanhas sanitárias e programas de saneamento. Os pesquisadores buscaram ser, naquele contexto, tanto expectadores/investigadores desse processo, quanto colaboradores dessa transformação.

3.2.1. As abordagens sobre saúde nos estudos do Projeto do São Francisco

Entre os trabalhos que compõem o Projeto do São Francisco, *Medicina Rústica*, de Alceu Maynard, é o que faz da saúde a questão central do estudo. Diferentemente dos outros, em que por vezes a saúde está restrita a hábitos de higiene, a análise do autor engloba aspectos que não estão presentes nos demais estudos. Exemplos disto são os conceitos que o autor trabalha e formula a partir da própria investigação, como os de “medicina rústica” e de “hiato cultural”, utilizados na compreensão daquela realidade social.

Depois das apresentações iniciais da comunidade e da região, Maynard mergulha na “medicina rústica”: introduz ao leitor o conceito de “medicina rústica”,¹⁵⁸ mostrando as diversas manifestações desta prática medicinal, com descrição de ritos, cerimônias e materiais utilizados nos mesmos. Maynard fala ainda das causas das doenças de acordo com a população da comunidade, as práticas empregadas na cura, os “profissionais” populares de cura, como feiticeiros e curandeiros, analisando como essa medicina rústica é importante para a vida social da comunidade.

Um dos aspectos importantes da obra é que Maynard articulou as concepções dos moradores de Piaçabuçu às suas próprias. A ideia de doença trabalhada no livro não está restrita à concepção científica de que ela ocorre quando há no organismo um agente patológico causador da doença. O autor mostra que, para compreender a cultura popular neste aspecto, era preciso conhecer as ideias daquelas pessoas, construir sua interpretação a partir dos elementos que formavam seu pensamento sobre a doença. Neste sentido, as práticas terapêuticas populares estão diretamente relacionadas ao que de estranho foi posto no corpo,

¹⁵⁸ Cf. p. 76 do Capítulo 2.

maus alimentos, ao pecado, aos castigos divinos, como acreditavam os moradores de Piaçabuçu (Araújo, op. cit., p. 211-212).

Maynard observou também que, embora essas práticas de “medicina rústica” fossem dominantes entre a população, a comunidade já contava, à época da pesquisa, com serviços prestados pelo Posto de Saúde implantado no local pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). As fichas de funcionamento do Posto mostravam, inclusive, que estava havendo um crescimento da procura pelos seus serviços, embora não se pudesse ainda afirmar que a população havia abandonado as práticas tradicionais. O autor aponta como fatores que contribuem para a preservação da tradição o isolamento geográfico e cultural da comunidade, como também a prática religiosa que caracteriza Piaçabuçu e que está inseparavelmente ligada à magia e à medicina (ibidem, p. 165-175).

Analisando as concepções e práticas terapêuticas da população de Piaçabuçu, em relação à oferta de serviços de saúde baseados na medicina científica, Maynard observa que havia um descompasso entre o avanço técnico e a capacidade da população em assimilar este avanço, a que chamou “hiato cultural” (ibidem, p. 204). Esta lacuna entre os dois pontos era perceptível no exame das questões relativas à saúde na comunidade, pois embora já estivesse em contato com técnicas de profilaxia e cura da medicina científica, a população resistia em incorporá-las ao seu cotidiano.

O “hiato cultural” se mantinha pela força dos elementos tradicionais na vida da população, entre eles a “medicina rústica”. Como aponta o autor, esta medicina contribui também para a

manutenção da estrutura social e da configuração cultural. Há, portanto, nesta monografia uma teoria implícita na exposição dos fatos da medicina rústica e essa é justamente a do hiato cultural. Há uma conexão íntima entre o folclore e a estrutura social em apreço. Conexão esta no sentido de *significado* (subjetivo) e *função* (objetivo sociocultural). A medicina rústica, como o folclore, é parte de cultura e como tal se liga à sociedade [grifos do autor] (ibidem).

Desta forma, vemos que os aspectos relacionados à saúde da comunidade foram acionados para embasar uma análise da realidade social. Eles funcionaram como indicadores de um processo – o da mudança social – que não dizia respeito apenas à medicina em si, mas estava ligado à estrutura sociocultural da comunidade. Embora a mudança cultural estivesse também na perspectiva de Maynard, o autor não era um “advogado da medicina ocidental”, como aponta Nísia Trindade Lima (2007, p. 1175). Segundo a autora, Maynard expôs em seu trabalho que as populações locais tinham práticas alternativas de cura, na relativa ausência

dos serviços de saúde pública. Ele acreditava que a “medicina rústica” e a medicina ocidental não eram mutuamente excludentes. A mudança se daria, então, mais pela diluição das práticas rústicas no corpo das práticas da medicina científica, do que pela imposição e destruição das características culturais da comunidade em relação à saúde.

O trabalho de Trujillo Ferrari, por sua vez, aborda a questão da saúde em dois momentos: como nos demais trabalhos, o primeiro se encontra na seção referente à população, quanto aos hábitos de higiene. O segundo momento é uma marca tanto de seu trabalho, quanto de Maynard (embora não tenha uma abordagem específica como Maynard)¹⁵⁹ – uma seção dedicada explicitamente à “Medicina de *Folk*”, ao tratar de crenças e símbolos da comunidade de Potengi.

Quanto aos hábitos de higiene da população de Potengi, Trujillo mostra que as próprias atividades laborais da população favoreciam o asseio corporal. A cultura de arroz, principal atividade econômica da comunidade, era realizada em locais com muita lama. Os trabalhadores costumavam, então, banhar-se no rio ao final do dia, ou lavar ao menos os pés, pois acreditavam que as doenças entravam no corpo pelo contato descalço com o solo.

Pouco podia ser observado em relação à higiene bucal. Quando havia algum cuidado nesse sentido, os moradores de Potengi utilizavam bochechos ou mastigavam folhas de plantas da região como o juazeiro. Não havia sistema de água e esgoto na comunidade, chamando o autor a atenção para o fato de que esta era uma realidade partilhada pela maioria das localidades do Baixo São Francisco. Em Potengi, somente o prédio escolar tinha estrutura sanitária; o restante da população fazia suas necessidades fisiológicas ao ar livre, nos quintais, à beira do rio ou em terrenos baldios (Ferrari, op. cit., p. 47-49).

Uma das mais importantes observações de Ferrari em relação aos hábitos de higiene se refere às suas implicações nas relações sociais, no prestígio que a condição de asseado conferia ao indivíduo na comunidade. Embora esses hábitos não fossem “requintados”, a aparência de limpeza pessoal e também nas suas casas era motivo de orgulho para os moradores de Potengi (ibidem, p. 49).

As razões sobrenaturais eram dominantes no conjunto de explicações para o surgimento de doenças. Não havia um conhecimento por parte da população em relação aos micróbios. E assim como os diagnósticos passavam pelos fatores misteriosos, as práticas curativas variavam também de acordo com esse imaginário. Tais fatores estavam ligados às intempéries do tempo, aos atributos pessoais de fazer o mal por meios indiretos, como o

¹⁵⁹ A pesquisa de Trujillo Ferrari foi utilizada como subsídio para o trabalho de Alceu Maynard.

“mau-olhado”, a tabus alimentares, acidentes e sustos, ou mesmo à combinação de todos eles. Segundo o autor, os moradores de Potengi, no tratamento de doenças recorriam a uma abundante farmacopeia composta de ervas e raízes, invocações mágicas, massagens, banhos, e também medicamentos da ciência médica (ibidem, p. 299-301).

Ferrari afirma ainda que “são significativas as atitudes favoráveis ou desfavoráveis ao emprego dessa medicina de ‘folk’, pois exprimem o processo de mudança que se está operando” (ibidem, p. 301). A introdução dos medicamentos no conjunto de meios de que os moradores lançavam mão para se tratar, ainda que não fossem usados por toda a população, mudaram em alguma medida não apenas o índice de mortalidade e cura dos doentes, mas a própria forma de relacionar-se com a enfermidade. A causa de determinada doença deixava de estar ligada ao universo sobrenatural, porque passava a haver um medicamento específico para combater um agente conhecido pela medicina. O mistério estava aos poucos sendo substituído pelo diagnóstico feito pelos profissionais de saúde.

O autor lista várias plantas usadas no tratamento de dores de cabeça e estômago, gripes, doenças venéreas, etc., como também orações a que se creditavam poderes milagrosos contra “mau-olhado”, congestões intestinais, dores de dente, entre outros. As práticas populares contra picadas de cobra, embora não tivessem desaparecido por completo na comunidade, também estavam cedendo lugar à medicina científica. Os moradores de Potengi, à época da pesquisa, recorriam mais frequentemente ao uso do soro antiofídico, especialmente quando as práticas tradicionais não tinham o resultado esperado.

Em *Cerrado e Retiro*, Esdras Borges divide o capítulo em que aborda a questão da saúde entre higiene, e doenças e curas. Na primeira parte, o autor mostra que a observância dos hábitos de higiene variava de acordo com a situação: era mais comum serem vistas pessoas asseadas em ocasiões sociais, no trabalho, nos fins de semana e na cidade. Já em suas próprias casas, em horas de descanso, durante a semana e principalmente na roça, as pessoas pouco faziam em relação ao asseio pessoal (Costa, op. cit., p. 44-45). Assim como Ferrari observou em Potengi, a limpeza pessoal era fonte de prestígio social em Cerrado e Retiro.

Esdras Borges acrescenta ainda que havia uma relação entre esta questão e o nível econômico dos moradores da comunidade. Uma vez que hábitos como trocar de roupa diariamente dependiam de recursos financeiros, os mais pobres acabavam por usar durante vários dias a mesma roupa, comprometendo o asseio pessoal. Por isso mesmo, o excesso de cuidados com a higiene era reprovado pela comunidade, era visto como soberba. No entanto,

não havia uma correspondência direta entre observância de regras de higiene e situação econômica (ibidem, p. 43).

Ainda sobre higiene pessoal, Esdras Borges destaca que o banho diário completo era comum em Cerrado, porque em razão de ter uma estrutura mais urbana, possibilitava que um número maior de casas tivesse chuveiros e banheiros. Na zona rural, por praticamente não haver qualquer sistema de água encanada, costumava-se tomar banhos incompletos, ou lavar apenas pernas e pés antes de dormir. De acordo com o censo de 1950 utilizado pelo autor, dos 1.794 domicílios da zona rural, apenas 25 contavam com água encanada e 18 com aparelho sanitário. Apesar da precariedade das condições de saneamento, a administração municipal providenciava o recolhimento do lixo e, juntamente com o Serviço Nacional de Malária (SNM), aplicava DDT nas paredes das residências pelo município (ibidem, p. 44-46).

No que diz respeito às doenças e seu tratamento, em comparação às outras comunidades, os moradores de Cerrado e Retiro (apesar dos diferentes graus de isolamento), eram os que mais recorriam aos serviços oferecidos pelos postos de saúde, e os que mais utilizavam medicamentos da medicina científica. Ainda que esses serviços fossem considerados insuficientes pela população, era comum o traslado dos doentes até comunidades vizinhas, onde houvesse maiores recursos para o seu tratamento. Mesmo as parturientes, que nas outras comunidades estudadas ainda preferiam o atendimento de parteiras locais, buscavam as maternidades existentes em outras localidades para seus partos (ibidem, p. 46).

A procura pelos serviços médicos não significava, entretanto, que os moradores de Cerrado e Retiro tivessem noções científicas acerca das doenças, tampouco sobre os remédios e seus efeitos. Como afirma o autor,

Os conhecimentos que retirenses e cerradenses têm a respeito das causas das doenças são poucos e em geral obtidos por observação de si próprios, quando doentes, ou de doentes que conhecem. Os médicos e farmacêuticos não são procurados para ensinar algo a respeito das doenças, mas para curar. Em geral os que assim pouco sabem sobre as doenças, confessam sua ignorância, não a encobrem, e respeitam as opiniões dos que consideram especialistas – médicos e farmacêuticos – embora não deixem de reprová-los principalmente quando os resultados de seus socorros não os convencem muito da capacidade desses especialistas (ibidem, p. 54).

As causas que atribuíam para as doenças estavam ligadas ao modo de pensar local, ao cotidiano: meio físico (clima, ar, poeira, etc.), impureza de alimentos e do sangue, influências maléficas de algumas pessoas, tabus alimentares, entre outros. As noções mais difundidas em

relação a algumas doenças era a de contágio, especialmente em relação à tuberculose, e a de hereditariedade, por ocasião de alguma doença atingir vários membros da mesma família (ibidem, p. 48-49).

As doenças mais frequentes na comunidade eram as verminoses, as moléstias intestinais como diarreia, e doenças do coração. Os tratamentos utilizados pela população alheios à intervenção médica, estavam centrados no quadro sintomático e visavam aliviar os efeitos da doença, apesar de acreditarem, com isto, que acabavam também com sua causa. Segundo Borges Costa (ibidem, p. 50), as principais medidas terapêuticas eram os regimes, o uso de remédios caseiros ou adquiridos em farmácias, e outros recursos mágicos. Nos regimes, alguns alimentos eram ingeridos, ou deixavam de ser ingeridos em conjunto como medidas preventivas. Alguns alimentos eram considerados “pesados”, o que em outras comunidades eram chamados “quentes”, “frios” ou “reimosos”. Uma pessoa gripada, por exemplo, não poderia comer peixe, por ser considerado um alimento “frio”.

Os remédios caseiros eram preparados com plantas e outras substâncias como mel, cachaça, açúcar, etc. As receitas eram passadas de pais para filhos, havendo na comunidade especialistas neste tipo de tratamento. Tais especialistas eram conhecidos como feiticeiros e curadores. Não raro, as receitas de remédios caseiros eram acompanhadas de ritos e orações, tidas como curativas e milagrosas. A eficácia dos remédios, nesses casos, estava associada ao prestígio e credibilidade dos próprios feiticeiros e curadores (ibidem, p. 46-53).

No trabalho de Fernando Altenfelder, a questão da saúde está difusa na seção que trata da população, no que concerne principalmente aos hábitos de higiene, e na seção intitulada “Ritual, Cerimônia e Crença”, referindo-se às práticas de benzeduras e orações consideradas pela população como protetoras e curativas. O primeiro ponto abordado pelo autor está relacionado ao abastecimento de água e à possibilidade de asseio pessoal que a proximidade do rio São Francisco e de seus afluentes proporciona. No entanto, Altenfelder observou que, apesar do acesso à água, a população não tinha hábitos diários de limpeza. Por isso mesmo, era grande a incidência de piolhos, sendo comum ver mulheres das classes mais pobres sentadas à porta de casa com seus filhos, catando-lhes os piolhos (Silva, op. cit., p. 66).

A falta de cuidados com a limpeza observada por Altenfelder não se resumia à limpeza corporal. Não havia também muitos cuidados com a conservação, o transporte ou o preparo dos alimentos. A carne, por exemplo, ao sair do matadouro, era transportada no lombo de animais sem qualquer controle sanitário ou preocupação em evitar contaminações, sendo comercializada por vezes em estado de putrefação. As refeições diárias eram preparadas sem

interrupções ainda que as crianças precisassem assoar seus narizes com o auxílio das mães (ibidem).

No que concerne às ideias sobre saúde e doença, as explicações dadas pela população para sua incidência transitavam entre aspectos naturais e religiosos. Por um lado, achava-se que muitas doenças eram trazidas pelo ar, sendo considerados saudáveis alguns cuidados como não sair de casa quando está ventando muito. Por outro lado, a vontade divina era tida como a principal razão do surgimento de doenças, gerando na população uma atitude conformista, dificultando o processo de tratamento das enfermidades. A resignação protelava a procura por tratamento, tanto os de procedimento popular (chás, benzeduras, etc.), quanto os da medicina científica (ibidem).

A busca pelo tratamento por meios populares era mais recorrente, apesar de Xique-Xique já contar, desde meados da década de 1940, com um posto de saúde. Segundo o enfermeiro local entrevistado por Altenfelder, o Posto só era procurado quando a doença já se encontrava em estágio muito avançado. Os pacientes chegavam comumente sem qualquer asseio, sendo a limpeza corporal a primeira medida tomada para o tratamento. A falta de recursos do Posto implicava na cobrança dos medicamentos fornecidos, embora a assistência médica fosse gratuita. Também por meio do Posto de saúde, o SNM mantinha um programa de dedetização, responsável pela diminuição dos casos de malária na comunidade (ibidem, p. 66-67).

Já no trabalho de Pierson, a questão da saúde é abordada nos capítulos intitulados “Vestuário, Higiene e outros Hábitos Corporais” e “Doenças e seu tratamento”. No primeiro, Pierson chama atenção para a existência de serviços de higiene pública, como coleta de lixo, fiscalização de matadouros e dedetização, observados na cidade de Cerrado. Descreve ainda a precariedade dos serviços de água e esgoto – inexistentes na maioria das localidades – e dos cuidados (ou falta deles) com transporte e conservação de alimentos, asseio pessoal e outros hábitos de limpeza. Em comparação com os outros estudos que compõem o projeto, as informações são basicamente as mesmas, acrescidas das informações referentes a comunidades como Ilha do Toré e Rio Rico, que não tiveram estudos específicos publicados (Pierson, 1972, II, p. 129-155). Mesmo os índices estatísticos e quadros com número de casos registrados pelos Postos de Saúde são os mesmos, como se vê em relação a Xique-Xique (ibidem, p. 164; Silva, 1961, p. 67).

Além das informações, as conclusões a que chegam os autores são também semelhantes. A relação que eles estabelecem entre asseio pessoal e prestígio social

exemplifica os pontos em comum, embora Pierson traga outros aspectos: no que diz respeito ao banho, por exemplo, além da frequência e meios, há informações sobre o que viajantes de séculos anteriores observaram sobre tal aspecto, ou histórias contadas pelos próprios moradores que ilustravam seus hábitos, etc. (Pierson, op. cit., II, p. 164).

Pierson também aponta a relação entre o isolamento e a dificuldade de assimilação de novos elementos (tanto ligados à saúde quanto a outras esferas da vida nas comunidades) pelas populações. O sistema de abastecimento de água, por exemplo, era precário em algumas localidades, e inexistente na maioria delas, em especial nas mais isoladas. Muitas vezes a dificuldade de acesso, a falta de estradas ou o fato da comunicação com as outras localidades ser feita apenas por via fluvial, privava os moradores de usufruir de materiais e tecnologias (como aparelhos sanitários e medicamentos) que poderiam melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, mesmo quando havia acesso a este tipo de melhorias¹⁶⁰, nem sempre a comunidade compreendia o benefício que podiam trazer, continuando a proceder conforme os hábitos tradicionais. Desta forma, os estudos sobre o Vale eram também uma maneira de entender por que razão a população de algumas localidades resistiam à introdução de elementos afins ao modo de vida dos centros urbanos, a exemplo de alguns hábitos de higiene como lavar as mãos antes das refeições, ou o uso do vaso sanitário. Tal entendimento poderia então ser útil aos projetos de desenvolvimento regional, no sentido de adequar a introdução de novos elementos culturais à capacidade que a população tinha de assimilá-los e torná-los parte de sua vida.

Apesar dessas dificuldades, o autor afirma que há uma pressão contra esse mundo do *folk*, mostrando que a tendência é este sucumbir às novas práticas e valores urbanos. Tal pressão não se dá da mesma maneira em todas as comunidades rurais. Além do grau de isolamento, fatores como a situação econômica dos moradores, a estrutura social da comunidade e as modalidades de contato com centros urbanos (comércio, educação, mercado de trabalho, etc.) influenciam o alcance e a profundidade das transformações (ibidem, p. 166-167).

Os elementos culturais afins ao mundo urbano são considerados por Pierson como mais “sofisticados”. Este termo não deixa de trazer, em alguma medida, um sentido de valor, pois comumente se entende que aquilo que é sofisticado é melhor do que aquilo que não é. Caracterizar os elementos culturais que estavam sendo inseridos nas comunidades, naquele

¹⁶⁰ Pierson afirma que algumas localidades estudadas, por iniciativa própria e com ajuda da Comissão do Vale do São Francisco, instalaram sistema de abastecimento de água (Pierson, op. cit., II, p. 170).

contexto, como sofisticados, revestia-os de um significado positivo. Logo, o processo de mudança pelo qual passavam as comunidades rurais era considerado por Pierson um evento benéfico na história da comunidade.

O estudo de Pierson mostra que a situação se modificou em alguns aspectos, como a diminuição dos casos de malária devido a ações do SNM. Noutros, como no caso da deficiência alimentar, continuava a ser um problema que agravava o quadro de doenças da população. Em 1947, estudos feitos pelo SNM mostraram que além da malária, as verminoses e a doença de chagas atingiram índices preocupantes. Tal se dava em razão da carência de hábitos de higiene e sistemas de saneamento, bem como de melhores condições de habitação, uma vez que as casas feitas com barro serviam de criadouros do transmissor da doença de chagas, conhecido como “barbeiro” (ibidem, p. 161-162).

Tanto nas cidades como nas áreas rurais, especialmente entre a população menos alfabetizada, as doenças eram conhecidas por termos populares. Raramente estes termos coincidiam com os científicos. Embora houvesse uma variação de nomenclatura de lugar para lugar, havia certo padrão de crenças, costumes e ideias sobre as causas das doenças, que influenciavam a forma como a população as identificava. Assim, gripes, resfriados e alergias, por exemplo, eram conhecidos como “mal do ar”, “ar do tempo”, “ar de congestão”, porque de acordo com a concepção dos moradores das comunidades, a causa destas doenças estava no ar. (ibidem, p. 172).

Outras doenças não tinham um nome correspondente na medicina científica. Eram “doenças de *folk*”, segundo Pierson. A “espinhela caída”, o “quebranto”, o “mau-olhado”, o “encosto”, eram enfermidades definidas dentro das crenças populares, com meios de tratamento também definidos dentro das mesmas crenças. Os próprios moradores diziam que, para esses casos, não havia remédio de farmácia que pudesse curar, e lançavam mão de preparados de ervas, orações, simpatias e benzeduras para o seu tratamento. A definição deste tipo de tratamento estava diretamente ligada à identificação da doença que, como vimos, era influenciada pela identificação de suas causas, de acordo com concepções e crenças populares.

Sobre os meios de cura também abordados pelos outros pesquisadores, como uso de chás e outras misturas de produtos naturais, benzeduras, dietas e outras prescrições, Pierson apresenta diversas informações complementares e maior detalhamento dos procedimentos. Para os chás e misturas, o autor traz um quadro com diversos nomes de plantas (nome popular e científico), as localidades em que são encontradas, a parte da planta (caule, folhas, sementes

ou raízes) que são usadas para fazer os remédios e a doença para qual o preparado era indicado. Além disso, descreve o preparo e as formas de ingestão/uso costumeiros, que combinam os chás, unguentos, e fortificantes com simpatias e orações (ibidem, p. 211-240).

As benzeduras e orações, segundo Pierson, consistiam em repetições de frases ditas de forma às vezes ininteligíveis, comumente com invocações a forças da natureza ou personagens do credo católico. Ele transcreve várias dessas orações. Havia uma multiplicidade de doenças cujo tratamento era procurado por meio delas, embora pudesse ser combinado com outros tipos, até mesmo com remédios comprados em farmácia. As orações eram destinadas ao tratamento das “doenças de folk”, como as mencionadas anteriormente. Pierson destaca ainda o papel dos indivíduos considerados especialistas neste tipo de tratamento – benzedores, curandeiros e feiticeiros. Havia certa hierarquia entre os mesmos, de acordo com o tipo de material que utilizavam em suas atividades, com o prestígio que adquiriam na comunidade e a gravidade das doenças que se julgavam capazes de curar (ibidem, p. 197-210).

Os benzedores trabalhavam apenas com orações. Normalmente eram pessoas com prestígio religioso dentro da comunidade, mas que não cobravam qualquer tipo de honorário pelo serviço. A eficácia do tratamento estava tanto na capacidade do benzedor, quanto do doente de acreditar na cura. A relação com curandeiros e feiticeiros era diferente. Os serviços eram cobrados (dinheiro, troca de mercadorias ou favores). O sucesso do tratamento dependia do “poder” do próprio curandeiro ou feiticeiro, e da qualidade das plantas e preparados que utilizava no tratamento. O tratamento era quase sempre acompanhado de prescrições alimentares, com indicação do que deveria ser consumido ou evitado durante o processo. O prestígio desses especialistas era maior ou menor de acordo com o sucesso que havia obtido em ocasiões anteriores, ou seja, quanto mais enfermidades ele conseguia “curar”, maior era considerado o seu poder e mais pessoas buscavam os seus serviços (ibidem, 259-261).

O feiticeiro ocupava o maior grau dentro da hierarquia dos especialistas que curavam segundo as práticas populares. Era o último recurso dentro dos tratamentos do “mundo do folk”. O caráter mágico de suas atividades o tornava uma figura respeitada, mas também temida. Não raro, somente depois de esgotarem-se os recursos a tais especialistas, a população se dirigia aos hospitais, postos de saúde, e procuravam o médico para se tratarem com os remédios da medicina científica (ibidem, p. 252-263).

A única comunidade em que feiticeiros, curandeiros e benzedores não representavam as formas de tratamento mais usadas pela população foi Correntina. Levy Cruz afirma que

naquela comunidade, embora houvesse a crença de que algumas doenças, como “quebranto” só poderiam ser curadas com benzeduras, era disseminado o uso de medicamentos vendidos em farmácias. Era comum também o uso simultâneo desses medicamentos com práticas diferentes da medicina científica, apesar do curandeirismo não ter “muita expressão como fonte de tratamento da saúde e, em geral, para qualquer outro fim” (Cruz, s/d, p. 49).

As ideias e práticas de saúde mais urbanas, bem como as atividades de profissionais como médicos, enfermeiros e farmacêuticos, também foram descritas por Pierson. Dificilmente eram encontrados nas comunidades mais isoladas. E quando havia, estabelecia-se um conflito entre esses profissionais de saúde e seus pacientes, especialmente quando se diagnosticava que estes haviam recorrido ao centro de saúde num estágio já avançado da doença, ou depois de se terem esgotado os recursos à medicina popular.

Esse conflito aumentava a desconfiança da população em relação aos tratamentos, e o contato médico-paciente ficava cada vez mais comprometido. Um dos fatores que funcionava como atrativo para a população, em geral desprovida de recursos financeiros para custear os tratamentos, era a gratuidade dos serviços. Mas ainda assim, a população continuava preferindo os meios tradicionais de cura (Pierson, op. cit., II, p. 271).

O mesmo registrou Costa Eduardo em relação a Cabrobó: apesar da recorrência a práticas caseiras de tratamento, havia registros da procura por médicos e farmacêuticos. O atendimento, entretanto, não era satisfatório, aumentando a resistência da população em utilizar a medicina científica no tratamento de suas enfermidades. Vale transcrever uma das fichas com depoimento que revela a opinião de um dos informantes sobre a médica que assistia Cabrobó:

Avenor fazendo referências à doutora, disse que o povo não tem sequer um pouco de fé nas receitas e tratamentos dados por ela. Isto pelo seguinte fato: procurando certo dia João Pires, combinaram que a doutora só receitaria remédio que não tem saída na farmácia, isto para toda e qualquer doença. Assim as pessoas doentes tomando remédios não acertados e 'velhos', não podem nunca sarar. Acrescentou ainda que certo dia viajando com a doutora esta lhe disse que estava bem desgostosa com o povo de Cabrobó, pois este parecia que não lhe tinha confiança. A prova era a seguinte: quando estive aqui pela primeira vez, em consultas fizera 30 mil cruzeiros e que este ano, ou melhor este movimento fora decaído. Hoje faz um número reduzidíssimo de consultas. Toinho disse que quando chega um doente pobre à sua procura, ela logo pergunta se tem dinheiro. Em caso negativo dá logo uma resposta que naquele momento ela não está em serviço ou outra qualquer desculpa, não o atendendo. Não faz nenhuma caridade¹⁶¹.

¹⁶¹ Ficha de 20.01.1953. “Informante Avenor – Dra. Isaura – opiniões sobre a médica Cabrobó”.

O depoimento mostra que não só havia uma resistência da população em procurar os serviços médicos, como ela era alimentada pelo mau atendimento por parte dos médicos. Noutros depoimentos, os informantes também apontam a receita de penicilina para os mais diversos casos, levando ao descrédito da medicina científica entre a população, e à perpetuação das práticas mais populares de terapia.

Em relação aos centros de tratamento e prevenção que existiam em algumas comunidades, à época em que as pesquisas foram realizadas, a situação do Vale era precária, com um médico para cada 7.842 habitantes e um leito para cada 1.438 habitantes. Contava todo o vale com 11 unidades, entre Postos de Saúde e subestações de tratamento em 1947. Outros que estavam sendo construídos na região, ou estavam com as obras paralisadas por falta de verbas, ou não funcionavam por falta de pessoal e materiais. Pierson destaca ainda o funcionamento de um posto de saúde mantido pelo SESP na comunidade de Passagem Grande. Contava o posto com seis funcionários – um médico, um visitador sanitário, um atendente, um auxiliar de saneamento, um laboratorista e um servente. As atividades do posto incluíam consultas, visitas às casas dos doentes, serviços de enfermagem, aplicação de injeções e vacinas, distribuição de material impresso, aulas às parteiras e palestras abertas à comunidade sobre higiene maternal e infantil (*ibidem*, p. 280-286).

Levy Cruz também destaca em seu estudo o funcionamento de hospitais e postos de saúde na região de Correntina. Segundo o autor, havia apenas um posto na cidade de Lapa, responsável pelo atendimento de toda a região leste do estado da Bahia, embora a comunidade de Correntina jamais tenha recebido qualquer assistência. O único serviço existente era o do Posto Federal de Tracoma, em que trabalhavam um médico, duas enfermeiras e uma visitadora, para identificar e tratar os casos de doenças oculares. A eficácia dos tratamentos, entretanto, era limitada, em função da paralisação do serviço de visitas domiciliares e à falta de cuidados higiênicos da população que prevenissem a contaminação pelo tracoma (Cruz, s/d, p. 55-57).

De acordo com os dados apresentados por Pierson acerca dos esforços do SNM no Vale, pode-se dizer que, na década de 1940, o combate à malária foi uma das principais ações do governo federal na região do Vale do rio São Francisco. O SNM realizou uma campanha de dedetização em todo o Vale e, desde 1943, investia na construção de sistema de esgotos e no tratamento químico dos focos dos mosquitos. Os resultados atingidos com tais ações causaram certo entusiasmo da população, que avaliaram positivamente o trabalho do governo federal nesta área (Pierson, *op. cit.*, II, p. 263-264).

Esses resultados positivos alcançados com o uso de técnicas da medicina científica eram os principais instrumentos de propaganda das novas práticas de saúde. Pierson observou que elas faziam mais parte do cotidiano das comunidades menos isoladas, onde o contato com outros centros urbanos era maior. Ali havia uma oferta maior de remédios sendo vendidos à população; nos lugares mais isolados, farmacêuticos e outros comerciantes acabavam fazendo um estoque grande de determinado medicamento e este passava a ser usado para um número cada vez maior de enfermidades, ainda que não houvesse indicação clínica para tanto. Foi o que aconteceu em relação à penicilina, que passou a ser utilizada para diversos agravos à saúde (ibidem, p. 266).

Esta confiança na capacidade curativa dos medicamentos vendidos nas farmácias não estava, entretanto, ligada ao conhecimento de suas propriedades ou efeitos. Justamente por não compreenderem o mecanismo de ação do medicamento no organismo, eles comumente eram ministrados em conjunto com outros tratamentos populares, ou utilizados no preparo de remédios caseiros. Aspirinas, por exemplo, eram ingeridas com chás, antibióticos eram acompanhados de benzeduras e restrições alimentares, e eram usados até como amuletos ou outros objetos mágicos (ibidem, p. 268).

Além de complementar as informações presentes nos outros estudos sobre as doenças e seus tratamentos, Pierson identifica também o conflito entre dois sistemas de pensamento, utilizando a mesma caracterização referente aos elementos culturais: de um lado, o universo de crenças populares, de outro, um sistema considerado pelo autor mais sofisticado, no sentido de que os meios de tratamento da medicina científica seriam melhores e mais eficazes. Pierson observa que este conflito se estabelece entre os próprios moradores da comunidade, pois ao mesmo tempo em que alguns indivíduos preservavam e preferiam continuar utilizando os tratamentos costumeiros, outros já haviam incorporado concepções diferentes das tradicionais, dependendo largamente de experiências pessoais anteriores (ibidem, p. 186-187).

A acomodação do conflito (utilizando os termos de análise de interação social preconizado por Robert Park), como indicado por Pierson, aconteceria pela substituição – embora ainda limitada – dos elementos culturais tradicionais pelos urbanos:

Em todas essas localidades, embora os dois sistemas de tratamento – o tradicional e de origem *folk*, e o mais recente e urbano – estejam agora em contato, o progresso do último sobre o primeiro é ainda muito limitado no que interessa à maior parte da população. Ainda assim, o grau de aceitação dos novos costumes, tal como o grau de contato, varia algo de lugar a lugar, de classe a classe, de família a família e, ocasionalmente, de indivíduo a indivíduo. Em todas as localidades, a eficácia de determinado remédio é geralmente medida de acordo com experiências anteriores

com o mesmo e, sobretudo, com a aparente resistência que conferia ou não à moléstia em questão ou pelo menos à diminuição ou desaparecimento dos sintomas (ibidem, p. 196).

Desta forma, identifica-se na análise do autor a utilização dos aspectos relacionados à saúde na sua análise do processo de mudança cultural, assim como utilizou outros aspectos como comportamento social, por exemplo. O trecho em destaque ratifica que a saúde constituiu um lugar de investigação de questões socioculturais. Isto é pertinente não apenas a este trabalho, mas também às outras pesquisas que compõem o projeto do Vale do São Francisco.

Pela forma como a saúde emerge nos estudos, é possível inferir que ela constituía um aspecto que revelava informações do processo de mudança cultural caras à amplitude da investigação que se pretendia alcançar com os estudos de comunidade¹⁶². Então, além da saúde, um dos aspectos revelados pelas pesquisas foi a resistência das populações à introdução de novos elementos culturais. O conflito entre saberes, concepções e práticas tradicionais, de um lado, e saberes, concepções e práticas da medicina científica, de outro, tornava latente que as transformações estavam acontecendo de forma profunda, atingindo diversos setores da vida da população, num ritmo que dificultava a assimilação dessas transformações.

Os cientistas sociais envolvidos no projeto do Vale tinham a ideia de que o conhecimento científico produzido pelas ciências sociais deveria estar atento a tais transformações. A esses cientistas caberia, então, dar inteligibilidade ao processo de mudança – ser os intérpretes no estabelecimento da comunicação entre as comunidades rurais e sua estrutura sociocultural, de um lado, e as instituições e agências engajadas na promoção do desenvolvimento regional, de outro. Assim, a resistência seria esmorecida e as condições de vida da população seriam efetivamente melhoradas.

3.3. O projeto do São Francisco e a “mudança social dirigida”

Ao encerrar o trabalho descritivo sobre o Vale, Pierson teceu alguns comentários e sugestões a fim de orientar pesquisas futuras e sobre planejamento social. Destacando a

¹⁶² Os estudos do Projeto do São Francisco demonstram que a noção de conjunto de aspectos que compunham a estrutura da comunidade, devidamente articulados, era mais importante que a identificação de um aspecto específico a ser considerado mais importante. Esta é a orientação que permite a inclusão da questão da saúde nos mesmos.

importância das dimensões geográfica, biológica, histórica, econômica e sociológica da vida do homem no vale, o autor afirmou que

nosso principal interesse aqui é, naturalmente, o homem como ser sociológico, isto é, imerso numa vasta e intrincada rede de relações *pessoais*, de laços com outros membros dos grupos sociais de que faz parte – família, clã, nação, seita religiosa – influenciados todos pelo comportamento tradicional que se desenvolveu no passado e transformou-se em atual herança cultural (ibidem, p. 446. grifos do autor).

Para apreender a vida do homem no Vale em suas inter-relações com a sociedade e com a cultura em que estava imerso, Pierson utilizou uma abordagem “ecológica”. Neste sentido, com a descrição dos diversos elementos apresentados nos três volumes, Pierson objetivava mostrar de que forma a integração entre os aspectos geográficos, biológicos e econômicos permitiu que a vida humana se desenvolvesse no vale com aquelas características específicas. O conhecimento íntimo das mesmas, segundo o autor, era a condição necessária para a formulação de generalizações e hipóteses sobre a sociedade brasileira (ibidem, p. 448).

Assim, algumas das sugestões de Pierson para pesquisas futuras giram em torno da abordagem do Vale a partir dos conceitos de “área natural”, “área ecológica” e “área cultural”; da extensão da contribuição europeia à cultura local; de outros aspectos do habitat e também sugere aprofundar a investigação sobre a questão do isolamento. Outras sugestões indagam ainda a natureza e função da diferenciação social no Vale; a identificação mais precisa dos critérios que determinam o status social; caracterização pessoal e social do indivíduo tomado a partir de sua ocupação, entre outras (ibidem, p. 462-467).

Em seguida, Pierson faz uma lista de sugestões para planejamento social, seguindo o modelo da que foi preparada por professores e alunos de pós-graduação da Universidade da Califórnia em 1955, sob orientação de George Foster¹⁶³. São doze pontos que apontam estratégias visando o sucesso dos programas de mudança social, como conhecer bem a cultura local, adequar o programa ao potencial verdadeiro de mudança da comunidade e não ao objetivo ideal, utilizar lideranças existentes na comunidade, entre outros (ibidem, p. 474).

Mas afinal, o que significava “planejamento social” naquele período? Esta é uma questão importante para compreender a dimensão que as sugestões de Pierson tinham no contexto em que as pesquisas foram realizadas.

¹⁶³ Pierson indica o trabalho de George Foster “Guidelines to Community Development Programs”. *Public Health Reports*, vol. 70, n° 1, janeiro de 1955, p. 19-23.

Como vimos no Capítulo 2, os anos de 1950 no Brasil foram marcados por políticas públicas e programas de cooperação internacional que visavam promover o desenvolvimento do país. Parte das estratégias para alcançar o intento se voltou aqui para as regiões mais subdesenvolvidas, como a Amazônia e o Vale do São Francisco. De fato, desde a década anterior – especialmente durante a Segunda Guerra, o governo federal havia assinado acordos internacionais e criado órgãos voltados para o desenvolvimento dessas regiões¹⁶⁴. A Constituição Federal de 1946 assegurara, no artigo 199, os “aparatos jurídicos e financeiros para a política governamental de desenvolvimento regional” (Campos, op. cit., p. 211), mediante a obrigatoriedade de aplicação de 3% da renda tributária da União no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Magalhães e Maio, op. cit., p.174).

Tais órgãos, acordos e leis sinalizavam o compromisso que o governo federal assumia com os projetos de desenvolvimento do país, cada vez mais entendidos como seu dever e competência, reforçando a articulação entre os conceitos de desenvolvimento e planejamento. A ideia de planejamento tinha, na década de 1950, o sentido de instrumento técnico – elaboração de planos especialmente para controle de setores como a economia, mas também político – em que o planejamento deveria servir como instrumento de mudança social (Oliveira, J., 2006, p. 283-284). Segundo este autor, os planos de desenvolvimento no Brasil tiveram marcadamente um viés economicista. Por um lado, porque as transformações planejadas, mesmo voltadas para outros setores como a saúde, desembocavam no desenvolvimento econômico do país. Por outro, porque as questões sociais estiveram ou em posição secundária, ou foram consideradas como mero resultado da execução desses mesmos planos (ibidem).

O Projeto do São Francisco (e especialmente a seção sobre planejamento social no trabalho de Pierson) reflete a emergência das questões sociais nos planos de desenvolvimento. Aponta também a importância que a cooperação entre cientistas sociais e os responsáveis pelos planejamentos (administradores, técnicos, burocráticos, etc.) passava a ter na década de 1950: o conhecimento produzido por meio dos estudos sócio-antropológicos seriam subsídios

¹⁶⁴ Os Acordos de Washington, assinados entre os governos brasileiro e norte-americano em 1942, selavam a cooperação entre os países quanto aos esforços para a Guerra, cuja participação brasileira se daria principalmente com o fornecimento de matérias-primas para a indústria bélica. Demandas criadas pelos Acordos e pela valorização da ideia de desenvolvimento levaram à criação de órgãos como o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), e o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp); posteriormente, foram criadas a Comissão Especial para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Cepvea) e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) (Magalhães e Maio, 2007, p. 172-175; Campos, 2006, p. 44-45; 210-211).

para seus projetos. À luz do Projeto do São Francisco, qual seria a contribuição dos cientistas sociais quanto ao planejamento social?

Pierson (op. cit., III, p. 465) deixa claro que o conhecimento das relações sociais, em seus diversos contextos (cultural, geográfico, econômico, histórico) é essencial para qualquer tentativa de introdução de “mudança social dirigida”. Para ele, a dificuldade de mudança estaria relacionada à força dos elementos culturais de determinada população. Como a cultura está ligada a diversas áreas da vida social, a mudança em qualquer uma delas tanto pode acarretar mudanças noutras, como sugere que as demais áreas sejam modificadas, “[...] porque a cultura de qualquer povo, num determinado momento, é um todo orgânico cujas partes são interdependentes numa unidade ativa” (ibidem, p. 472). As concepções de saúde e doença das populações, por exemplo, são entendidas como parte desta “unidade ativa”, estando inseparavelmente relacionadas a outras, como meios de subsistência ou *status* social.

Assim, entender a natureza e a função da cultura, e introduzir pequenos incrementos gradualmente, são fundamentais para a eficácia de programas de mudança social. São igualmente relevantes a colaboração do antropólogo social e do sociólogo para o trabalho do administrador, a capacitação de pessoal para o trabalho, e o equilíbrio entre as partes do programa a ser executado (Pierson et al. 1952, p. 24).

Em *O Homem no Vale do São Francisco*, por trás da descrição detalhada da ecologia e da vida social no Vale, o autor investiga a realidade social de forma que o conhecimento produzido por seu intermédio, constituiria material útil para a elaboração e execução de projetos de desenvolvimento. O financiamento da pesquisa pela CVSF reforça a ideia de cooperação entre cientistas sociais e administradores e a sintonia do estudo com questões sociais e econômicas de seu tempo.

No que tange à questão da saúde, questão fulcral no presente trabalho, a exposição dos hábitos corporais e de higiene, das formas de tratamento popular de doenças, etc., acontece levando em consideração o alcance da penetração dos hábitos e formas de tratamento mais características dos centros urbanos entre a população interiorana. Ainda que não haja um juízo de valor explícito, há a visão de que, aos poucos, os hábitos tradicionais estavam sendo substituídos por outros mais “modernos”, e que a execução dos programas de desenvolvimento (com obras de saneamento, irrigação, etc.) estavam acelerando este processo (Pierson, op. cit., III, p. IX).

Tomados em conjunto, nos trabalhos que compõem o Projeto do São Francisco se buscou conhecer o papel do isolamento na vida local, bem como a extensão e o caráter da

mudança social que se estava introduzindo no Vale. O isolamento contribuía para a manutenção das características tradicionais das comunidades, mas o aumento do contato com os centros urbanos, especialmente a partir da expansão da malha rodoviária, possibilitava a introdução de novos elementos nas mais diversas áreas da vida do homem no Vale¹⁶⁵. Os pesquisadores destacaram que o processo de mudança tinha um caráter profundo e inexorável, em que as transformações socioeconômicas aconteciam num ritmo nem sempre acompanhado pelas populações. Daí apontarem a importância de estudos sócio-antropológicos que dessem inteligibilidade a tal processo e orientassem ações de condução da mudança, sob responsabilidade de governos e agências com programas de desenvolvimento.

¹⁶⁵ Mudanças como a construção de infraestrutura visando o combate às dificuldades causadas pelas secas, uso de técnicas de irrigação, facilidade de acesso a meios de comunicação como rádio e jornais, entre outros elementos que afetavam diretamente a vida das populações do Vale.

Considerações Finais

Nesta dissertação pesquisei o conjunto de pesquisas de comunidades realizado no âmbito do Projeto de Pesquisas no Vale do São Francisco, estabelecendo relações com o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e o processo de desenvolvimento na década de 1950. Meu argumento é que, diferente das críticas que predominaram nos anos 1950 e 1960, os Estudos de Comunidade contribuíram para a análise do tema da mudança social no país.

A partir do mapeamento das posições de diversos cientistas sociais acerca dos EC, verificamos no primeiro capítulo que, no âmbito intelectual, o conhecimento do modo de vida das populações rurais produzido pelos EC, oferece aos cientistas sociais dados empíricos que coadunam com a perspectiva de trabalho científico que marcou o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Ainda que diversos estudos não tenham avançado em análises explicativas da sociedade, contribuíram sobremaneira para que a realidade social dessas comunidades fosse conhecida. Vimos também que a produção de EC é uma marca importante na história das Ciências Sociais no Brasil, devendo tornar a figurar no debate acadêmico contemporâneo. Eles estão ligados ao surgimento de instituições acadêmicas no campo das Ciências Sociais, constituíram meios de treinamento de diversos cientistas e relevante elo entre o trabalho desses cientistas, num momento de afirmação da cientificidade do seu ofício, e amplos projetos de pesquisa social em sintonia com a temática do desenvolvimento.

Essa articulação entre cientistas sociais e a temática do desenvolvimento na década de 1950 foi abordada no segundo capítulo, no qual vimos que a análise do Projeto do São Francisco permitiu verificar sua presença desde o surgimento do Projeto, em 1949. Pierson destacou a contribuição das pesquisas para o planejamento de políticas públicas nos campos da saúde, saneamento, agricultura e educação, bem como para o desenvolvimento econômico do Vale via exploração de sua potência hidrelétrica.

Os documentos analisados no segundo capítulo, como o de apresentação do Projeto do São Francisco para apreciação do presidente da república, mostraram que este Projeto estava inserido numa conjuntura internacional de afirmação do pragmatismo do trabalho de cientistas sociais em relação a programas governamentais e de agências internacionais como a UNESCO, que visavam promover o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Vimos também que a participação dos cientistas sociais nesses programas se deu largamente mediante o estudo da estrutura sociocultural de comunidades rurais.

Nesses estudos, os pesquisadores levantavam diversos aspectos das condições de vida das populações, permitindo aos cientistas sociais identificar quais deles representavam a mudança do universo tradicional rural para o urbano moderno. Buscando dar inteligibilidade ao processo de mudança para técnicos e administradores, os cientistas sociais puderam figurar entre os responsáveis por cumprir a agenda de modernização do país na década de 1950.

Ao apresentar as pesquisas que compuseram o Projeto do São Francisco, culminando com a apresentação da pesquisa de Pierson no Capítulo 3, vimos que a temática da saúde, entendida como integrante do universo sociocultural das comunidades rurais, figurou nesses EC como elemento de identificação e mensuração do caráter da mudança social que nelas se processava. Pierson observou nas comunidades a tendência de substituição das práticas terapêuticas tradicionais por outras ligadas à medicina científica. Este processo era considerado inexorável e se dava mediante tensões e conflitos – não apenas pessoais, entre médicos e pacientes, mas entre sistemas culturais rurais e urbanos.

O entendimento de que havia um descompasso entre o desenvolvimento da medicina e a capacidade das populações em assimilá-lo foi fundamental para que os cientistas sociais apontassem a necessidade de conhecimento da cultura local para o sucesso das intervenções no setor da saúde. Além disto, as intervenções deveriam contemplar outros setores da vida local, a exemplo da educação. A complexidade do processo de mudança acentuava o caráter auxiliar do conhecimento produzido pelos cientistas sociais, sendo incorporados aos projetos de mudança como subsídio para o planejamento das ações.

Os cientistas sociais que participaram do Projeto do São Francisco enfrentaram muitas dificuldades para que seus trabalhos fossem publicados, especialmente Donald Pierson. Quando foi publicado, após treze anos de espera¹⁶⁶, *O Homem no Vale do São Francisco* teve uma recepção aquém de todo o esforço e trabalho que demandou. O jornal O Globo, a revista

¹⁶⁶ Pierson entregou as monografias em 1959, mas seu estudo só foi publicado em 1972.

Indústria e Produtividade e o Diário do Congresso Nacional¹⁶⁷ foram algumas das publicações da época que registraram o surgimento da primeira edição da obra. Esses artigos destacaram principalmente a carreira de Pierson no Brasil e no exterior, e a contribuição estratégica que o estudo fornecia para os planos de desenvolvimento regional.

Um dos aspectos a serem considerados na reflexão sobre a diminuta recepção do trabalho de Pierson entre os cientistas sociais, como aponta Lima, R. (2002, p. 150), é o fato de ter sido publicado num momento em que este tipo de pesquisa já tinha sido alvo de críticas contundentes aos EC. O resultado dessas críticas teria, então, se estendido ao trabalho de Pierson. Não obstante, ainda figura como uma das obras mais relevantes sobre o Vale do São Francisco¹⁶⁸.

Cabe, contudo, uma breve exposição da trajetória da pesquisa do Vale do São Francisco. Vimos no Capítulo 3 que a doença de Pierson, surgida após a realização do *survey*, foi um grande problema para o desenvolvimento do Projeto. A doença acompanhou Pierson durante anos a fio, levando-o a interromper suas atividades no Brasil (aulas e atividades como Diretor-conselheiro na ELSP, editor da revista Sociologia, coordenação de pesquisas, preparação de artigos, etc.) logo após a segunda viagem ao Vale (abril de 1952). Voltou para os EUA em agosto daquele ano, seguindo recomendações médicas. Assim, a maior parte da orientação aos responsáveis pela preparação das monografias sobre o Vale foi feita por correspondência. Isto colocou mais uma limitação ao desenvolvimento do projeto, pois muitas cartas, notas de campo e outros materiais foram extraviados pelo serviço postal, tanto no traslado EUA-Brasil, quanto dentro do próprio país¹⁶⁹.

Com todas essas dificuldades, Pierson levou seis anos para concluir seu trabalho (1953-1959). Quando os últimos detalhes concernentes à preparação de *O Homem no Vale do São Francisco* e das outras monografias foram finalmente acertados – recordemos que Pierson voltou ao Vale em 1959, ele as entregou à Comissão, aos cuidados de Assis Scaffa, Diretor-Superintendente da CVSF e Lycia Santos, representante da sua Divisão de Educação e Saúde. Graças aos esforços do Deputado Nestor Duarte e do senador Aloysio de Carvalho

¹⁶⁷ “O Globo, 02.12.1973, p. 5”; “Indústria e Produtividade, nov. 1973, p. 15-16”; “Diário do Congresso Nacional, junho de 1973, p. 1491-1494” (Pesquisas no Vale do São Francisco nº 1. Fundo Donald Pierson, Pasta 56, AEL).

¹⁶⁸ A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), órgão do governo federal, indica como principais obras sobre o Vale: *O Rio S. Francisco - Fator Precípua da Existência do Brasil*, de Geraldo Rocha (1940), *O Homem no Vale do São Francisco*, de Donald Pierson (1972) e *Memórias do São Francisco*, de Manoel Novaes (1989). Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/estudos-e-pesquisas/principais-estudos-sobre-o-vale>. Acesso em: 29.08.10.

¹⁶⁹ Telegrama de Fernando Altenfelder para Donald Pierson em 04.02.1952. Fundo Donald Pierson, Pasta 65, AEL.

Filho junto ao Congresso Nacional, foi aprovada a concessão de verba para a publicação dos estudos. Todavia, com a instabilidade da situação econômica brasileira, a verba logo foi reduzida a 2/3 do valor inicial e os índices inflacionários terminaram por reduzir ainda mais a verba aprovada pelo Congresso. O que restou foi suficiente apenas para a publicação dos estudos de Fernando Altenfelder e Esdras Borges¹⁷⁰.

Enquanto perduraram as incertezas de financiamento da publicação, o trabalho de tradução do manuscrito de Pierson estava sendo feito, inicialmente por Maria Aparecida M. Keberg. Uma vez que Pierson queria ver os estudos de seus colaboradores publicados antes do seu próprio, a questão do tempo de tradução não foi um problema, até que Maria Aparecida Keberg teve de abandonar o trabalho (por razões pessoais não especificadas por Pierson), tendo traduzido apenas sete dos quase trinta capítulos de *O Homem no Vale do São Francisco* (parte correspondente apenas ao I Tomo)¹⁷¹.

Com a demora da publicação pela CVSF, o manuscrito ficou por algum tempo sob custódia da CAPES, na pessoa de Anísio Teixeira, seu então Secretário Geral. Completando o quadro de dificuldades, mudanças políticas no Brasil na década de 1960, especialmente a partir do golpe militar de 1964, tornaram mais turvas as previsões de conclusão desta etapa do Projeto. Anísio Teixeira foi afastado da CAPES e o manuscrito passou às mãos de Antônio Reis Cavalcante, funcionário do Gabinete Civil da Presidência da República. Foi então que o Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais demonstrou interesse pela publicação da obra, passando o manuscrito à sua guarda¹⁷².

A CVSF, em 1967, foi transformada em autarquia (órgão da administração indireta) e passou a se chamar Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE)¹⁷³, subordinada ao Ministério do Interior, a cargo de Afonso de Albuquerque Lima. Houve também mudanças no quadro pessoal da antiga Comissão, e o manuscrito de Pierson voltou aos gabinetes da então SUVALE. Logo após tais mudanças, chegou a Pierson a informação de que parte de sua obra havia desaparecido dentro da própria Superintendência, junto com os manuscritos de Alceu Maynard e Levy Cruz, bem como os mapas, ilustrações e fotografias feitos por Maynard¹⁷⁴.

Em abril do ano seguinte, Pierson foi informado de que mais partes do seu manuscrito estavam desaparecidas. Tendo passado pelos gabinetes de vários ministros no Rio de Janeiro e

¹⁷⁰ Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 21.04.1967. Fundo Donald Pierson, Pasta 4, AEL.

¹⁷¹ Carta de Donald Pierson a Alfonso Trujillo Ferrari em 08.11.1972. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

¹⁷² Carta de Donald Pierson a Rodrigo Octavio Coutinho em 30.04.1968. Fundo Donald Pierson, Pasta 57, AEL.

¹⁷³ Cf. Camelo Filho, op. cit. 2005.

¹⁷⁴ Carta de Donald Pierson a Rodrigo Octavio Coutinho em 10.03.1967. Fundo Donald Pierson, Pasta 57, AEL.

em Brasília, àquela data já se havia perdido nove capítulos da obra. Apenas parte deste material foi encontrada na gaveta do Ministro do Interior, em dezembro de 1968; o prefácio de Pierson estava em meio a antigas prestações de contas. Entretanto, apesar dos apelos insistentes de Pierson, dois capítulos do seu manuscrito, assim como os de Maynard e Cruz completos, os mapas e fotografias, permaneceram extraviados¹⁷⁵.

Somente em 1971, com o auxílio de Anísio Teixeira, de Arthur César Reis (Diretor do Conselho Nacional de Cultura), Djacir Menezes (Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Celso Barroso Leite (Diretor da CAPES), Valdiki Moura (Diretor da SUVALE) e os já mencionados Nestor Duarte e Aloysio de Carvalho Filho, foi assegurada a publicação dos outros trabalhos e contratado um novo tradutor para o estudo de Pierson, Ruy Jungmann¹⁷⁶. Com o fim da tradução, a obra foi finalmente publicada em 1972.

Não obstante os percalços, o Projeto do Vale do São Francisco foi tão ambicioso em suas proposições, quanto grandioso em números, como por exemplo: cobriu uma área de mais de dois mil km²; contou com a participação direta de vinte e um pesquisadores (sem contar colaboradores em diversas instituições e localidades); produziu aproximadamente três mil páginas de resultados de pesquisa (correspondente aos EC publicados, sem contar os artigos e estudos extraviados); só para a CVSF custou cerca de Cr\$490.000,00 (quatrocentos e noventa mil cruzeiros) – cerca de 62 mil reais em números atuais¹⁷⁷ (também sem contar despesas com os vários trabalhos de datilografia de fichas e rascunhos que ocorreram sem custo para o projeto); e envolveu quase uma dezena de instituições (entre financiamento, cessão de pessoal, custódia do material, etc.).

O Vale do São Francisco ainda se coloca como um dos desafios ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil, mostrando a longevidade de diversas questões abordadas nesta dissertação, especialmente a que concerne à dimensão social que deve figurar nos programas de desenvolvimento. A investigação do Projeto do São Francisco, permitindo a revisão da literatura sobre os Estudos de Comunidade, mostra também a longevidade do debate sobre a cientificidade das Ciências Sociais, que em razão do refinamento intelectual alcançado e

¹⁷⁵ Carta de Donald Pierson a Alceu Maynard Araújo em 01.09.1969. Fundo Donald Pierson, Pasta 66, AEL.

¹⁷⁶ A tradução do Tomo I de *O Homem no Vale do São Francisco* foi concluída em 1967. Com isto, Anísio Teixeira tentou fazer com que o Ministério de Organismos Regionais publicasse o trabalho. Rodrigo Octavio Coutinho também se ofereceu para conseguir sua publicação. No entanto, a falta de verbas do Ministério e a impossibilidade de tradução dos demais volumes da obra impediram que fosse então publicada. A tradução da obra só foi completada no início de 1972. Carta de Donald Pierson a Rodrigo Octavio Coutinho em 15.07.1972. Fundo Donald Pierson, Pasta 57, AEL.

¹⁷⁷ Valor calculado com base no Índice Geral de Preços, disp. interna, disponível em www.calculoexato.com.br acessado em 25.04.10.

pluralidade das questões que perfazem seu objeto de análise, permanece em aberto. A presente dissertação procurou se inserir na discussão sobre a história das Ciências Sociais no Brasil, mediante o resgate do importante capítulo representado pelos Estudos de Comunidade, cujo protagonismo de Donald Pierson e do Projeto do São Francisco buscamos recuperar.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

1. Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson

2. Acervo do Centro de Documentação da FESPSP

3. Acervo Pessoal – Octavio da Costa Eduardo

- Fichas da pesquisa em Cabrobó na década de 1950 e em 1960

4. Acervo Pessoal – Levy Cruz

- *Rio Rico e os Gerais: estudo de dois grupos humanos no platô ocidental do Vale do São Francisco*. Manuscrito inédito. 135 p. s/d.
- *Diário de Correntina*. Fichas. 130 p.

5. Entrevistas

- Levy Cruz, concedida a Marcos Chor Maio em 19.09.2007.
- Esdras Borges Costa, concedida a Marcos Chor Maio e Nemuel da Silva Oliveira em 26.11.2009.
- Octavio da Costa Eduardo, concedida a Marcos Chor Maio e Nemuel da Silva Oliveira em 26.11.2009.

Fontes Secundárias

1. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Renata M. T. *The “Third Bank” of the Lower São Francisco River: Culture, Nature and Power in the Northeast Brazil 1853-2003*. Tese (Doutorado em Filosofia). University of California, Berkeley, 2006.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina Rústica*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Col. Brasileira, v. 300).

_____. *Populações Ribeirinhas do Baixo São Francisco*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1961.

ARENSBERG, Conrad M. e KIMBALL, Sólton T. O método do estudo de comunidade. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional / Edusp, 1973.

BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. O Homem no Vale do São Francisco: um legado de Donald Pierson às ciências humanas e sociais no Brasil. *Psicologia e Sociedade*. Vol. 18, nº 1, jan/abr. 2006.

BOTELHO, André. Ciência pelo desenvolvimento: a escrita pública de José Leite Lopes. In: BOTELHO, André et al. *O Moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2008.

_____. Pasado futuro de los ensayos de interpretación del Brasil. *Prismas*, Revista de historia intelectual, nº 13, 2009.

CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. *Revista do Departamento de Geografia da USP*, nº 17, 2005.

CAMPOS, André Luiz V. de. *Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. Informação sobre a Sociologia em São Paulo. *Ensaio Paulistas* (Contribuição de *O Estado de São Paulo* às comemorações do IV centenário da cidade), São Paulo, Ed. Anhembi S/A, 1958.

CAVALCANTI, Maria Laura V. de C. “O aspecto humano de nossos dados” – A relação Pierson/Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais. *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil – ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. MAIO, Marcos C. e VILLAS BOAS, Gláucia (orgs.). Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

CONSORTE, Josildeth Gomes. “A educação nos estudos de comunidade no Brasil”. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 1, n° 2, Rio de Janeiro, CBPE, 1956.

_____. Os estudos de comunidade no Brasil: uma viagem no tempo. In: FALEIROS, Maria Izabel L. e CRESPO, Regina Aída (orgs.). *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CORRÊA, Mariza. *Histórias da Antropologia no Brasil: 1930-1960, testemunhos: Donald Pierson e Emilio Willems*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; (Campinas, SP), Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

COSTA, Esdras Borges. *Cerrado e Retiro: cidade e fazenda no Alto São Francisco*. Rio de Janeiro, CVSF, 1960.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Sociologia e Desenvolvimento*. Civilização Brasileira, 1970[1963].

CRUZ, Levy. Papel e uso da hipótese nos “Estudos de Comunidade”. *Anais do II Congresso Latino-americano de Sociologia*. Rio de Janeiro, 1953.

DURHAM, Eunice R. “Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil”. *Revista de Antropologia*, vol. 25, São Paulo, 1982.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo – Construcción y deconstrucción del desarrollo*. OCHOA, Diana (trad.). Santa Fe de Bogotá, Editorial Norma, 1996.

FERNANDES, Florestan. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo, Ed. Anambi, 1958.

_____. *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3ª Ed. São Paulo, Difel, 1979.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Potengi – encruzilhada no vale do São Francisco*. Editora Sociologia, São Paulo, 1960.

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. *Histórias de uma antropologia da “Boa Vizinhaça”*: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de

assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960). Tese (Doutorado). Unicamp, 2009.

FONTENELLE, Luiz Fernando R. *Aimorés. Análise antropológica de um programa de saúde*. D. A. S. P. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1959.

_____. *A Dinâmica dos grupos domésticos no Arraial do Cabo*. Serviço Social Rural (Edições SSR) – Estudos, Rio de Janeiro. 1960.

GOLDWASSER, Maria Júlia. Estudos de Comunidade: teoria ou método? *Revista de Ciências Sociais*, vol. 5, n° 1, Fortaleza, UFCE, 1974.

GUIDI, Maria Laís M. Elementos de análise dos ‘Estudos de Comunidades’ realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 10, no. 19, jan. 1962.

HERMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, IPE-USP, 1948.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 16, supl. 1, julho 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979. (“Tradição e Transição I, II e III”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10, 17 e 24 de outubro de 1948).

IANNI, Octávio. O método em 'Uma comunidade amazônica'. *Sociologia*, vol. 20, n° 4, 1958.

_____. Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, vol. 9, n°s 1-2, 1961.

JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social – USP*, junho 2004.

KOFFES, Suely. As pedras e o arco: os estudos de comunidade e a atualidade de antigas questões. In: FALEIROS, Maria Izabel L. e CRESPO, Regina Aída (orgs.). *Humanismo e*

Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. Utopia sociológica substitui utopia higienista. Reflexão sobre o Brasil e seus contrastes no período de institucionalização universitária das Ciências Sociais (1933-1964). *Um Brasil chamado sertão*. Rio de Janeiro, Revan, 1999.

_____. Public Health and Social Ideas in Modern Brazil. *American Journal of Public Health*. Vol. 97, n° 7, Jul. 2007.

LIMA, Roberto Cunha Alves de. *Um rio são muitos*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2002.

LIMONGI, Fernando. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

LOPES, Lucas. *Memórias do Desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento*. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, CMEB, 1991.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 14 (Suplemento). dez. 2007.

MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n° 41, 1999.

_____. O Racismo no Microscópio: Oracy Nogueira e o Projeto UNESCO. In: *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*. Vol. 19, n° 1, jan/jun. 2008a.

_____. “Mudança social orientada”: Ciências Sociais e Saúde Pública no Brasil dos anos 1950. In: OFICINA PATOLOGIAS DA PÁTRIA: Saúde, doença e identidade nacional em perspectiva comparada. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, mar. 2008b.

_____. Estudos de Comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950. *Cadernos de Campo*, vol. 18, n° 18, 2009.

MAIO, Marcos Chor e LIMA, Nisia Trindade. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n° 2, maio/agosto 2009.

MAIO, Marcos Chor e OLIVEIRA, Nemuel da Silva. O projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as Ciências Sociais no contexto do Desenvolvimento. *Cadernos Adenauer X (2009), Amazônia e desenvolvimento sustentável*, n° 4, p. 59-70. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, fev. 2010.

MAIO, Marcos C. e SÁ, Magali R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* – vol. VI (suplemento), setembro 2000.

MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

McCOMB, Marlin R. and FOSTER, George. Kalervo Oberg, 1901-1973 (Obituary). *American Anthropologist*, New Series, vol. 76, n° 2, jun. 1974.

MELATTI, Julio Cezar. A Antropologia no Brasil: um roteiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, n° 17, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1984.

MÉTRAUX, Alfred. Fundamental education: basic (sociological) surveys in fundamental education. *UNESCO EDUC/63*, abr. 1948. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001259/125908eb.pdf>

MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

MOREIRA, Maria Sylvia Franco. O estudo sociológico de comunidades. *Revista de Antropologia*, vol. 11, n°s 1-2, 1963.

_____. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974[1964].

MUSSOLINI, Gioconda. “Emílio Willems: Cunha – Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil” [Resenha]. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, Vol. III, 1949.

NOGUEIRA, Oracy. “Os Estudos de Comunidades no Brasil”. *Revista de Antropologia*, vol.3, n° 2, 1955a.

_____. Relações Raciais no Município de Itapetininga. In: BASTIDE, R. e FERNANDES, F. (orgs.), *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo, 1955b.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. *Educação e Sociedade*, São Paulo, ano XXI, n° 73, p. 9-40, dez. 2000.

OBERG, Kalervo. Interesses da comunidade e programas de desenvolvimento rural. *Anais do Seminário Nacional sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. SSR, 1961.

OGBURN, William F. “Cultural Lag as Theory (1957)”. *On culture and social change*. Edited by Otis Dudley Duncan. Chicago: Phoenix Books; University of Chicago Press, 1964.

OLIVEIRA, José A. Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, vol. 40, n° 2, p. 273-287, abr. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995.

PEIXOTO, Fernanda e SIMÕES, Júlio A. A Revista de Antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. *Revista de Antropologia*, v. 46, n° 2, São Paulo, USP, 2003.

PIERSON, Donald. Robert E. Park: sociólogo pesquisador. *Sociologia*, vol. 6, n° 4, 1944.

_____. *Cruz das Almas*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.

_____. *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. 14ª ed. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1970 [1945].

_____. *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo, Martins Editora, 1970.

_____. *O Homem no Vale do São Francisco*. 3 Tomos. Ministério do Interior, SUVALE, Rio de Janeiro, 1972.

PIERSON, Donald, COSTA EDUARDO, Octávio e CRUZ, Levy. Hipóteses e sugestões sobre o ensino no Vale do São Francisco. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XVII, n.º. 46, abr.-jun. de 1952.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Métodos Sociológicos”. *Fundamentos*. N.ºs 7-8, Dez. 1948 / Jan. 1949.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995[1957].

REDFIELD, Robert. *Civilização e Cultura de Folk: estudo de variações culturais em Yucatan*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Ed. 1949.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Júnior e “A Revolução Brasileira”. *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n.º 37, setembro 1999.

RIOS, José Arthur. A saúde como valor social. *Boletim do SESP*, no. 33, Abril de 1953a.

_____. Ciências Sociais e saúde pública. *Boletim do SESP*, no. 38, Setembro de 1953b.

SILVA, Fernando Altenfelder. *Análise Comparativa de Alguns Aspectos da Estrutura Social de duas Comunidades do Vale do São Francisco*. 219 f. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná, Curitiba, 1955.

_____. *Xique-Xique e marrecas – duas comunidades do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro, CVSF, 1961.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. *Caderno CRH*, vol. 23, n.º 58, Salvador, jan./abr. 2010.

VILA NOVA, Sebastião. O singular e o universal nos estudos de comunidade. In: FALEIROS, Maria Izabel L. e CRESPO, Regina Aída (orgs.). *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

VILLAS BÔAS, Gláucia. De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville – a sociologia de Emilio Willems entre fronteiras. *Tempo Social*, Rev. Soc. da Usp, vol. 12, n° 2, nov. 2000.

_____. *Mudança Provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

_____. *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produ o em livros do acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966*. Rio de Janeiro, Funda o Biblioteca Nacional, 2007.

WAGLEY, Charles. *Amazon Town – a study of man in tropics* (1953). Ed. em português: *Uma comunidade Amazônica*, São Paulo, Nacional, 1957.

WAGLEY, Charles e AZEVEDO, Thales de. “Sobre métodos de campo no estudo de comunidade”. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. V, 1951.

WILLEMS, Emilio. A soluço do problema rural brasileiro como mudança social provocada. *Sociologia*, n  5, vol. 2. 1943.

_____. *O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.

_____. *Cunha. Tradi o e transi o em uma cultura rural do Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1947.

WORTMANN, Klaas. A Antropologia brasileira e os estudos de comunidade. *Universitas*, n  11, 1972.

ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

2. Páginas visitadas na Internet

- C culo Exato
www.calculoexato.com.br
- Centro de Pesquisa e Documenta o de História Contemporânea do Brasil da Funda o Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/biografias/lucas_lopes

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)

<http://www.codevasf.gov.br/principal/estudos-e-pesquisas/principais-estudos-sobre-o-vale>

- Constituição Federal do Brasil

BRASIL. Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948. Cria a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências.

<http://www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/leis/lei-nb0-541-de-15-de-dezembro-de-1948>

- Ministério da Saúde do Governo Federal Brasileiro

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1660

ANEXO

Entre os estudos publicados na década de 1950¹⁷⁸, registrados por Guidi (1962) e Melatti (1984), constam o de Emilio Willems: *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1947; de Lucila Hermann: *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, IPE-USP, 1948; de Donald Pierson: *Cruz das Almas*. Washington, 1951¹⁷⁹; de Emílio Willems e Gioconda Mussolini: *Buzios Island – a caiçara community in southern Brazil*. Seattle, University of Washington Press, 1952; de Charles Wagley: *Amazon Town – a study of man in tropics*. New York, Macmillan & Co. 1953¹⁸⁰; de Eduardo Galvão: *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1953; de Fernando Altenfelder Silva: *Análise Comparativa de Alguns Aspectos da Estrutura Social de duas Comunidades do Vale do São Francisco*. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná, Curitiba, 1955; de Marvin Harris: *Town and Country in Brazil*. Washington, Columbia University Press, 1956; dois estudos de Kalervo Oberg: *Chonim de Cima, a rural community in Minas Gerais*. Rio de Janeiro, USOM, 1956; e *Toledo, a Município on the Western Frontier of the State of Paraná*. Rio de Janeiro, USOM, 1957; de Stanley Stein: *Vassouras: a Brazilian Coffee Country, 1850-1900*. Harvard University Press, 1957; de William B. Hutchinson: *Village and Plantation, life in Northeastern Brazil*. Seattle, University of Washington Press, 1957; de Aziz Simão e Frank Goldman: *Itanhaém, estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea*, São Paulo, USP-FFCL, Boletim 226, 1958; de Altiva Pilatti Balhana: *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. Curitiba, Tip. João Haupt, 1958; de H. D. Barruel de Lagenest: *Marabá: cidade do diamante e da castanha*. São Paulo, Anhembi, 1958; de Luiz F. R. Fontenelle: *Aimorés. Análise antropológica de um programa de saúde*. D. A. S. P. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1959; e de Alfonso Trujillo Ferrari: *Potengi – encruzilhada no vale do São Francisco*. Editora Sociologia, São Paulo, 1960.

¹⁷⁸ Em relação à década de 1950, não consta do levantamento de Guidi (1962) e Melatti (1984) o trabalho de Esdras Borges Costa: *Cerrado e Retiro: cidade e fazenda no Alto São Francisco*. Rio de Janeiro, CVSF, 1960.

¹⁷⁹ A edição brasileira foi publicada pela Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.

¹⁸⁰ A edição brasileira foi publicada pela Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1957.

Na década de 1960¹⁸¹, constam nos levantamentos o estudo de Fernando Altenfelder Silva: *Xique-Xique e marrecas – duas comunidades do Médio São Francisco*. Rio de Janeiro, CVSF, 1961; de Oracy Nogueira: *Família e comunidade, estudo sociológico de Itapetininga*. Rio de Janeiro, CBPE, 1962; e de Úrsula Albersheim: *Uma comunidade teuto-brasileira*. Rio de Janeiro, MEC-CBPE-INEP, 1962.

Já na década de 1970, são registrados o estudo de Donald Pierson: *O Homem no Vale do São Francisco*. 3 Tomos. Ministério do Interior, SUVALE, Rio de Janeiro, 1972; e o de Robert Shirley: *O fim de uma Tradição*. São Paulo, Perspectiva, 1977. Até a década de 1970 foram publicados 24 EC no Brasil, a maior parte (18 estudos) durante a década de 1950.

¹⁸¹ Em relação à década de 1960, não consta do levantamento de Guidi (1962) e Melatti (1984) o trabalho de Alceu Maynard Araújo: *Populações Ribeirinhas do Baixo São Francisco*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1961.